

Sumário

Artigo

A mística do diálogo.....	8
Os 65 anos do Conselho Mundial de Igrejas: unidade, testemunho e serviço	24
CESE, uma experiência ecumênica de diálogo e direitos humanos a serviço da transformação.....	32
CONIC - 30 anos nos caminhos da unidade e da vivência solidária.....	42
O Ecumenismo na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB.....	50
O Ecumenismo na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.....	56
O Ecumenismo na Igreja Episcopal Anglicana do Brasil.....	64
O diálogo inter-religioso no Vaticano II.....	78

Recensões

De Babel a Pentecostes	90
------------------------------	----

Crônica

Francisco e Bartolomeu - A Primavera Ecumênica.....	95
Assembléia do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil - CONIC 2013	96
Assembléia da Coordenadoria Ecumênica de Serviço - CESE - 2013.....	97
Congresso sobre o pentecostalismo no mundo.....	98

Documentação

IV Campanha da Fraternidade Ecumênica - 2016	99
--	----

Apresentação

Por que mais uma revista?

No meio de publicações acadêmicas que se multiplicam de acordo com os âmbitos de pesquisa de cada faculdade ou com interesses culturais os mais diversificados, considero uma atitude corajosa pretender dizer uma palavra nova ou inserir uma reflexão original para atrair a atenção de leitores e ocupar um espaço na reflexão teológica e cultural no atual momento histórico da nossa sociedade.

No entanto, na presente conjuntura marcada pelo pluralismo religioso e cultural do nosso país, uma revista que se propõe percorrer "caminhos de diálogo" seja o que de mais urgente necessitemos. Não apenas pela originalidade das reflexões propostas e o intercâmbio de experiências em campo ecumênico e inter-religioso, mas para criar um clima que favoreça o mútuo conhecimento de pessoas, instituições religiosas e culturais e dos valores vivenciados por cada uma delas.

O logo desta revista é a rosa dos ventos que em cada caminho e em cada rota indica o norte. Caminhos diferentes, sabendo cada um dos navegantes para onde orientar a sua nau e ao mesmo tempo de onde captar sinais de vida de outros companheiros de viagem que se encontrem em qualquer outro quadrantes do mapa da vida, da reflexão e da história.

Está chegando em suas mãos a revista *Caminhos de Diálogo*. Trata-se de um projeto da Comissão Episcopal Pastoral para o Ecumenismo e o Diálogo Inter-religioso, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, com a finalidade de informar e formar sobre o diálogo em suas mais amplas perspectivas, sobretudo ecumênica, inter-religiosa e intercultural. Queremos promover uma cultura do diálogo, favorecendo a convivência e a interação entre as diferenças que configuram o universo sociorreligioso no Brasil.

Os objetivos dessa revista são:

I - Apresentar reflexões e notícias sobretudo sobre o diálogo ecumênico e inter-religioso no Brasil, interagindo com o diálogo que acontece na América Latina e no mundo.

II - Possibilitar a formação da consciência sobre o valor do diálogo ecumênico e inter-religioso, nos horizontes teológico, pastoral, espiritual e social.

III - Colaborar com as Igrejas e Organizações do Brasil que buscam difundir propostas para o fortalecimento do diálogo ecumênico e inter-religioso.

IV - Possibilitar uma "educação para o diálogo" na sociedade, sobretudo nas escolas públicas e particulares, favorecendo o encontro dos credos e culturas para a superação de todas as formas de intolerância.

Este primeiro número da revista *Caminhos de Diálogo* trata especificamente da proposta do diálogo ecumênico e inter-religioso a partir das contribuições das Igrejas. Apresentamos, assim, as iniciativas dos organismos ecumênicos como o Conselho Mundial de Igrejas, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil e a Coordenadoria Ecumênica de Serviços; apresentamos as iniciativas de diálogo das Igrejas católica, anglicana e luterana; e entendemos que essas iniciativas se sustentam por uma "mística do diálogo", que seja capaz de possibilitar a interação das diferentes iniciativas de encontro entre Igrejas, religiões e culturas.

Agradecemos a preciosa colaboração e parceria da Associação Nacional de Escolas Católicas - ANEC, sem a qual seria impossível sonhar com o projeto que "Caminhos de Diálogo" se propõe. É justamente no âmbito da educação que se plasnam pessoas atentas e sensíveis aos valores presentes nas diferentes tradições culturais e religiosas do nosso País, fazendo das diferenças a grande riqueza que o caracteriza.

Desejamos que o leitor faça bom uso dessa revista, lendo-a, refletindo sobre seu conteúdo, sustentando suas práticas de diálogo e convivência com as diferenças.

Contamos com sua contribuição para o aperfeiçoamento e a divulgação dessa publicação. É nossa expectativa que ela chegue às lideranças das Igrejas, das religiões e das organizações sociais que propõem os valores da liberdade religiosa, da cooperação entre os credos, da vida digna pautada na justiça e na paz. Para isso, juntos vamos percorrer os Caminhos de Diálogo.

Dom Francisco Biasin

Presidente da Comissão Episcopal Pastoral para o Ecumenismo
e o Diálogo Inter-religioso - CNBB

Editorial

Vivemos num mundo eminentemente plural, nos âmbitos sociocultural, eclesial e religioso. Esse pluralismo configura o mundo globalizado, unindo os povos numa aldeia planetária onde se encontram, e por vezes se desencontram, as diferentes culturas, os diferentes saberes das ciências, os diferentes credos, entre outros. São diferenças que enriquecem a história da humanidade e apresentam desafios e possibilidades para a convivência humana. Os desafios e as possibilidades do mundo plural são apreendidos a partir do lugar e das motivações de cada habitante do planeta. Para muitos as possibilidades de convivência são geradoras de posturas democráticas, dialógicas, de complementariedade das diferenças. Para outros elas são, infelizmente, suplantadas por tendências fundamentalistas, preconceituosas e exclusivistas, que geram tensões e afastam pessoas, povos, culturas, igrejas e religiões.

Uma exigência se impõe na realidade plural: o diálogo. Diálogo é tanto uma atitude frente à realidade plural, quanto um elemento constitutivo da própria realidade. A forma de dialogar mostra a concepção que temos do real, da verdade das coisas, e expressa a dimensão fundamental do pensamento humano. Tudo se compreende dialogicamente. A exigência do diálogo na realidade plural desabsolutiza a verdade, possibilita a passagem do extático/fixo, para o dinâmico/versátil. E daqui tem-se a passagem do absolutismo para a relacionalidade, do solipsismo para a mutualidade, do monólogo para o diálogo, da solidão para a comunhão.

Não é apenas uma questão de hermenêutica, mas uma situação existencial de posicionamento na realidade plural. Pensadores com G. Gadamer e P. Ricoeur mostram que o conhecimento da realidade é uma visão interpretativa da realidade. O conhecimento inicia no sujeito e é também parte do sujeito. Nenhuma descrição de algo é completamente objetiva, no sentido de não depender de um sujeito; e nem é absoluta, no sentido de não permitir outras descrições. Daqui a necessidade de engajar-se no diálogo com os diferentes saberes do real. A busca da verdade exige o diálogo entre as múltiplas formas de entendê-la. A verdade não é definida por exclusão, mas por relação.

Quais as implicações disso para a fé cristã e eclesial? No encontro com as religiões, é necessário compreender que o universo da experiência do sagrado é plural, distinguindo entre o objeto da fé (Deus, o Evangelho de Jesus Cristo e seu Reino, o Nirvana, a Realidade Última), e a forma de crer (Igreja/religião). E no encontro entre as igrejas, é preciso compreender que a vivência eclesial do Evangelho

acontece em ambientes e modalidades diversas, não se limita a uma tradição eclesial (UR 3; LG 15; UUS 11.13).

O mundo religioso plural mostra que o conteúdo da fé de todas as igrejas e as religiões as transcende, seu objeto está além, é fim. As igrejas e as religiões aparecem como meio, vias legítimas para a experiência do objeto da fé, mas limitadas em relação a ele. Esse limite aponta para a possibilidade de uma experiência multiforme do Transcendente em todos os credos. Sem cair no sincretismo e relativismo dos próprios princípios religiosos, é preciso reconhecer uma relatividade das tradições religiosas e eclesiais nas suas expressões de fé. Isso abre espaços para experiências de diálogo, de convivência e de cooperação ecumênicas e inter-religiosas.

Assim, a exigência do diálogo se impõe para todos os crentes. Esse diálogo acontece a partir do engajamento de cada um na própria fé. Para estes, não basta uma leitura sócio-fenomenológica da realidade plural. Faz-se mister uma leitura na ótica da fé. Apenas no próprio horizonte religioso é possível apreender a verdade mais profunda das coisas. Para o cristão essa é a possibilidade de discernir o significado e as interpelações do mundo plural para o Evangelho e a Igreja.

Nesse contexto, urge abrir Caminhos de Diálogo, de forma corajosa e profética. São caminhos que possibilitam encontros das diferenças e reconciliação das divergências. Os passos desses caminhos são a afirmação da liberdade religiosa; a disponibilidade para acolhida, convivência e cooperação entre todos os credos; a luta contra os fatores de contradição e de divisão do Povo de Deus; a cooperação em projetos de promoção de todas as formas de vida existentes no planeta. Para os cristãos e as igrejas, a marca indelével desse caminho é o testemunho comum do Evangelho no mundo.

Os Caminhos de Diálogo há muito foram abertos, e muitos por eles percorrem. Apontamos três horizontes desse caminho: 1) herdamos hoje caminhos traçados pelo "movimento ecumênico" iniciado no final do século XIX e início do século XX, com o intuito de possibilitar a unidade dos cristãos. Esse movimento realiza significativos esforços para que os cristãos possam comungar na confissão da fé cristã, no testemunho do Evangelho no mundo, numa espiritualidade comum e em projetos de cooperação por um mundo melhor. Após mais de cem anos do movimento ecumênico, a aspiração pela unidade dos cristãos continua em vigor, mesmo se por vezes fragilizada por motivos diversos, apresentados sobretudo pelas estruturas eclesiais com tendências ao fechamento identitário. 2) Os Caminhos de Diálogo se alargaram a partir de meados do século XX, abrindo trilhas para o "diálogo inter-religioso". Aqui, as tradições religiosas apresentam-se mutuamente com suas heranças doutrinárias, rituais, místicas, oferta e acolhida do que possuem. Possibilitam intercâmbio de experiências existenciais e

utopias. O cristianismo tem o desafio de redimensionar o entendimento da sua convicção na universalidade salvífica do plano de Deus que acontece pela particularidade da mediação em Jesus Cristo (At 4,12; ITm 2,3-5). 3) E por esses Caminhos percorre também o "diálogo intercultural" que se faz sempre mais necessário no atual mundo globalizado, num encontro interativo das ciências, da arte, da política, da economia... Nada do que anda pode ficar à margem dos Caminhos de Diálogo.

Aqui a razão da revista que agora chega em suas mãos: quer alargar ainda mais as margens dos Caminhos de Diálogo, nele acolhendo os que ainda se encontram à sua margem, ou mesmo fora dele. Quer tratar desses diálogos da forma mais ampla possível, em seus horizontes sociológicos, antropológicos e teológicos; em suas formas, seus métodos, seus conteúdos e seus objetivos. Ao mesmo tempo que buscará abordar as experiências de diálogo entre as igrejas e as religiões de âmbito internacional, terá um olhar privilegiado para os sinais dos Caminhos de Diálogo que acontecem no Brasil. A revista pretende, humildemente, suprir uma carência de informar e formar o leitor brasileiro sobre o diálogo ecumênico, inter-religioso e intercultural. Em nosso país, a história desse diálogo há muito está sendo vivida. Precisa ser refletida e escrita. Urge noticiar as positivas iniciativas de diálogo. E para isso é fundamental que as questões a ele relativas tenham um veículo de transmissão a um público maior do que os que nele estão concretamente engajados, e que vá além das academias onde essas questões são refletidas.

É necessário fazer com que o diálogo ecumênico, inter-religioso e das culturas sejam objetos de leitura e de discussão nos diferentes espaços tanto das igrejas e das religiões, quanto da sociedade. Esse é o principal objetivo da nossa revista: mostrar que a preocupação pelo desenvolvimento do diálogo não é apenas dos religiosos, é de todos. É nossa esperança que esta revista contribua para isso, promovendo uma "cultura do encontro" por um diálogo que supere atitudes preconceituosas e discriminatórias entre povos, igrejas e religiões; ajudando o despertar para o reconhecimento mútuo dos valores que os diferentes credos possuem; incentivando a cooperação de igrejas e religiões por um mundo melhor. Cada página de nossa revista quer ser uma pista, uma trilha, uma marca do caminho percorrido conjuntamente pelos diferentes povos, as diferentes culturas, igrejas e religiões.

Para isso, é necessário avançar com a firmeza e a ousadia da fé de cada caminheiro nos Caminhos de Diálogo. São caminhos que possibilitam encontros entre as manifestações das diferenças. Esses encontros geram amizades, compromissos, comunhão. E se sustentam na medida em que neles se explicita uma verdade comum aos que se encontram. No encontro nessa verdade, as diferenças convergem em experiências de convivência, interação e comunhão. Nessas experiências, alargam-se ainda mais os

caminhos, juntam-se mais caminhheiros, se enriquece o diálogo, se fortalece a comunhão. O que se vislumbra no final do caminho pode ser diferente para cada viandante. Mas "caminhar é preciso"... e caminhar juntos é a forma de acertar o caminho.

Este primeiro número da revista Caminhos de Diálogo apresenta as iniciativas de igrejas e organizações ecumênicas. Francisco Biasin apresenta as marcas da espiritualidade dos caminhos de diálogo; Marcelo Schneider apresenta uma visão panorâmica do movimento ecumênico mundial na atualidade, a partir da proposta do Conselho Mundial de Igrejas; Ervino Schmidt mostra a caminhada ecumênica do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil; Eliana Rolemberg apresenta as marcas do caminho ecumênico traçado pela Coordenadoria Ecumênica de Serviços; Gabriele Cipriani reflete sobre os passos de diálogo dados pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; Rolf Schunemann apresenta a proposta ecumênica da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil; Carlos Eduardo Calvani e Luiz Coelho, fazem um significativo retrato do ecumenismo na Igreja Episcopal Anglicana do Brasil; Elias Wolff reflete sobre perspectivas teológicas do diálogo inter-religioso. Temos, ainda Recensões, Crônicas e Documentação.

Muitos outros sinais da caminhada ecumênica, inter-religiosa e intercultural merecem ser apresentados e refletidos. Prometemos fazê-lo nos próximos números desta revista. Estamos apenas iniciando.

A Comissão Episcopal Pastoral para o Ecumenismo e o Diálogo Inter-religioso, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, promotora e responsável por esta publicação, sente uma alegria impar ao realizar este projeto. E o faz na convicção ecumênica que dá razão à sua existência. Mais que uma honra, é um dever, um compromisso, uma missão: promover o diálogo em todas as instâncias sociais, eclesiais e religiosas, nas suas múltiplas formas e num amplo' horizonte de conteúdos. Mas não o faz sozinha. Realiza esse projeto em parceria com a Associação Nacional das Escolas Católicas - ANEC, a quem muito agradece por aceitar a ser parceira nessa caminhada. Agradece também aos que se disponibilizaram a compor os Conselhos Editorial e Consultivo, fortalecendo com suas experiências e seus saberes os passos que precisamos dar para que a revista Caminhos do Diálogo possa atingir a sua meta. E agradece a você, leitor, que queira contribuir para o aperfeiçoamento deste projeto, seja dialogando conosco sobre o seu conteúdo, seja pela leitura, divulgação e campanha de assinaturas. Com todos, avançamos pelas tortuosas, mas belas e esperançosas, trilhas da reflexão sobre os Caminhos de Diálogo ecumênico, inter-religioso e intercultural.

Elias Wolff

Diretor

Artigo 1

A Mística do Diálogo

Dom Francisco Biasin¹

Resumo

O termo "mística", de origem grega Μύειν, significa o que está na profundidade do ser, oculto, em segredo. Na perspectiva religiosa indica um processo de transformação do ser humano a partir da sua interioridade, revelando o que está oculto na relação de comunhão com o Outro, o divino. "Espiritualidade" é o caminho percorrido para isso, os métodos e instrumentos que possibilitam a experiência mística. Com o Concílio Vaticano II, a Igreja católica integrou-se no movimento ecumênico e no diálogo inter-religioso. Desde então, orienta seus fiéis para o desenvolvimento de uma mística/espiritualidade do diálogo pela oração, a conversão, o perdão mútuo, como a alma do diálogo entre as Igrejas e as religiões.

Palavras-chave: Mística. Espiritualidade. Diálogo. Relação. Cooperação.

Abstract

The term "mystical", Μύειν of Greek origin, means what is the depth of being, hidden, secret. In religious perspective it indicates a transformation process of being human from its interior, revealing what is hidden in the relationship of communion with the Other, the divine. "Spirituality" it is the path to it, the methods and tools that enables the mystical experience. With the Second Vatican Council, the Catholic Church has settled in the ecumenical movement and inter religious dialogue. Since then, it guides the faithful to develop a mystical / spiritual dialogue of prayer, conversion, mutual for-giveness, as the soul of the dialogue between the Churches and religions.

Keywords: Mysticism. Spirituality, Dialogue. Relation. Cooperation.

I. Mística e Espiritualidade

1. Mística: palavra na moda.

Não há banca de jornal, sobretudo nas grandes cidades e em lugares muito frequentados, como rodoviárias e aeroportos, onde não se encontre uma rica e variada produção de obras literárias colocadas ao alcance de um público desejoso de saciar a sua sede de espiritualidade e de conhecer experiências místicas de matizes religiosas e culturais das mais diversificadas.

Sem dúvida não é neste sentido que Karl Rahner escreveu em 1966: "O cristão do futuro ou será um místico ou não existirá de fato".

Em todo caso, podemos afirmar que, bem ou mal, esta sede de conhecimento e de experiência mística "democratizou" a palavra e o conceito, que passaram do domínio e do uso interno dos ambientes religiosos às bancas de jornais e ao vocabulário usado por muitas pessoas, cristãs ou não, desejosas de encontrar motivações profundas para a sua vida e o seu agir, a fim de superar os limites impostos por uma sociedade e uma cultura fragmentadas, incapazes de abrir horizontes mais amplos, profundos e luminosos, para saciar a sede de felicidade presente no coração do ser humano.

O que sempre ressoa na palavra "mística" é um certo conhecimento experiencial de Deus ou de Absoluto, na busca de sentido, que motiva a vida das pessoas e que, nos dias de hoje, não fica recluso como propriedade nas mãos de poucos "privilegiados" ou refém de "especialistas" em teologia espiritual.

"Com muita propriedade Dorothee Sölle escreveu:

¹Bispo de Barra do Piraí/Volta Redonda - RJ, Presidente da Comissão Episcopal Pastoral para o Ecumenismo e o Diálogo Inter-religioso - CNBB.

"Meu interesse mais importante é democratizar a mística. Com isso quero dizer que a sensibilidade mística que está em todos nós, seja de novo admitida, seja desenterrada dos escombros da trivialidade. Ou, se quiser, da auto-trivialização. Todos nós somos místicos. Não é somente uma constatação, mas uma exigência que é feita à vida. Mística é experiência da unidade e da integridade da vida, mas também percepção inevitável do que nesta vida existe de quebrado. É a forma mais perigosa de resistência nascida da beleza"².

"A expressão democratizar a mística jamais pode sugerir que a mística seja o resultado de uma construção humana. Esta afirmação, porém, precisa de uma complementação: não haverá uma democratização da mística se não for vivenciada num serviço à humanidade, submergida no cotidiano como um testemunho que faz crer, não que o homem busca e pensa em Deus, mas que Deus busca e pensa no homem"³.

2. Mística e espiritualidade: palavras ambíguas?

Ainda hoje, até dentro de ambientes religiosos estas duas palavras são acolhidas com certa suspeita por parte de muitas pessoas: identifica-se quem envereda por caminhos de "vida espiritual" ou de "vida interior" como alguém que vive fora da realidade, num mundo alienado dos problemas concretos da vida.

Como já afirmamos, se ainda há resistências, estas vão sendo vencidas por uma busca cada vez maior de caminhos que levam a fazer experiência de Deus no cotidiano da vida, superando a crise da racionalidade moderna e fazendo emergir a necessidade do encontro com o Absoluto, como dimensão antropológica que acompanha a pessoa em todo o seu percurso existencial.

3. Mas, o que é mística?

Todos os autores concordam em definir a origem semântica da palavra, proveniente do verbo grego "múein" que significa fechar, ocultar, guardar em segredo (M. Barros), perceber o caráter escondido, não comunicado de uma realidade ou de uma intenção (L. Boff).

Quanto à sua compreensão ao longo dos séculos dentro da Igreja Católica e de outras experiências cristãs, precisaria de um tratado e de um estudo aprofundado, o que não é o nosso caso. Cabe-nos nesta reflexão dar apenas algumas noções da compreensão que atualmente o termo tem, fruto de experiências significativas vivenciadas neste momento histórico, para aprofundar a mística do diálogo, tema que nos foi proposto.

"Mística é um processo de transformação pessoal. Trata-se de uma transformação que tem seu ponto de partida no interior de uma pessoa, no seu "centro", na "ponta fina do seu espírito", no "fundo da sua alma". As indicações dessa "localização" espiritual são muitas e variadas. O próprio místico só a descobriu pelo toque divino, mas sente-se incapaz de fornecer as outras informações mais detalhadas. Olhando bem, ele não tem endereço. O endereço dele é o Outro. E por ser o Outro, o verdadeiro místico não é aquele que repousa com gostosa e tranquila satisfação na sua própria essência. Voltada para o Outro, a experiência mística repercute irresistivelmente na vida e convivência concreta da pessoa. O místico é alguém de cada dia, é humano com os outros humanos. É precisamente na sua união com Deus, por isso, a partir do Outro, que ele se torna cada vez mais ele

² V. WILDERINK, Mística e Místicos, O Lutador, 33 - 34.

³ V. WILDERINK, Mística e Místicos, O Lutador, 86.

*mesmo*⁴.

Trata-se de um "deslocar-se" de si mesmo para o Outro, de um "ex-tase", isto é: permanecer fora de si, voltado para o Outro que dá sentido e consistência nova à própria existência humana.

Autores que aprofundam a experiência mística afirmam que tal experiência não é propriedade exclusiva dos cristãos, mas em formas análogas está presente em outras tradições religiosas. Entre todos citamos Raimon Panikkar.

Ele assinala que a "mística não é uma especialização, mas uma dimensão antropológica que acompanha a pessoa em todo o seu trajeto existencial. O ser humano está animado potencialmente pela capacidade de desocultar o Mistério que habita na realidade, e de fazer irradiar esta experiência para os outros, como as ondas que atingem as margens de um lago. A mística vem por ele descrita como "a experiência da realidade última", a "experiência integral da realidade". A categoria "realidade" (ou "Real") vem escolhida em razão de sua maior neutralidade e por seu potencial macro-ecumênico. A realidade é o símbolo escolhido para traduzir o Tudo (to holon). A experiência mística é, assim, uma experiência de integralidade, que possibilita o acesso à realidade integral, que pode ser nomeada de diversas formas: Deus, Tudo, Nada, Ser etc. Não se trata de algo superficial ou de mera imediatez, mas de uma inserção profunda no interior mesmo da coisa experienciada. E isto não significa assunção do panteísmo, pois a experiência mística toca apenas tangencialmente e contingencialmente a realidade. O Mistério permanece aceso. O divino envolve toda a realidade, mas a ultrapassa infinitamente"⁵.

Trata-se de um "conhecimento sem mediações": a Realidade se descortina a partir da uma luz intensíssima que vem do interior da pessoa, luz experimentada não como conhecimento, mas como presença.

4. O termo Espiritualidade

Se a mística é este processo de transformação da pessoa até atingir o fundo da sua alma numa abertura total ao absolutamente Outro, a espiritualidade pode ser considerada o caminho que a isto conduz e diz respeito aos métodos e instrumentos empregados para preparar a pessoa a fazer a experiência mística, uma vez que tal experiência é iniciativa gratuita de Deus.

É claro que a palavra espiritualidade vem de "espírito". Para nós cristãos viver a vida espiritual significa deixar-se conduzir pelo Espírito de Deus.

"Uma espiritualidade responde às questões de um tempo e nunca pode responder a não ser nos próprios termos dessas questões, porque são os problemas concretos vividos naquele momento histórico que as pessoas enfrentam, tanto os cristãos como os outros"⁶.

Neste sentido há autores e obras, cada vez mais numerosos, que afirmam ser a espiritualidade um patrimônio de todos os seres humanos.

"Espiritualidade é tudo o que ajuda a pessoa ou a comunidade a viver uma vida nova «conduzida pelo Espírito de Deus». A sensibilidade atual enxerga esta energia divina presente em todas as pessoas e entende que basta desenvolvê-la em qualquer religião ou cultura. «Entre Deus e a alma humana não existe um entre. Tudo está mergulhado em Deus. Em todas as manifestações da vida e da natureza, você pode receber o Espírito de Deus»⁷. Para quem é cristão, a referência a Jesus Cristo e ao caminho do Reino é sempre essencial.

O que o Espírito nos pede hoje é uma grande sensibilidade para com o

4 V. WILDERINK, *Mística e Místicos*, 86.

5 F. TEIXEIRA, "Marcos de uma mística inter-religiosa". Artigo no Blog "Diálogos" do dia 13/04/2010

6 M. de CERTEAU, *Lafablesse de Croire*, Ed Seuil, 1987, 320.

7 Juliana de NORWICH, *mística do séc. XIV*.

*sofrimento da terra ameaçada e uma maior atenção ao diálogo intercultural e inter-religioso para juntos trabalharmos pela paz no mundo*⁸.

II. Espiritualidade Ecumênica

"No mundo de hoje, em várias partes da terra, sob o sopro da graça do Espírito Santo, muitos se esforçam pela oração, pela palavra e pela ação, para alcançar a plenitude da unidade almejada por Jesus Cristo. O Concílio exorta os fiéis católicos a reconhecerem os sinais dos tempos e a participarem ativamente do trabalho ecumênico" (UR 4).

Esta constatação da Assembléia conciliar Vaticano II (1962-1965), responde a uma das finalidades, talvez a mais explícita e premente, formulada pelo saudoso Papa João XXIII ao convocar o Concílio e lembrada de forma explícita no início do decreto conciliar *Unitatis Redintegratio*: "Promover a reintegração de todos os cristãos na unidade é um dos principais objetivos do Concílio Ecumênico Vaticano II" (UR 1).

1. Alcançar a plenitude da unidade almejada por Jesus Cristo

"Pai, que todos sejam um!"

Este pedido é considerado o coração da sublime, apaixonada e intensíssima oração de Jesus, chamada de sacerdotal porque brotou do coração ardente de amor de Cristo no momento de sua entrega total, na ceia derradeira.

2. A unidade, nota característica da Igreja

A unidade é o sinal que caracteriza a natureza da comunidade cristã, é um bem precioso em si mesmo, sinal de eleição e do seu caráter de verdadeira comunidade de Jesus.

Segundo o evangelho de João, a unidade da comunidade fundamenta-se na unidade de Deus e a torna visível. A unidade, por assim dizer, existe antes da Igreja, é um presente doado à Igreja, não uma meta a ser alcançada: se ela renunciasse à unidade, corromperia a sua própria natureza e seria infiel à sua vocação. É um axioma ecumênico que as Igrejas não podem criar e produzir sozinhas a unidade, pois ela é um dom. Elas poderão somente invocá-la, acolhê-la e recebê-la como expressão de uma comunhão já presente que encontra o seu fundamento último em Deus Trindade.

Nesta perspectiva, o ecumenismo não é um *hobby* ou um opcional, mas se constitui como fidelidade à oração de Jesus e ao seu testamento: que todos os que creem nele sejam um, como ele com o Pai e o Pai com ele. Qualquer séria ameaça à unidade não é periférica na vida da Igreja, mas põe em questão a própria comunidade na sua existência e na sua missão. Na Igreja primitiva esta convicção era tão forte que ela foi sigilada no símbolo niceno-constantinopolitano e traduzida na afirmação pela qual a unidade é sinal essencial da Igreja, sendo a sua primeira nota característica.

Como a unidade pertence à sua natureza, a Igreja não pode acostumar-se com a divisão que contradiz à intenção fundante de Jesus e à sua própria essência. Nem uma história secular de separação pode legitimar o fato que as igrejas se neguem mutuamente a comunhão na pregação, no sacramento e no ministério. Sendo que inegáveis motivos da verdade evangélica e da ética cristã não justificam a quebra da comunhão eclesial, a separação torna-se ilegítima porque é uma ofensa contra a natureza da Igreja. Portanto pode se considerar em culpa uma comunidade cristã que aceita e justifica a divisão ou se fixa nela, qualquer que seja o motivo que a originou. "Não é a unidade que requer uma justificativa, mas a separação!"⁹.

⁸ M. BARROS. *O Re-encanto da vida: Um começo de conversa sobre espiritualidade em Espiritualidade e Mística*, Curso de verão - Ano XI. CESER Paulus, 23,24.

⁹ J. RATZINGER, *Theologische Prinzipienlehre*, Munchen, 1982, 211.

3. Credibilidade e responsabilidade diante do mundo

A divisão das Igrejas prejudica profundamente a credibilidade do anúncio cristão. A atividade ecumênica deve dar credibilidade às Igrejas cristãs e ao seu anúncio, sobretudo a respeito dos temas da justiça e da paz, da opressão e da fome, da perseguição e dos direitos humanos, colocando-se assim a serviço da unidade da sociedade e da humanidade e como paradigma para o exercício da tolerância e do diálogo, a integração e inclusão social.

Durante a Conferência Missionária Mundial de Edimburgo (1910), a assembléia ficou estremecida pela intervenção de um delegado das jovens igrejas da Ásia que fez o seguinte pronunciamento:

«Vós nos enviastes missionários que nos fizeram conhecer Jesus Cristo e disso não podemos que agradecer-vos. Mas nos trouxestes também as vossas distinções e as vossas divisões: alguns nos pregam o metodismo, outros o luteranismo, o congregacionalismo ou o episcopalismo. Nós vos pedimos de pregar o Evangelho e de deixar que o próprio Cristo Senhor suscite no meio dos nossos povos, pela solicitação do seu Santo Espírito, a igreja conforme as suas exigências, que será a Igreja de Cristo no Japão, a Igreja de Cristo na China, a Igreja de Cristo na Índia, liberta finalmente de todos os "ismos" com que vós classificastes a pregação do Evangelho no meio de nós».

J. Mott, presidente da assembléia, concluiu os trabalhos com as seguintes palavras:

«Nós fomos humilhados com grande força pela descoberta de que o maior obstáculo à difusão do Cristianismo tem o seu lugar dentro de nós (...) Isso significa que precisamos nos comprometer não somente a rever os nossos projetos em favor do Reino de Deus, mas também e sobretudo a rever com fidelidade ainda maior os projetos que se referem à conversão da nossa vida pessoal»¹⁰.

4. Fundamentalmente unidos

Em certos âmbitos eclesiais constata-se uma visão insuficiente de ecumenismo: trata-se de cristãos que se reconhecem em comunhão apenas porque, com boa vontade e com esforço, procuram ir além das divisões. Em outras palavras, diversas igrejas e comunidades eclesiais não se consideram realidades isoladas e distintas, estranhas umas às outras por causa das divisões *só porque o amor vai além das diferenças*, mas continuam frisando as diferenças e se identificando a partir das diferenças. Isto, ainda que válido e importante por estimular o amor fraterno, é insuficiente.

Se os cristãos se reconhecem em comunhão, é antes de tudo porque já estão! É muito mais importante o que os une! O que a caridade pode fazer e faz é atualizar, vivificar e fortalecer o que já são! É uma perspectiva ao mesmo tempo ontológica e profética: baseia-se no que somos e antecipa o que seremos.

João Paulo II, em visita ao Conselho Mundial de Igrejas, Genebra, em 12/06/1984 afirmou: "Eis aqui o que nos impulsiona a renovar os vínculos de comunhão. Trata-se de aceitarmos ser aquilo que somos para Deus, em virtude de "um só Batismo", por causa de "um só Deus e Pai de todos, que reina sobre todos, através de todos e em todos" (Ef 4,6)! Se o fato de estarmos divididos ainda persiste, muito mais consistente e forte é a realidade de estarmos mergulhados no mistério de Pentecostes, a antítese de Babel. As nossas divisões portanto, contrastam com a unidade já existente e são, por isso mesmo, muito mais escandalosas!" A mesma convicção caracteriza também o pensamento de Paulo VI quando escreve ao Patriarca ecumênico Atenágoras: "Na luz de Cristo vemos como seja urgente superar os obstáculos existentes para chegar a levar

¹⁰ Mario GNOCCHI, "Ecumenismo, dimensione di Chiesa", in *Quaderni dei Centro Pastorale Diocesi di Cremona*, n. 1, 1997, 4 e 5. Tradução nossa.

à sua plenitude e perfeição, a comunhão tão rica que já existe entre nós!"¹¹.

5. Não eclesiocentrismo, mas Cristocentrismo.

Nenhuma Igreja é o centro de convergência!

A referência ao Mistério de Cristo é a maneira correta de apreciar a comunhão existente entre as Igrejas: quanto mais nos aproximarmos de Cristo, mais perto estaremos uns dos outros!

A atividade e o espírito ecumênicos, portanto, devem estar baseados no encontro, no diálogo, e na convergência em direção ao Cristo, mediante um processo de conversão de todos os fiéis de todas as igrejas ao Senhor e às exigências e prática do evangelho. As nossas diferenças não nos levem a frisar a divisão, mas sirvam para nos enriquecer! Para concluir diria: nem divisão, nem uniformidade, mas unidade trinitária!

6. Para não se decepcionar

João XXIII, no seu sonho de criança, desejava o Concílio Vaticano II para que, entre as outras finalidades, pudesse realizar a unidade das Igrejas cristãs. O caminho mostrou-se mais árduo e longo do que se podia imaginar. Para não se decepcionar declarou: "Deus não nos pede que realizemos a unidade, mas que por ela oremos, trabalhemos, sofram e estejamos dispostos a dar a vida!"

III. Ecumenismo Espiritual: Origem e Traços Característicos

1. Origem

O movimento ecumênico fundamenta-se na oração. Como Jesus orou e pediu, assim a Igreja ora e pede. Com este espírito nasceu a proposta de realizar a Semana de Oração pela Unidade dos cristãos (SOUC).

Surgida em 1908 por iniciativa de dois ministros, um anglicano, Paul J. F. Wattson, e outro episcopaliano, Spencer Jones, ela logo recebeu em campo católico a aprovação e o incentivo dos Papas São Pio X e Bento XV, embora com a finalidade de reconduzir as outras Igrejas à Igreja de Roma.

Em 1933 o abbé francês Paul-Iréné Couturier, considerado o pai do ecumenismo espiritual, inovou orientando-a à reconciliação recíproca entre todos os batizados na fé cristã, rumo à unidade "que Deus quiser, com os meios que Ele quiser", convicto de que "não se reza para a conversão a uma igreja, mas para uma conversão a Cristo".

Com este novo espírito é claro que muitas outras Igrejas e comunidades eclesiais aderiram, acolhendo a SOUC em suas respectivas confissões de fé cristã.

A partir do ano 1958 o tema e o material da SOUC são elaborados por uma comissão mista de várias Igrejas e comunidades eclesiais, contemplando uma introdução ao tema, indicações para um serviço litúrgico ecumênico, leituras e meditações bíblicas para cada dia da semana de oração.

Assim a Semana de Oração é animada a partir do esforço para a superação de preconceitos históricos, a fim de favorecer o diálogo, a convivência e a comunhão fraterna das Igrejas! Ela, portanto, renova nos cristãos a consciência de que "nenhum caminho comum poderá ser realizado fora da espiritualidade ecumênica, isto é, sem oração. O movimento ecumênico nasceu com a proposta de realizar a Semana de Oração pela Unidade. Ela deve recordar-nos que nós homens não podemos realizar esta unidade, mas podemos, talvez, colocar alguma transitória condição histórica, que depois o Espírito Santo usa"¹².

2. A existência de uma comunhão fundamental entre os membros das diversas confissões cristãs, em razão da fé e do batismo. Consequência: a fraternidade.

¹¹ PAULO VI, Carta ao Patriarca Atenágoras, de 25 de julho de 1967.

¹² Card. Kurt KOCH, Palestra conferida no Curso anual para Bispos, organizado pela Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro no dia 8 de Fevereiro de 2012. Apostila.

"Aqueles que crêem em Cristo e foram devidamente batizados estão constituídos numa certa comunhão, embora não perfeita, com a Igreja Católica que os abraça com fraterna reverência e amor (...). Justificados pela fé no Batismo, eles são incorporados a Cristo e, por isso, com razão, honrados com o nome de cristãos e merecidamente reconhecidos pelos filhos da Igreja Católica como irmãos no Senhor" (UR 3).

Esta fraternidade leva os fiéis católicos a:

"eliminar palavras, juízos e ações que, segundo a equidade e a verdade, não correspondem à condição dos irmãos separados e, por isso, tornam mais difíceis as relações com eles" (UR 4);

pedir perdão e a perdoar. "Também das culpas contra a unidade, vale o testemunho de S. João: "Se dissermos que não temos pecado, fazemo-lo mentiroso e a sua palavra não está em nós"(LJo 1,10). Por isso pedimos humildemente perdão a Deus e os irmãos separados, assim como também nós perdoamos àqueles que nos ofenderam". (UR 7);

manter o diálogo estabelecido entre peritos competentes, em reuniões de cristãos das diversas Igrejas e Comunidades, organizadas em espírito religioso, em que cada qual explica mais profundamente a doutrina da sua Comunhão e apresenta com clareza as suas características"(UR 4);

"reunirem-se em oração unânime. Enfim, todos examinam a sua fidelidade à vontade de Cristo acerca da Igreja e, na medida da necessidade, levam vigorosamente por diante o trabalho de renovação e reforma"(UR 4);

"se preocuparem com os irmãos separados, rezando por eles, comunicando com eles sobre assuntos da Igreja, dando os primeiros passos em direção a eles. Sobretudo, porém, examinam com espírito sincero e atento aquelas coisas que na própria família católica devem ser renovadas e realizadas para que a sua vida dê um testemunho mais fiel e luminoso da doutrina e dos ensinamentos recebidos de Cristo, através dos Apóstolos"(UR 4).

3. Reconhecer e estimar os bens que fazem parte do patrimônio comum. Consequência: estima e edificação recíprocas.

"É mister que os católicos reconheçam com alegria e estimem os bens verdadeiramente cristãos, oriundos do patrimônio comum, que se encontram nos irmãos de nós separados. É digno e salutar reconhecer as riquezas de Cristo e as obras de virtude na vida de outros que dão testemunho de Cristo, às vezes até a efusão do sangue. Deus é, com efeito, sempre admirável e digno de admiração em suas obras" (UR 4).

"A coisa mais necessária para o ecumenismo é primariamente que, sob a pressão da secularização, não percamos, quase sem dar por isso, as grandes coisas que temos em comum, que por si mesmas nos tornam cristãos e que nos ficaram como dom e tarefa. O erro do período confessional foi ter visto, na maior parte das coisas, apenas aquilo que no separa, e não ter percebido de modo existencial o que temos em comum nas grandes diretrizes da Sagrada Escritura e nas profissões de fé do cristianismo antigo. Para mim isso constitui o grande progresso ecumênico dos últimos decênios: termo-nos dado conta desta

*comunhão e, no rezar e cantar juntos, no compromisso comum em prol da ética cristã face ao mundo, no testemunho comum do Deus de Jesus Cristo neste mundo, reconhecemos tal comunhão como o nosso comum e imorredouro alicerce. É certo que o perigo de a perder não é irreal”*¹³

4. Necessidade da renovação da Igreja e conversão. Consequência: santidade de vida.

Os números 6 e 7 do UR expressam com grande luminosidade e ao mesmo tempo com concreto realismo as atitudes de renovação e conversão do coração da Igreja Católica e de seus membros, incluindo em primeiro lugar os pastores. Citamos alguns trechos:

"Toda a renovação da Igreja, consiste essencialmente numa maior fidelidade à própria vocação. Esta é, sem dúvida, a razão do movimento para a unidade. A Igreja peregrina é chamada por Cristo a essa reforma perene. (...) Esta renovação tem, por isso, grande importância ecumênica. Ela já é efetuada em várias esferas da Igreja. Tais são os movimentos bíblico e litúrgico, a pregação da Palavra de Deus e a catequese, o apostolado dos leigos, as novas formas de vida religiosa, a espiritualidade do matrimônio, a doutrina e atividade da Igreja no campo social. Tudo isso deve ser tido como penhor e auspício que felizmente prognosticam os futuros progressos do ecumenismo" (UR6);

"Não há verdadeiro ecumenismo sem conversão interior. É que os anseios de unidade nascem e amadurecem a partir da renovação da mente, da abnegação de si mesmo e da libérrima efusão da caridade. (...) Lembrem-se todos os cristãos de que tanto melhor promoverão e até realizarão a união dos cristãos quanto mais se esforçarem por levar uma vida mais pura, de acordo com o Evangelho. Porque, quanto mais unidos estiverem em comunhão estreita com o Pai, o Verbo e o Espírito, tanto mais íntima e facilmente conseguirão aumentar a fraternidade mútua"(UR 7).

Para concluir esta rápida mas, acredito, eloquente apresentação dos elementos que o Concílio apresenta para definir a espiritualidade ecumênica, confirmamos com as palavras do Decreto UR a síntese que ele faz:

"Esta conversão do coração e esta santidade de vida, juntamente com as orações particulares e públicas pela unidade dos cristãos, devem ser tidas como a alma de todo o movimento ecumênico, e com razão podem ser chamadas ecumenismo espiritual" (UR 8).

IV. O Diálogo

1. Breve excuro histórico

Uma das palavras mais usadas em ocasião do Concílio Vaticano II, e por ele lançada em muitos dos seus documentos, foi a palavra *diálogo*. Desde a convocação do Concílio, o saudoso papa João XIII usou-a para expressar a atitude da Igreja em relação ao mundo e Paulo VI na sua primeira Carta Encíclica sobre a Igreja, a "Ecclesiam suam" de 1964, apresentava os quatro diálogos que, a partir de dentro da Igreja, deveriam alcançar a todos os homens de boa vontade. Mais tarde, à luz do Concílio, saíram outros documentos do magistério que ofereceram preciosas reflexões sobre o diálogo inter-religioso. Trata-se dos Documentos *Diálogo e missão* de 1984 e *Diálogo e anúncio* de 1991. Enfim o Papa João Paulo II na carta encíclica "Ut unum sint" de 1995,

¹³ BENTO XVI, Erfurt, 23 de setembro de 2011

retoma este argumento, indicando o diálogo como atitude necessária para o caminho ecumênico e o encontro com outras religiões.

A Igreja no Brasil, através de seus pastores, nas Diretrizes Gerais da sua ação evangelizadora, apresenta o diálogo como uma das exigências da evangelização. Poderíamos definir o período que se seguiu imediatamente ao Concílio como época do diálogo. O clima de esperança que o evento conciliar suscitou dentro e fora da Igreja foi capaz de despertar no mundo a certeza de que não há outro caminho possível para uma convivência pacífica a fim de construir um futuro para a humanidade, a não ser a atitude do diálogo entre as pessoas, as Igrejas, as religiões e as culturas.

Depois aos poucos iniciou e foi se consolidando um período que poderíamos chamar de "inverno", onde o diálogo parece ter congelado, as relações entre povos e culturas foram permeadas de medo e desconfiança, as Igrejas tem se voltado mais para dentro de si, reduzindo assim o ângulo de visão que lhes dificulta enxergar novos horizontes e a globalização se tornou um fenômeno cujos contornos apontam mais para a desumanização do ser humano do que para a sua valorização e dignidade, em prol da produção de lucros desmedidos a fim de aumentar o capital de empresas ultra-nacionais que atrás do anonimato se locupletam em vultuosas aplicações financeiras.

Neste nosso tempo a reflexão de sociólogos, filósofos e teólogos aparecem com títulos muito significativos: "O diálogo acabou?", "O mundo chato", "Diálogo em precário equilíbrio", "A época das paixões tristes", "No fim - O começo".

Constatamos com pesar que o diálogo iniciado com o Concílio está passando por certa crise. A este propósito escreve o Cardeal Kurt Koch, Presidente do Pontifício Conselho para o Ecumenismo: "Se a desunião da Igreja de Jesus Cristo é o verdadeiro escândalo e contradiz a essência da "una sancta", então impõe-se a nós, cristãos e cristãs, a questão autocrítica: nós realmente ainda sentimos este doloroso escândalo da divisão do Corpo uno de Cristo, ou nos arranjamos com este fato até mesmo nos conformando com ele? É minha mais profunda convicção que chegaremos a novos impulsos no ecumenismo só quando tivermos a coragem e a humildade de olhar, de olhos abertos, para esse escândalo que continua a existir. Portanto, sofro mais duramente na situação ecumênica atual pelo fato que, hoje, muitos cristãos e cristãs já não sentem, como realmente convém, essa dolorosa e anormal situação. Porque lá onde a divisão do Corpo uno de Cristo já não é percebida como escândalo e não causa mais dor, lá o ecumenismo já se fez, a si mesmo, supérfluo"¹⁴.

Contudo diante deste cenário começam a despontar anseios mais profundos para o prosseguimento e o aprofundamento do diálogo ecumênico e inter-religioso que requerem novos paradigmas e apontam novas perspectivas para a espiritualidade ecumênica.

"Um ecumenismo de afetação e mimos, um ecumenismo de fachada em que se deseja somente salvar as boas maneiras no trato de uns para com os outros, não ajuda a progredir; somente o diálogo na verdade e na clareza pode sustentar-nos a prosseguir o caminho"¹⁵

No mesmo sentido uma pastora valdesa, comentando o mesmo evento, assim se pronunciou: "Algo aconteceu nestes anos, após a terceira assembleia ecumênica de Sibiu em 2007. O diálogo parou em âmbitos institucionais para manter-se vivo somente nas relações bilaterais. Uma série de gestos que expressam mal-estar, ausências diante de convites ecumênicos, abandono de mesas de diálogo, indicam que não tem apenas dificuldades nos encontros, mas também que não se gostaria mais aceitar um nível superficial e puramente estético do encontro, para andar mais em profundidade"¹⁶

Enfim o Papa Bento XVI afirmou: "A fé dos cristãos não se baseia numa ponderação das nossas vantagens e desvantagens. Uma fé construída por nós próprios não tem valor. A fé não é algo que nós esquadrimos e concordamos"¹⁷

¹⁴ Cardeal K. KOCH, Palestra conferida no Curso anual para Bispos, organizado pela Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro no dia 8 de Fevereiro de 2012. Apostila

¹⁵ Card. W. KASPER em Sibiu - Romênia 2007, durante a 3ª Assembleia ecumênica da Europa. Tradução nossa.

¹⁶ L. TOMASSONE, "Il dialogo ecumenico dopo Sibiu", Revista *Confronti*, set. 2010. Tradução nossa.

¹⁷ BENTO XVI, Erfurt, 23 de setembro de 2011.

2. Atitudes de diálogo

2.1. A escuta.

Um dos principais protagonistas do Vaticano II, o Card. L. J. Suenens, dizia que as duas categorias que poderiam sintetizar a atitude que caracteriza o relacionamento entre a Igreja e o mundo são diálogo e serviço. E acrescentava: "ou melhor escuta e serviço, *porque dialogar é mais escutar do que falar*". O diálogo, de fato, não é apenas uma troca de palavras ou de ideias: de algum modo é sempre um "intercâmbio de dons", pois caracteriza o encontro de pessoas com toda a riqueza que elas trazem consigo.

No diálogo, portanto, é necessário colocar-se em atitude de profundo silêncio, adquirindo a capacidade de "fazer-se um" com quem fala, de "entrar na sua pele", sintonizando-se com a sua vida "vívida" e com o seu pensamento. A experiência mostra que, somente quem fala baseando-se neste silêncio de escuta, neste "esvaziar-se" por amor, coloca-se nas condições de entender e de responder em plenitude às exigências do interlocutor.

Nos ambientes cristãos fala-se hoje com sempre maior frequência da necessidade do silêncio interior para poder escutar a voz de Deus. Mas nem sempre se dá a mesma importância ao silêncio interior necessário para poder escutar os outros, escuta que pode constituir um autêntico encontro com Deus no próximo.

Outro aspecto importante da escuta consiste em estar atentos aos "silêncios" dos outros, porque muitas vezes eles nos falam mais forte através desses silêncios. É preciso saber escutar o coração do povo e da cultura onde o evangelho for semeado, colhendo também aquilo que eles não conseguem explicitar verbalmente com clareza, por incapacidade ou por incômodo.

Saber escutar é uma aprendizagem: a verdadeira escuta exige uma ascese e um treinamento e é a primeira característica daquele amor verdadeiro que torna possível o diálogo.

2.2 A humildade.

Com atitudes de superioridade não é possível realizar nenhum diálogo. O sentimento de superioridade constitui um real obstáculo ao diálogo, seja ecumênico como inter-religioso. A busca de caminhos comuns, para que seja sincera, deve ser humilde e deve acontecer sem medir vantagem e desvantagem para ninguém. O irmão, antes de ser pequeno, limitado pobre, ou até errado, é irmão. Este é o único título pelo qual é possível dialogar.

2.3 A amizade.

O clima para o diálogo verdadeiro é constituído pela amizade e pela confiança recíproca entre os interlocutores, pois essas atitudes produzem a abertura de coração que favorece a capacidade de se expressar e de compreender. Quando então o diálogo se realiza entre pessoas de culturas, credos ou convicções religiosas diferentes, o clima de amizade e confiança é indispensável para realizar um intercâmbio proveitoso e progredir no caminho da unidade e da paz.

O diálogo, de fato, não acontece apenas ao nível das ideias, mas tem profundas implicações na vida e nos relacionamentos interpessoais: o ser humano não é só cabeça, mas é também sentimento e se amolda às circunstâncias e experiências da vida e nelas se envolve. O diálogo então acontece sempre que acontece um autêntico e verdadeiro "encontro" de pessoas.

2.4 O testemunho.

O diálogo só é possível quando é precedido pelo testemunho a nível pessoal e comunitário. Existe uma profunda relação entre o que somos e o que dizemos: quando a nossa palavra expressa a experiência da nossa vida, incide mais facilmente na vida dos outros. No episódio de Jesus com a samaritana, João afirma: "A mulher correu à cidade dizendo a todos: 'Vinde ver um homem que me disse tudo o que fiz. Não seria ele o Cristo?. Eles saíram da cidade e foram ao seu encontro'(Jo 4,28-30). "Andar e ver" constitui a credibilidade daquilo que

afirmamos com as nossas palavras.

2.5 Sofrimento e busca da unidade.

O segredo do diálogo é Jesus crucificado que experimenta o abandono do Pai (cfr. Ef 2,13-18 e Mt 27,46). Ele derrubou o muro de separação no seu próprio corpo, atuando quanto disse de forma profética: "Quando serei levantado da terra atrairei todos a mim"(Jo 12,32).

"Jesus abandonado é também a luz para recompor a plena comunhão visível da única Igreja de Cristo. Podemos enxergá-lo como o «crucificado ecumênico».

E qual é o modo melhor para superar toda desunião pessoal ou coletiva?

Diante de cada uma delas devo dizer: «Se Ele assumiu todas as dores, as divisões, os traumas, posso pensar que, onde encontro um sofrimento, enxergo Ele também. Este sofrimento me relembra Ele, é uma presença dele, um rosto dele».

E, como Ele fez, nós também não podemos parar naquelas fendas. Se Jesus se entregou ao Pai que o abandonava, da mesma forma nós devemos ir além e superar a provação dizendo: «Nela amo a Ti, Jesus Abandonado, Te quero, Te abraço!»¹⁸.

A mesma autora, num diálogo gravado, afirmava durante um encontro ecumênico:

"É por Ele que nos procuramos, é por Ele que nos amamos, é por Ele que esperamos, é por Ele que não desistimos, apesar de se tratar de um empreendimento árduo".

V. Diálogo Inter-religioso

1. Um pouco de história

A atitude de desconsideração do cristianismo em relação às religiões de cunho popular tem origem na postura dos filósofos gregos em relação às crenças populares. Eles se propunham purificar estas crenças de todos os elementos vulgares, de magia e credices, assumindo apenas aqueles elementos que respondessem ao seu anseio de verdade e à busca da sabedoria!

Como o cristianismo adotou a cultura grego-romana, assumiu a mesma postura ao entrar em contato com todas as expressões populares e com todos os elementos religiosos dos povos que eram evangelizados e, enquanto dialogava com a "religião dos filósofos", não considerava ou até rejeitava as "religiões vulgares"!

1.1. Na alta idade média os missionários fizeram oposição radical aos cultos populares dos povos que ocuparam o antigo império romano, enquanto respeitaram de forma constante a religião dos filósofos gregos!

Na idade média clássica (séc. XII e XIII) os filósofos pagãos, como Platão, Aristóteles e outros foram tidos em grande consideração e seu sistema filosófico foi assumido para dar suporte cultural à reflexão teológica!

1.2 Na época da conquista, quando as caravelas espanholas e portuguesas atravessaram os oceanos em direção à Índia e às Américas, a postura foi basicamente a mesma. Aqui nas Américas as religiões indígenas foram consideradas populares, vulgares, supersticiosas, até inspiradas pelos demônios. Poucos missionários discerniram nelas elementos positivos e, mesmo assim foram silenciados e sua defesa foi abandonada. A estratégia dos reinos da Espanha e do Portugal veio piorar esta concepção: tudo o que não era da Igreja Católica, não era! Ao contrário era considerado erro, corrupção e imoralidade. Os missionários eram obrigados a impor a religião das monarquias conquistadores. O cristianismo, então, se tornou ideologia do Império e a Igreja

¹⁸ C. LUBICH, II diálogo é Vita - Città Nuova, 63.

se tornou prisioneira do sistema imperial que se impôs aos povos conquistados.

1.3 Na época da colonização se repetiu, de forma moderna, o que se deu na época da conquista. A colonização se deu por uma estreita colaboração entre as Igrejas cristãs e as novas potências europeias. A luta contra as religiões tradicionais era travada em nome da "civilização" ocidental: era preciso civilizar. Colonizar, civilizar e evangelizar em muitos casos formavam um trinômio inseparável.

1.4 Para a Igreja Católica precisou chegar praticamente ao Concílio Vaticano II para assumir uma postura nova de respeito, apreço e diálogo com todas as formas de expressão religiosa, deparando-se assim com a realidade histórica da pluralidade religiosa existente no mundo!

Inicia deste modo a teologia das religiões e uma catalogação das distintas posições que caracterizaram a reflexão teológica.

2. Mapa das distintas posições

2.1 *Exclusivismo - eclesiocentrismo*. Esta posição afirma que há uma única religião verdadeira revelada por Deus e, portanto, uma única Igreja que possui a verdade com exclusividade. As outras igrejas são imperfeitas e as outras religiões são falsas ou simplesmente humanas, incapazes de salvar. Esta posição foi dominante e oficial do Cristianismo nos 20 séculos de história até a década dos anos 60 do século passado.

2.2 *Inclusivismo - Cristocentrismo*. Esta posição afirma que, ainda que a verdade e a salvação estejam plenamente numa determinada religião, no caso o cristianismo, também se fazem presentes de modo mais ou menos deficiente ou imperfeito, nas outras religiões, porém como participação na verdade e na salvação presentes na única verdadeira religião iniciada por Cristo. Trata-se da redescoberta dos padres da Igreja que falavam das "sementes do Verbo" espalhadas e presentes em todas as religiões e culturas. Contudo afirmavam que Cristo é o único mediador e por ele, de forma mais ou menos consciente e perfeita, pessoas de boa vontade e de consciência reta, tem acesso a Deus e podem se salvar. Karl Rahner defende a tese que há muitos cristãos anônimos que pertencem a Cristo sem saber e sem serem percebidos por uma instituição eclesial e que pertencem a outras religiões ou que não tem uma pertença religiosa, mas seguem os ditames da sua reta consciência (cf. *Gaudium et Spes* 22).

2.3 *Pluralismo religioso - teocentrismo*. Esta posição afirma que todas as religiões participam da salvação de Deus, cada uma por si mesma e a seu modo. Não há uma religião que esteja no centro do universo religioso. No centro está somente Deus!

Embora esta não seja a posição oficial da Igreja Católica, encontramos a defesa desta posição em alguns dos seus expoentes qualificados.

O bispo espanhol Antônio Peteiro Freire escreveu: "Não podemos pretender que uma religião tenha a verdade totalmente, nem engaiolar a Deus em uma determinada. Temos de deixar Deus ser Deus, por cima de nossas categoria e definições. Porque, à medida que renunciamos a possuí-lo, o encontramos como Deus verdadeiro. O verdadeiro Deus nunca está na nossa medida... O futuro principal do diálogo é a conversão a Deus. Não se trata antes de tudo de mudar de religião; que cada um siga a que mais o convença. Ainda que estejamos convencidos de que a religião cristã é a melhor, devemos respeitar os outros, que também estão convencidos de que a sua é melhor. Ninguém possui a verdade completa. Só Deus!"¹⁹.

"Esta posição pluralista reivindica uma igualdade básica das religiões no sentido de não ser apenas uma delas a única verdadeira ou depositária da salvação. Como posição teológica, o pluralismo é uma posição nova no mundo teológico cristão, muito recente e implica numa mudança radical. Foi comparada com a revolução copernicana que colocou o sol no centro do sistema solar e não a terra como centro do universo.

¹⁹ José MARIA VIGIL, Teologia do pluralismo religioso. Paulus, 2006, 69.

*Contudo o pluralismo, uma vez salva esta igualdade básica, aceita e reconhece a desigualdade real das religiões concretas, com seus diferentes desenvolvimentos, sensibilidades e capacidades, com itinerários e evoluções mais ou menos avançados ou atrasados em cada caso*²⁰.

Não se trata, portanto, de um pluralismo igualitário que tudo achata no mesmo patamar (tipicamente assumido por quem afirma: "Todas as religiões são iguais!"), mas de um pluralismo assimétrico que reconhece e aceita a realidade da diferença e da identidade de cada caminho religioso.

Este mesmo autor afirma: "A maior novidade no campo da teologia das religiões não é o pluralismo religioso como pluralidade das religiões (aspecto sociológico), mas sim o modo pluralista de conceber as relações entre as religiões (aspecto teológico)!"²¹.

A Federação das Conferências Episcopais da Ásia (FABC), por ocasião do Sínodo da Ásia de 1988, elaborou um documento cujo título é: "Orientações pastorais e teológicas da Federação das Conferências episcopais da Ásia".

A presença da Igreja num continente onde a maioria das populações pertence às grandes e milenárias religiões asiáticas, certamente a questiona a respeito dos delicados temas da salvação, dos dogmas, etc. e por isso a impele a manter um diálogo respeitoso e fecundo com elas. Nele tem elementos muito interessantes a respeito do nosso assunto. Citamos por brevidade alguns tópicos mais significativos:

"O fundamento principal da teologia do diálogo e das religiões é a certeza da universalidade da graça de Deus. Deus que se dá é algo sobre o qual nós, seres humanos, não podemos exercer nenhum controle. Os caminhos da graça divina são misteriosos e nós conhecemos mal os caminhos de Deus lidando com os homens colocados em grande variedade de situações, inclusive religiosas. Ao mesmo tempo sabemos que o Cristo é o centro universal de Deus no seu diálogo com a humanidade. Eis porque deveríamos conhecer o que Deus disse e continua dizendo de mil maneiras. Consagrar a isso toda a nossa atenção é em última análise prestar homenagem á graça divina!" (III, 2.1);

"Deveríamos igualmente saber que, para os seres humanos, há mil maneiras de responder á graça divina encontrada nas suas situações concretas existenciais, inclusive as religiões a que pertencem. Em certo sentido, as religiões podem ser consideradas como respostas ao encontro com o mistério de Deus ou a realidade última". (III, 2.2);

"Nossa atitude de diálogo e a experiência das religiões de nossos amigos se aprofunda através da tomada de consciência que o Espírito de Deus está atuando entre eles e que suas ações vão além das fronteiras da Igreja. É uma verdade incontestável que o Espírito de Deus está agindo em todas as religiões tradicionais. Dialogar é então uma viagem em companhia do Espírito para descobrir de onde vem e para onde vai a sua graça. O que explica porque se trata de um ato espiritual e que só se pode efetuar essa viagem estando abertos ao Espírito e sensíveis à sua voz. Uma dimensão que nos faz compreender porque o diálogo é uma coisa que Deus deseja". (III, 2.5);

"Este diálogo não pode jamais ser oposto á experiência que temos do mistério de Jesus Cristo e á nossa fé na presença salvadora de Deus em sua vida, seu ensinamento, sua morte e sua ressurreição. Essa

²⁰ José MARIA VIGIL, Teologia do pluralismo religioso, 69.

²¹ José MARIA VIGIL, Teologia do pluralismo religioso, 68.

experiência e essa fé nós as partilhamos com nossos amigos de fé diferente. O desafio, no entanto, para nós da Ásia, é proclamar Jesus Cristo de tal maneira que isso não constitua uma exclusão das experiências religiosas que nossos amigos viveram em suas religiões tradicionais". (III, 2.6).

3. Mudança de eixo!

São necessários novos paradigmas teológicos para o diálogo inter-religioso.

3.1 Em primeiro lugar, seja para o diálogo ecumênico como para diálogo inter-religioso é necessário *superar a visão eclesiocêntrica*.

Em seguida, para o diálogo ecumênico torna-se necessário assumir o Cristocentrismo, entendendo que todas as Igrejas são chamadas a se converterem ao Senhor e a convergir para Ele! Nenhuma Igreja é referencial, mas o Senhor Jesus! Na medida em que convergirmos para Ele, nos aproximaremos também entre nós. Desta feita não serão anuladas as diferenças, mas na unidade e na comunhão elas tornar-se-ão riquezas!

Enfim para o diálogo inter-religioso é preciso adotar a visão teocêntrica na qual se compreende que Deus Criador e Pai, invocado sob diversos nomes, unirá os seus filhos e filhas no louvor, na adoração e na invocação para construir um mundo de paz através de esforços comuns para preservar a vida humana e a natureza, no respeito e valorização das diferentes culturas!

3.2 O conceito de salvação!

Passar do conceito de salvação pelo batismo como bilhete de entrada para o céu, para o conceito de salvação alcançada pelo amor, seguindo o caminho de Jesus que é amar e servir ao próximo: quem ama já está salvo!

"As religiões servem na medida que ensinam a amar; se não o fazem, são nocivas porque subtraem energias humanas do seu fim verdadeiro" (Comblin).

Neste sentido escreveu um pensador medieval, numa visão avançadíssima: "Há uma forma segura de não chegar a Deus: é instalar-se numa religião" (Raimundo Lúlio, séc. XIII).

3.3. Rever o conceito de revelação.

Passar do conceito de revelação pela página escrita (religiões do livro) à revelação primeira e universal, a criação, que é o acontecimento primordial da comunicação de Deus.

No Brasil esta revelação poderá ser colocada em evidência pelo encontro com as religiões tradicionais que não tem escrita, pois são religiões da vida, do respeito à natureza com suas leis e da convivência comunitária!

Com elas e entre elas será necessário o diálogo da vida que leve à reciprocidade existencial, ao recíproco enriquecimento, ao intercâmbio de dons, à disponibilidade de deixar-se transformar pelo encontro, sobretudo o encontro com o outro!

Estamos apenas no início, o encontro fraterno apenas começou: peçamos a Deus que nos ajude a avançar!

Tempo atrás li um livro sobre este assunto e fiquei tocado pelo título de um capítulo: "As religiões: problema ou promessa?" Penso que, mais do que de problema se trate de promessa, mas não qualquer promessa humana e sim uma promessa de Deus. O diálogo inter-religioso, quando bem compreendido e vivenciado, em primeiro lugar impede de absolutizar a própria experiência religiosa em relação às demais; depois ajuda a descobrir o patrimônio comum que sustenta a vida dos respectivos fiéis; e enfim estimula a interagir em defesa daqueles valores que são indispensáveis para a construção de um futuro melhor para a humanidade. Já no Primeiro Testamento, apesar dos inúmeros episódios de intolerância, encontramos fatos eloquentes e exemplares de colaboração entre expoentes do Povo de Deus e personagens vindas do mundo

assim chamado pagão. O primeiro é Melquisedec, rei de Salem que, como pagão, abençoa Abraão em nome do Deus Altíssimo e a ele Abraão oferece o dízimo. O segundo é Jetro, sogro de Moisés, sacerdote de Madian, uma religião pagã. Ele aconselha Moisés a repartir as responsabilidades no governo do povo de Deus: torna-se para Moisés voz de Deus que ajuda a discernir. Por que estes fatos bíblicos não podem se tornar exemplares para nós, ajudando-nos a descobrir que é possível realizar a promessa de Deus: a construção de um mundo de paz?

Gostaria de terminar com uma bela página de Faustino Teixeira.

"Neste início do século XXI, as Igrejas cristãs defrontam-se com um desafio extremamente importante, que é a abertura ao pluralismo religioso e o exercício dialogal com as outras tradições religiosas em profundo respeito à sua dignidade e ao seu valor. Há uma oportunidade única de resgatar uma credibilidade que veio arranhada por posicionamentos recorrentes de desrespeito e descrédito à diversidade religiosa e ao pluralismo religioso.. Mas para tanto é necessária uma decisiva mudança de perspectiva eclesial, que rompe com o rotineiro desencontro e acorda para o verdadeiro encontro com o outro. Não há como manter em curso atitudes hostis ou um vocabulário deletério com respeito às outras religiões. Urge recuperar o essencial "espírito do diálogo", bem como uma atitude mais positiva e otimista face aos desígnios misteriosos de Deus para a humanidade. E ser também capaz de perceber e acolher com alegria as transbordantes riquezas da "sabedoria infinita e multiforme de Deus" (DM 41), que se espalham por toda a história, e seguir com entusiasmo sempre renovado os impulsos do Espírito. O pluralismo é um dom não só aceito como também desejado por Deus. Todas as pessoas devem ser respeitadas no seu direito inalienável de buscar a verdade em matéria religiosa, segundo os ditames da sua consciência. E as religiões devem ser respeitadas em sua dignidade singular e única"²²

Referência Bibliográfica

MARIA VIGIL, José. Teologia do pluralismo religioso, Paulus, 2006.

TEIXEIRA, Faustino e MOTA DIAS, Zwinglio, Ecumenismo e diálogo inter-religioso - A arte do possível, Santuário, 2008.

WOLFF, Elias, Ecumenismo no Brasil, Paulinas, 1999.

WOLFF, Elias, Unitatis Redintegratio - Dignitatis Humanae - Nostra Aetate Textos e comentários, Paulinas, 20012.

DUPUIS, Jacques, O Cristianismo e as Religiões - Do desencontro ao encontro, Loyola, 2004.

DE FIOIRES, Stefano, A nova espiritualidade: as novas espiritualidades na Igreja desafiam o futuro, Cidade Nova, 1999.

JOÃO PAULO II, Ut Unum sint, Vozes, 1996.

SECRETARIADO PARA OS NÃO CRISTÃOS, Diálogo e Missão - A Igreja e as outras religiões, Paulinas, 2002.

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO, Diálogo e Anúncio,

²² F. TEIXEIRA-Zwinglio MOTA DIAS, Ecumenismo e diálogo inter-religioso, Ed. Santuário, 211.

Paulinas, 1996.

CASALDALIGA, Pedro e MARIA VIGIL, José, Espiritualidade da Libertação, Vozes, 1996.

KASPER, W., Guia para uma espiritualidade ecumênica, Paulinas, 2007.

KASPER, W., Chiesa Cattolica: Essenza - Realtà - Missione, Queriniana, 2012.

TEIXEIRA, E, Buscadores de diálogo - Itinerários inter-religioso, Paulinas, 2012.

BOFF, Leonardo Boff e BETTO, Frei Mística e Espiritualidade, Rocco, 1994.

GEFFRÈ, Claude, De Babel a Pentecostes. Ensaio de teologia inter-religiosa, Paulus, 2012.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL JAPONESA, Manual da Igreja Católica sobre o diálogo inter-religioso. Edição e composição PANIB (Pastoral Nipo-Brasileira), Loyola 2012.

AUMANN, Jordan. Problemi e prospettive di spiritualità: a cura di Tullo Goffi-Bruno Secondin. Roma: Queriniana, 1983

Endereço do autor

Rua 25B, n° 44, Vila Santa Cecília 27.260-330 - Volta Redonda Cx. Postal. 84.023 -CEP
27.251-970

Artigo 2

Os 65 anos do Conselho Mundial de Igrejas: unidade, testemunho e serviço

Dr. Marcelo Schneider¹

Resumo

O presente artigo utiliza os dois principais eixos históricos de trabalho do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) para analisar seu momento no ano em que completa 65 anos. A dimensão da missão (testemunho) é, atualmente, marcada pelo trabalho da Comissão de Missão Mundial e Evangelismo (CMME) e a da diaconia (serviço) tem na dinâmica ACT Aliança seu traço mais marcante. O texto ainda dedica-se a uma breve análise do impacto desta realidade na participação ortodoxa no CMI e as relações com a Igreja Católica Romana.

Palavras-chave: Conselho Mundial de Igrejas, Ecumenismo, Missão, Diaconia.

Abstract

This article uses the work of two main historical axes of the World Council of Churches (WCC) to analyze its momentum as the Council celebrates its 65th anniversary. The dimension of mission (witness) is marked by the work of the Commission for World Mission and Evangelism (CWME) and the diakonia (service) has in the ACT Alliance its most striking feature. The text still brings a brief analysis of the impact of this reality on the Orthodox participation in the WCC and the relationship with the Roman Catholic Church.

Keywords: World Council of Churches, Ecumenism, Mission, Diakonia.

Introdução

A explicação mais adequada, sucinta e objetiva que já ouvi sobre o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), que completa 65 anos em 2013, veio de minha esposa, quando ela tentava explicar o trabalho de seu marido a alguns amigos: "É como a ONU, só que formada por igrejas".

A comparação com a Organização das Nações Unidas (ONU) não é à toa. Além de ter sido criado na mesma época, o CMI adota, até hoje, linguagem, critérios e procedimentos muito similares aos da ONU. A diferença está nos valores fundantes de cada uma das organizações. Enquanto a ONU foi criada para salvaguardar e fortalecer a paz e os Direitos Humanos através de mecanismos políticos e diplomáticos consensuais entre os países filiados, o CMI tem na busca da unidade entre os cristãos o seu fundamento e alvo. É interessante perceber que, historicamente, esta busca por unidade sempre envolveu, de uma forma ou de outra, também a luta pela defesa dos Direitos Humanos em diversos contextos ao redor do planeta.

Atualmente, o CMI reúne 345 igrejas de todo o mundo. Mesmo com relevantes mudanças no mapa do cristianismo global, ele ainda é a mais ampla e inclusiva organização ecumênica do mundo. O CMI reúne igrejas, denominações e conselhos de igrejas de mais de 110 países, representando mais de 500 milhões de cristãos, entre os quais se encontram ortodoxos, anglicanos, batistas, luteranos, metodistas e reformados, além de uma série de igrejas unidas e independentes e uma frente de trabalho expressiva com a Igreja Católica Romana.

Se em suas primeiras décadas a maioria das igrejas-membro do CMI era da Europa e da América do Norte, hoje o quadro é bem diferente. A maior parcela da membresia é formada por igrejas da África, Ásia,

¹Doutor em teologia pela Escola Superior de Teologia (EST), São Leopoldo. Assessor do moderador do Comitê Central do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) (2006 - 2013), correspondente de comunicações do CMI para América Latina (2010 - atual), membro do Grupo Consultor de Comunicação, Mídia e marketing de ACT Aliança, membro da coordenação ampliada do Fórum Ecumênico ACT Brasil.

América Latina, Caribe, Oriente Médio e Pacífico, o que, de certa forma, reflete a expressiva mudança do centro gravitacional do cristianismo na passagem do século XX para o XXI.

Desde sua criação, em 1948, as igrejas-membro do CMI reúnem-se em assembleia geral a cada sete anos. As assembleias são a mais alta instância decisória e reguladora do CMI. Elas conferem e dão o tom para o trabalho da secretaria geral que, na sede, em Genebra, Suíça, lidera cerca de 100 funcionários que trabalham em diversos programas. Em 2013, acontece a 10ª Assembleia, na cidade de Busan, República da Coreia, entre 30 de outubro e 8 de novembro, sob o tema "Deus da vida, conduz-nos à justiça e à paz".

Quando assumiu o cargo de executivo máximo do CMI, em 2010, o pastor luterano norueguês Olav Fykse Tveit tornou-se o sétimo secretário geral do Conselho e deu pistas de como o organismo chegaria aos 65 anos e à sua 10ª Assembleia. Em sua primeira pregação, Tveit afirmou: "Há tantos desafios novos - e também antigos. Mas também há tantas oportunidades para darmos nossa contribuição a algo novo".

Tveit, que, já foi descrito pela ONU como o "capitão da nau ecumênica"², presta contas a um Comitê Central (CC), formado por cerca de 150 representantes de igrejas-membro que se reúnem a cada 18 meses, e um Comitê Executivo, composto de 25 membros do CC que se encontram duas vezes por ano.

Para entender os novos desafios, no entanto, é preciso observar brevemente os dois eixos de trabalho do Conselho. Impulsionado pela busca da unidade da Igreja, o CMI expressa essa busca através do testemunho e do serviço.

1. Os dois grandes eixos de trabalho do CMI

A Constituição do CMI define o organismo como "uma comunhão de igrejas que confessam o Senhor Jesus Cristo como Deus e Salvador, de acordo com as Escrituras". Ao longo destes 65 anos, o CMI tornou-se um espaço privilegiado de reflexão, aprendizado, incidência e piedade para as igrejas-membro. Proponho um olhar sobre estas duas ênfases para que, mais adiante, possamos nos aproximar do quadro atual do CMI e de como a 10ª Assembleia pode oferecer pistas para o seu futuro.

1.1. Testemunho: missão

O movimento ecumênico moderno tem uma de suas raízes mais significativas nos movimentos missionários. Esta preocupação, comum a tantas igrejas, sempre esteve presente na vida do CMI.

Dos quatro grandes segmentos cronológicos do século XX nos quais a história do empenho em torno da missão no movimento ecumênico é apresentada³, os dois primeiros (1900/1921 e 1921/1961) estão estreitamente ligados à gênese do CMI e os outros dois (1961/1990 e 1991/2000) foram diretamente influenciados pelo trabalho do Conselho. É importante apontar algumas ênfases que levaram ao amadurecimento desta agenda e os fatores que levaram à sua configuração atual.

Das grandes reuniões de sociedades missionárias no início do século passado às novas cores da missão num mundo tão diverso e interativo como o de hoje, o CMI foi e é um instrumento importante na criação de oportunidades de diálogo e espaços de construção de consensos em torno de temas e estratégias de ação.

Até pouco mais da metade do século XX, apesar da criação de organismos missionários ecumênicos importantes, como o Conselho Missionário Internacional (CoMI), as igrejas concordavam em aspectos primários do trabalho missionário, mas, na prática, seguiam vivendo sua divisão de forma muito mais expressiva do que o consenso que julgavam ter alcançado. Com isso, duplicavam as raízes de suas divisões nas terras onde faziam missão. Esta contradição foi um dos principais desafios abordados pelo trabalho do CMI em torno do tema da missão.

Talvez o fruto mais rico desta fase inicial do trabalho em torno da missão para o movimento ecumênico como um todo foi o surgimento do movimento Fé e Ordem, em 1927, cujo objetivo era promover um debate construtivo em torno de questões eclesiológicas que levasse a uma unidade mais sólida capaz de promover uma missão mais crível para o mundo todo. O movimento foi uma das duas pernas que fizeram surgir o CMI; a outra é o movimento "Vida e Ação". Considerada atualmente uma comissão dentro da estrutura do Conselho, Fé e Ordem é, até hoje, o fórum teológico mais representativo no mundo, com participação integral da Igreja Católica Romana.

²<http://www.unspecial.org/2012/09/dr-olav-fykse-tveit-secretary-general-of-the-world-council-of-churches-wcc/>

³Para uma apresentação mais completa sobre a cronologia missionária ecumênica confira: POTTER, Philip A., MATTHEY, Jacques. "Missão". In: Dicionário do Movimento Ecumênico. Vozes, 2005, 778 -784.

Outro tema importante naquela primeira metade do trabalho ecumênico de missão era a preocupação em "unir forças entre as igrejas na busca por justiça nas relações internacionais e inter-raciais".⁴ Ao identificar esta particularidade, torna-se clara a preocupação ecumênica, já nos primórdios do movimento, com os Direitos Humanos e a responsabilidade social das igrejas.

A segunda fase missionária ecumênica, que foi de 1961 ao final do século XX, buscou refletir muito mais sobre as estruturas eclesiais e sua capacidade efetiva de realizar missão. A 4ª Assembléia do CMI, realizada em Uppsala, Suécia, em 1968, produziu alguns critérios para avaliar essa capacidade. Entre eles, destaca-se a opção preferencial pelos pobres.

Um pouco mais tarde, surgem as primeiras formulações mais elaboradas em torno do tema do diálogo inter-religioso, num gesto de retomada de um tema que já vinha sendo ventilado informalmente e com inquietude por parte das igrejas desde o início do processo.

A última década do século passado trouxe consigo a queda do muro de Berlim e tudo mais que esse fato desencadeou e significou. Além das novas conjunturas políticas e econômicas, o tema da inculturação do Evangelho tornou-se forte nos debates em torno do tema da missão. A missiologia, portanto, passou a se preocupar com a definição do seu testemunho diante de um mundo globalizado.

Do ponto de vista do CMI, o fio vermelho destes processos mais modernos em torno da missão tem sido o trabalho da Comissão de Missão Mundial e Evangelismo.

1.1.1. A Comissão de Missão Mundial e Evangelismo⁵

Esta comissão reúne sua membresia plena uma vez no intervalo entre duas assembleias do CMI e conta com um grupo de funcionários trabalhando em tempo integral em Genebra. Nas conferências da CMME, o CMI já está experimentando uma forma de ecumenismo mais amplo, com a plena participação de delegados da Igreja Católica Romana e igrejas ou movimentos de missão evangélicas ou pentecostais.

A Comissão oferece espaços para as igrejas, pessoas ou movimentos envolvidos na missão e evangelismo para compartilhamento de reflexões, experiências, dúvidas e descobertas sobre o conteúdo e os métodos de testemunho cristão hoje. A principal preocupação é capacitar igrejas e órgãos de missão em métodos consensuais de fazer missão e fazê-lo de forma fiel ao conteúdo do Evangelho.

Entre os principais temas atuais trabalhados pela CMME estão a relação entre missão e unidade (em cooperação com a Comissão de Fé e Ordem) e a evangelização num mundo de pluralidade religiosa. Este último, por sinal, levou a um dos mais ricos documentos produzidos ecumenicamente em torno de temas profundos como a conversão religiosa, proselitismo e missão.

Trata-se de uma reflexão sobre o significado de evangelismo e sobre os métodos usados atualmente para compartilhar o Evangelho. A CMME, em nome do CMI, uniu forças com a Igreja Católica Romana, a Aliança Evangélica Mundial e grupos pentecostais no desenvolvimento de recomendações de conduta para o "Testemunho Cristão num Mundo Multirreligioso".⁶

Entre outras afirmações marcantes, o documento traz uma clara defesa da liberdade religiosa, que inclui o direito a publicamente professar, praticar, propagar e até trocar de religião. Mais que isso, os cristãos são chamados a denunciar casos de intolerância e perseguição religiosa onde quer que ocorram. "Os cristãos devem evitar deturpar as crenças e práticas de pessoas de diferentes religiões", diz o documento.⁷

1.2. Serviço: diaconia

O segundo eixo histórico, do CMI é o do serviço. Seja nas áreas de ajuda humanitária, apoio a projetos de desenvolvimento ou defesa de causas humanas e ambientais, o Conselho sempre foi o guarda-chuva de um volume expressivo de recursos humanos, financeiros e políticos capazes de fazer a diferença em contextos como os do Apartheid, na África do Sul, nos anos 80.

Desde os primórdios do movimento ecumênico, as igrejas sempre estiveram envolvidas no trabalho social, mais especificamente no apoio a projetos de desenvolvimento e ajuda humanitária em situações de

4<http://www.idcpublishers.com/ead/archdesc.php?faid=138faid.xml>

5<http://www.oikoumene.org/en/what-we-do/cwme>

6 WORLD COUNCIL OF CHURCHES, PONTIFICAL COUNCIL FOR INTERRELIGIOUS DIALOGUE, WORLD EVANGELICAL ALLIANCE. Christian Witness in a Multi-Religious World. Recommendations for Conduct, 2012.

7 Idem.

emergência. Com o passar do tempo, o alcance e a qualidade desse trabalho aumentaram, principalmente nas igrejas do Norte, e os departamentos de diaconia e serviço tornaram-se organismos operacionalmente separados das estruturas das igrejas. Esses organismos seguiram aumentando o impacto do seu trabalho globalmente e passaram a ter acesso a fundos públicos, o que contribuiu para o aumento do grau de profissionalismo e, de certa forma, gerou distanciamento das próprias igrejas com as quais estão ligados.

Durante muito tempo, o CMI também funcionou como um desses organismos, direcionando apoio financeiro a projetos de desenvolvimento e defesa de causas ao redor do mundo. No Brasil, por exemplo, o CMI patrocinou, nos anos 80, um esforço multilateral promovido pelo Rev. Jaime Wright (presbiteriano) e Dom Paulo Evaristo Arns (católico), chamado "Brasil: Nunca Mais!" (BNM).⁸

O projeto BNM é um registro amplo de abusos perpetrados pela ditadura militar no Brasil entre os anos 70 e 80. Em Junho de 2011, o Secretário Geral do CMI entregou ao Procurador Geral da República, Roberto Gurgel, documentos relacionados ao projeto que vinham sendo mantidos em segurança na biblioteca do CMI, em Genebra, desde os anos 80. O evento deu grande visibilidade ao CMI junto ao governo federal e à população, resgatando a importância histórica do seu trabalho. O lançamento do portal virtual que dá acesso a qualquer pessoa a todo acervo de documentos do BNM ocorreu em agosto de 2013.

As exigências técnicas e o lobby interno das agências de financiamento internacionais fizeram com que, gradativamente, a partir da primeira década do século XXI, o CMI deixasse de ser um organismo que também financiava projetos. Muitos organismos doadores preferiram encaminhar fundos e recursos diretamente às comunidades a serem auxiliadas, sem a intermediação do CMI. Esta nova dinâmica distanciou o Conselho do processo de tomada de decisão sobre quais regiões e temas mereciam mais apoio e, ao mesmo tempo, fez com que muitas igrejas se sentissem afastadas do trabalho do CMI.

Em tese, o CMI permanece como o grande guarda-chuva teórico da diaconia ecumênica. Seus princípios e referenciais ainda seguem norteando boa parte do trabalho destes organismos, principalmente no que tange à superação do modelo de mera transferência de recursos para um modelo que possibilite parcerias marcadas pela mútua troca de recursos humanos, financeiros e metodológicos.

Em 1994, muitas agências de ajuda humanitária ligadas a igrejas uniram-se em aliança. Surgiu a "Action by Churches Together". ACT, a sigla em inglês, remetia ao verbo agir. ACT International, como ficou conhecida, passou a canalizar a discussão e a prática de diversos organismos a ela filiados, evitando, principalmente, a duplicação de trabalho e promovendo a adoção de mecanismos comuns de ajuda mais rápidos e eficazes.

Ao dedicar-se ao trabalho de ajuda em emergências, no entanto, ACT International cobria apenas uma das duas grandes áreas de trabalho diaconal desses organismos. A outra agenda, quase tão ampla quanto à primeira, é a do desenvolvimento, trabalho no qual muitas das organizações de ACT International estavam envolvidas e também era o foco de outras tantas que não faziam parte da primeira aliança. Surgiu, assim, ACT Desenvolvimento, em meados de 2006.

1.2.1. ACT Aliança

Desde o início, a ideia de fusão entre ACT International e ACT Desenvolvimento estava no horizonte. Até que, em 2010, na cidade de Arusha, na Tanzânia, as juntas diretivas dos dois organismos, reunidos em Assembléia, decidiram criar ACT Aliança, que passou a unir as agendas de ajuda humanitária, apoio ao desenvolvimento e incidência em defesa de causas.

ACT Aliança⁹ hoje é uma coalizão demais de 130 igrejas e organizações afiliadas que trabalham em conjunto em 140 países para criar mudanças positivas e sustentáveis na vida dos pobres e marginalizados, independentemente da sua religião, política, sexo, orientação sexual, raça ou nacionalidade de acordo com os mais elevados códigos e normas internacionais.

As organizações que compõem a Aliança somam 25 mil funcionários e mobilizam cerca de USD 1,5 bilhão anual no seu trabalho. Por ter seu trabalho ligado a igrejas, ACT ganhou a confiança e o respeito da população local de muitas localidades, muito antes de grandes intervenções internacionais chegarem, e continua firme em seus compromissos por muitos anos, mesmo após a atenção do mundo deslocar-se para outro lugar.

⁸Um histórico detalhado do envolvimento do CMI neste projeto e outras iniciativas na América Latina neste sentido encontra-se em: HARPER, Charles R., O Acompanhamento, WCC Publications, Geneva, 2006.

⁹ Para conhecer mais sobre ACT Aliança: www.actalliance.org

A América Latina (em especial o Brasil) desempenhou um papel fundamental na formação de ACT Aliança. Organismos brasileiros como a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), Koinonia e Fundação Luterana de Diaconia, por exemplo, integram o Fórum Ecumênico ACT Brasil, um espaço de debate e incidência que existia, com um nome diferente, antes mesmo do advento da Aliança. O FE ACT Brasil, como também é conhecido, funcionou como grande laboratório para a formulação do conceito de desenvolvimento de ACT Aliança. O documento "Nossa compreensão de desenvolvimento"¹⁰ é diretamente influenciado pelas ênfases brasileiras e de organismos parceiros do Cone Sul, como o Centro Regional Ecumênico de Assessoria e Serviço (CREAS).

Em ACT Aliança, hoje, em tese, vale o conceito de desenvolvimento transformador, que transcende o simples assistencialismo e procura a real mudança nas condições de vida das pessoas afetadas e promove seu protagonismo no processo de busca de restauração da dignidade. Os critérios-chave desse conceito de desenvolvimento são: empoderamento, participação, desenvolvimento de capacidades, não-discriminação, igualdade de gênero, sensibilidade cultural e espiritual, reafirmação dos direitos humanos, incidência, comunicação efetiva, sustentabilidade ambiental e combate ao consumismo sem limites.

2. Rumo à 10ª Assembléia do CMI

Vimos um pouco da caminhada do CMI em torno de seus dois eixos principais e de como estas agendas estão sendo vividas hoje na vida do Conselho e em suas relações mais próximas no movimento ecumênico global. Ainda que altamente emblemáticas, missão e diaconia, no entanto, não representam a totalidade do escopo do CMI atualmente.

O CMI foi se transformando a cada Assembléia. A próxima acontecerá em Busan, República da Coreia, sob o tema "Deus da vida, conduze-nos à justiça e à paz". Em 2006, mais de 4000 participantes reuniram-se em Porto Alegre, Brasil, por cerca de dez dias sob o tema "Deus, em Tua graça, transforma o mundo". A 9ª Assembléia, primeira em solo latino-americano, apontou a direção do trabalho do CMI até aqui.

Atualmente, todas as atividades do CMI estão enraizadas em uma visão tríplice para a transformação da igreja e do mundo. Essa visão é a de viver a unidade cristã de forma mais plena, de viver como igrejas em comunhão e de, juntos, enfrentar as ameaças à humanidade e de incentivar as igrejas a tomar maior cuidado com a criação através da proteção da terra e das pessoas.

Desde Porto Alegre, o CMI foca seu trabalho em seis áreas de programas:

- O CMI e o movimento ecumênico no século 21
- Unidade, missão, evangelismo e espiritualidade
- Testemunho público: abordando questões de poder e afirmando a paz
- Justiça, diaconia e responsabilidade pela criação
- Educação e Formação Ecumênicas
- Diálogo e cooperação inter-religiosos

Há grande expectativa em relação à 10ª Assembléia. Um dos aspectos mais marcantes será a retomada do tema da missão como ponto alto da reflexão, ao contrário do que aconteceu em Porto Alegre, onde a maioria das plenárias temáticas dedicou-se a questões de ética social. Busan trará também uma plenária sobre o tema da unidade da Igreja e diversos momentos de reflexão em torno de questões de eclesiologia.

Outro assunto importante, dentro do escopo do trabalho de incidência do CMI no tema da paz justa¹¹, será a peregrinação ecumênica pela paz, que pretende levar os cerca de 1000 delegados da Assembléia a Seul e à fronteira entre as duas Coreias para manifestações de incidência em prol da reunificação do país.

Busan, de certa forma, ainda colherá frutos da "Década para a Superação da Violência",

¹⁰ ACT ALLIANCE. *Our Understanding of Development*, ACT Alliance, Geneva, 2008.

¹¹ Para um quadro mais amplo do desenvolvimento deste conceito no CMI e sua consolidação na Convocatória Internacional Ecumênica pela Paz, confira: CHUNAKARA, Mathews George, *Building Peace on Earth - Report of the International Ecumenical Peace Convocation*, WCC Publications, 2013.

uma iniciativa que o CMI levou a cabo entre 2001 e 2011. Esse processo levou ao amadurecimento do conceito de paz justa, que tem servido amplamente de referencial teórico e teológico para posicionamentos e iniciativas concretas do CMI, como o Programa Ecumênico de Acompanhamento na Palestina e Israel.

2.1. A Comissão Especial para a Participação Ortodoxa no CMI

Uma análise, por mais superficial que seja, acerca do quadro atual do Conselho Mundial de Igrejas, não estaria completa sem tocar nos temas da participação política das igrejas ortodoxas no movimento ecumênico e das relações com a Igreja Católica Romana.¹²

Apesar de já terem se juntado ao CMI na 3ª Assembléia¹³, que aconteceu em Nova Delhi, Índia, em 1961, foi somente na 8ª Assembléia, realizada em Harare, Zimbábue, que a Comissão Especial para a Participação Ortodoxa no CMI (CEPP) foi criada. Esse foi o instrumento encontrado para buscar abordar as preocupações da grande família ortodoxa no que tange à sua participação no movimento ecumênico. A CEPP serve como mecanismo importante para equalizar, filtrar e sistematizar tanto as demandas e preocupações ortodoxas quanto a metodologia usada pelo CMI para partilhar seu conteúdo programático junto às igrejas ortodoxas.

O relatório¹⁴ que a CEPP apresentou à 9ª Assembléia do CMI, em Porto Alegre, é uma rica fonte de informação acerca de sua história, ênfases e dinâmica. O documento, cuidadosamente redigido, atrela a participação de ortodoxos do Leste e Orientais no CMI ao conteúdo de um dos documentos mais importantes da história do Conselho: "Compreensão e Visão Comuns do CMI"¹⁵, mais conhecido por sua sigla em inglês: CUV.

Esta ligação entre o relatório da CEPP em Porto Alegre e o CUV é uma chave importante para interpretar a participação dos ortodoxos no CMI atualmente. A seguir, algumas afirmações emblemáticas nesse sentido:

"- As igrejas-membro pertencentes à comunhão do CMI estão sujeitas à busca da unidade visível, não ao Conselho;

- São estas igrejas que ensinam a doutrina e posicionamentos éticos, não o Conselho;

- As igrejas-membro do CMI proclamam consenso doutrinário, não o Conselho;

- As igrejas se comprometem a rezar pela unidade e envolverem-se no encontro que visa dar voz e ressonância à fé cristã que partilham;

- As igrejas-membro da comunhão do CMI são responsáveis por desenvolver e cultivar sensibilidade e linguagem que lhes permitam sustentar o diálogo umas com as outras."¹⁶

¹² Uma leitura consistente acerca do testemunho ortodoxo global neste início de século, que inclui sua interface ecumênica, foi escrito pelo Bispo Hilarion Alfeyev, da Igreja Ortodoxa Russa. Alfeyev é membro do Comitê Executivo do CMI e considerado por muitos como o nome mais cotado para suceder o Patriarca Kirill I: ALFAEYEV, Bishop Hilarion, *Orthodox Witness Today*, WCC Publications. Geneva, 2006.

¹³ Esta Assembléia também foi marcada pela presença da primeira delegação oficial do Vaticano a participar de uma Assembléia do CMI.

¹⁴ <http://www.oikoumene.org/en/resources/documents/assembly/2006-porto-alegre/3-preparatory-and-background-documents/final-report-of-the-special-commission-on-orthodox-participation-in-the-wcc>

¹⁵ <http://www.oikoumene.org/en/resources/documents/assembly/2006-porto-alegre/3-preparatory-and-background-documents/common-understanding-and-vision-of-the-wcc-cuv>

¹⁶ Relatório da CEPP à 9ª Assembléia do CMI, artigo II, inciso 9. <http://www.oikoumene.org/en/resources/documents/assembly/2006-porto-alegre/3-preparatory-and-background-documents/final-report-of-the-special-commission-on-orthodox-participation-in-the-wcc>

2.2. O Grupo Misto de Trabalho entre o CMI e a Igreja Católica

Entre as igrejas que não são membros do CMI, a mais notável é a Igreja Católica Romana. Mas isto não significa total ausência de católicos na construção da agenda ecumênica global - muito pelo contrário.

Desde 1965, um Grupo Misto de Trabalho (GMT) reúne-se regularmente para discutir questões de interesse comum e promover a cooperação. As reuniões plenárias são realizadas anualmente e um grupo executivo se reúne duas vezes no intervalo entre cada reunião ampla.

O diretor do programa "O CMI e o movimento ecumênico no século 21" serve como co-secretário do GMT e ajuda a coordenar o contato entre o Conselho e os departamentos do Vaticano através do Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos Cristãos (CPPUC). O GMT tem alcance global, mas com aportes regionais e locais. O CMI participa com 17 membros e consultores, que representam a membresia do CMI (de diferentes tradições eclesiais, confissões, regiões, etnias e minorias). Um número igual de pessoas é nomeado pelo CPPUC.

O GMT é o espaço primordial para discussão de temas importantes que afetam o relacionamento entre o CMI e a Igreja Católica; onde representantes ecumênicos compartilham experiências de cooperação de suas igrejas e grupos locais ao redor do mundo com a Igreja Católica.

Embora a Igreja Católica Romana não seja membro do CMI é membro plena da Comissão Fé e Ordem, conforme assinalado anteriormente neste artigo. A Igreja Católica também participa, em caráter consultivo, da equipe de missão e unidade. Além disso, o Vaticano apoia financeiramente o trabalho de um membro do corpo docente no Instituto Ecumênico de Bossey e, através do Conselho Pontifício para a Promoção do Diálogo Inter-religioso, contribui com a equipe do CMI para o diálogo e cooperação inter-religiosos.

Em 2006, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que é co-fundadora e membro pleno do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC), ofereceu amplo apoio à realização da 9ª Assembléia do CMI em Porto Alegre. Localmente, o Arcebispo Metropolitano, Dom Dadeus Grings, não mediu esforços para facilitar os processos que levaram à realização do evento no campus da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Além disso, uma estreita parceria com a Rede Vida de televisão ofereceu visibilidade ao evento para um público tradicionalmente distante deste espaço.

Conclusão

O CMI chega à Coréia do Sul para sua 10ª Assembléia num período em que procura renovar-se institucionalmente (foram e serão grandes as mudanças estruturais) e operacionalmente. Em momentos assim, a pergunta sempre volta: Qual o lugar de um conselho de igrejas no mundo de hoje?

Muitos dizem que se o CMI não existisse, teria que ser inventado. A resposta à pergunta sobre a relevância do CMI é respondida diariamente em muitos lugares diferentes do mundo, seja na colaboração direta em iniciativas de combate ao HIV/ AIDS na África, no apoio a iniciativas regionais, como o Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI), seja no escritório do CMI junto à ONU, em Nova Iorque, ou através dos materiais litúrgicos e de estudo bíblico produzidos ecumênicamente usados por tantas igrejas mundo afora.

Um novo CMI deve surgir de Busan. Esta afirmação, no entanto, não pressupõe mudanças do dia para noite nem o abandono de princípios fundamentais do Conselho e do movimento ecumênico global. Ainda veremos um trabalho expressivo nos eixos de missão e diaconia, mas também um esforço significativo no sentido de reestabelecer frentes de diálogo com governos e movimentos sociais em torno de questões de justiça econômica, direitos humanos e ambientais. Além disso, o CMI vem sendo chamado com frequência para intermediar e moderar processos de paz (Congo e Sudão, por exemplo) e espaços de diálogo inter-religioso.

O desafio maior parece ser o metodológico. Como trabalhar com impacto em tempos de recursos financeiros limitados? De Busan depende muito a agenda programática, mas é das igrejas-membro espalhadas pelo mundo que depende o compromisso operacional para sua implementação.

Referência Bibliográfica

ACT ALLIANCE. Our Understanding of Development. ACT Alliance, Geneva, 2008.
http://www.actalliance.org/resources/policies-and-guidelines/our-understanding-of-development/OurUnderstanding_of_Dev_ACTD-ACTA_ENGLISH_Jan2013.pdf

ALFEYEV, Hilarion. Orthodox Witness Today. WCC Publications. Geneva, 2006.

CHUNAKARA, Mathews George. Building Peace on Earth. Report of the International Ecumenical Peace Convocation. WCC Publications, 2013.

HARPER, Charles R.. O Acompanhamento. WCC Publications. Geneva, 2006.

POTTER, Philip A., MATTHEY, Jacques. Missão. In: Dicionário do Movimento Ecumênico. Petrópolis, Vozes, 2005. Pp. 778 -784.

WORLD COUNCIL OF CHURCHES, PONTIFICAL COUNCIL FOR INTERRELIGIOUS DIALOGUE, WORLD EVANGELICAL ALLIANCE. Christian Witness in a Multi-Religious World. Recommendations for Conduct. WCC Publications, Geneva, 2012.
<http://www.oikoumene.org/en/resources/documents/wcc-programmes/interreligious-dialogue-and-cooperation/christian-identity-in-pluralistic-societies/christian-witness-in-a-multi-religious-world>

Endereço do autor:

Marcelo Schneider
Av. Caçapava, 425/04
90460-130
Porto Alegre - RS

Artigo 3

CESE, uma experiência ecumênica de diálogo e serviço da transformação

Eliana Rolemberg¹

Resumo

A Coordenadoria Ecumênica de Serviços - CESE, tem sua história marcada pelo esforço para unir as Igrejas membro em projetos que visam melhorias sociais para as populações mais carentes do Brasil. É um organismo ecumênico, não governamental, de serviço, regido por princípios éticos e cristãos. Em um amplo horizonte de ação, em questões socioculturais e ambientais, caracteriza-se pela promoção da diaconia e de um ecumenismo profético.

Palavras-chave: Igreja. Sociedade. Cooperação. Justiça

Abstract

The Ecumenical Coordination of Services - EESC has a history marked by the effort to unite the member churches in projects aimed at social improvement for the poorest populations of Brazil. It is an ecumenical organization, non-governmental, service, governed by ethical principles and Christian. In a broad horizon of action in the socio-cultural and environmental, is characterized by the promotion of diakonia and a prophetic ecumenism.

Keywords: Church. Society. Cooperation. Diakonia. Justice.

"Todas as diferenças doutrinárias se rendem diante da necessidade do outro, da urgência em procurar atender aqueles que estão mais vulneráveis e fragilizados".

(Eleni Rangel - Presidente da CESE)

São 40 anos de história. Tudo começou nos anos 70, quando, no Brasil, eram tempos difíceis, obscuros, de um País sob tirania militar. Cidadãos ameaçados, presos, torturados, às vezes até à morte. Naquele dia 13 de junho de 1973, quando nascia a CESE, conjugavam-se duas forças, dois sentimentos que até hoje permanecem: o compromisso com as lutas do povo brasileiro pela cidadania e o desejo de construir uma diaconia² ecumênica entre as igrejas cristãs. De sua criação participaram representantes das igrejas: Episcopal do Brasil, Metodista, Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Missão Presbiteriana do Brasil Central, Cristã Reformada do Brasil, Evangélica Pentecostal O Brasil para Cristo e da Igreja Católica, por intermédio da CNBB.

A presença da Igreja Católica Romana, ao lado de igrejas-membro do Conselho Mundial de Igrejas, rompia uma barreira e indicava que prevalecia a unidade, em lugar das diferenças.

Retomando os antecedentes

Em 1971, foi realizada uma reunião ecumênica em Porto Alegre/RS tendo como

¹Diretora Executiva da CESE de 2000 a agosto de 2013.

²Diaconia: palavra grega traduzida por serviço ou ministério. Teologicamente é o serviço que a Igreja presta ao mundo em sentido geral; em sentido particular, engloba a ação e assistência social que a Igreja realiza. É um dos aspectos intrínsecos da missão da Igreja. Deve ser também a característica de todo cristão, ou seja, o testemunho do serviço fraterno (extraído da publicação Cidadania e Diaconia, CESE, Salvador, 1996).

principais participantes religiosos e leigos das igrejas-membros do CMI, o pastor metodista João Parahyba da Silva, representante no CMI para a América Latina, o cardeal Vicente Scherer e o secretário geral da CNBB, dom Ivo Lorscheider. Tinham como objetivo desenvolver um ecumenismo de serviço às populações mais carentes e necessitadas. Almejavam um novo tipo de relação ecumênica, diferente da união das estruturas eclesiais para discussões teológicas, ou ecumenismo eclesial, desenvolvido até aquele momento pelas igrejas cristãs.

A fim de aprofundar as discussões da primeira reunião e tomar uma atitude prática, ou seja, a criação de uma comissão para realizar a ação social pretendida pelas igrejas, no ano seguinte foi realizada a "Consulta sobre Ajuda Intereclesial Norte/Nordeste", em Salvador/BA. Tal iniciativa teve como objetivo central a busca de uma reorientação para a ajuda ecumênica destinada ao Brasil. Visava também transferir do Sul para o Nordeste o polo das decisões relativas à cooperação das igrejas. Partia-se então do consenso de que a palavra "ajuda" não estava mais conseguindo transmitir a solidariedade cristã. Os projetos de ajuda intereclesial apresentavam muitas ambiguidades. Uma era central: a intenção de resolver problemas dos pobres sem chegar às origens da pobreza.

A CESE surgiu, portanto, para viver uma nova experiência, na qual as igrejas se uniriam para o ministério junto aos pobres.

Num país submetido à ditadura, a CESE, conscientemente, marcou seu surgimento com a edição e distribuição de milhares de exemplares da Declaração Universal dos Direitos Humanos, entremeadas por textos bíblicos, declarações oficiais de igrejas nacionais e internacionais. Uma ousada ação, naquele momento de terror de Estado. Com edições seguidas - um livreto azul em papel ordinário -, somaram-se quase dois milhões de exemplares, significando, então, sua mais contundente exposição política³.

O diálogo internacional para promoção da justiça

Com seus 40 anos de existência, a CESE pode hoje reafirmar a importância de seu gesto ao ingressar no cenário nacional, em pleno regime militar, superando três grandes preconceitos: o de ter desafiado as igrejas evangélicas históricas a voltar sua atenção e prioridade para a região mais pobre do País - o Nordeste, embora distante de suas sedes institucionais, concentradas no Sul; o segundo dilema foi o de definir-se pelos pequenos projetos voltados para o desenvolvimento comunitário autônomo como mola mestra de sua política de apoio; a terceira ordem de preconceitos era estreitar o diálogo com a Igreja Católica para uma experiência em comum, o que, por longo tempo, só foi característica de organização ecumênica no Brasil.

Estava então em curso uma luta intestina no âmbito da cooperação ecumênica internacional, quanto à melhor forma de promover a justiça e a solidariedade com países em desenvolvimento, como o Brasil. A CESE foi criada justamente para se contrapor a mecanismos superados e não transformadores do status quo com que se ocupava a cooperação internacional, até então concentrada em grandes projetos institucionais, a exemplo de unidades de saúde ou de ensino de caráter denominacional.

Sua criação, contudo, só foi possível graças ao espírito ecumênico e progressista dos líderes de cada igreja que já vinham construindo uma plataforma comum, especialmente pós-golpe de 64, cuja permanência por penosos anos reforçou o sentido de urgência e compromisso daquelas lideranças e que acabaram por dar o "tom" na sua linha de trabalho.

As bases filosóficas e os critérios de atuação da CESE foram definidos em documento-base elaborado durante a mencionada Consulta realizada em Salvador-Bahia, em agosto de 1972: Ajuda Intereclesial para o Norte-Nordeste do Brasil. Além das igrejas, o processo de consulta que resultou na criação da CESE contou ainda com representantes do CMI, de agências de cooperação nacionais e estrangeiras, técnicos da SUDENE e SUVALE e da Universidade Federal da Bahia.

³A edição atualizada, na perspectiva dos DhESC(A) - Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais - foi reproduzida pela Secretaria Especial de Direitos Humanos do governo federal, em 2008, ano de celebração dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Em Salvador, porta de entrada do Nordeste, a CESE instalou seu escritório nacional.

Elementos constitutivos da cese

A CESE tem uma identidade que a diferencia de outras organizações no Brasil. Ela é **organismo ecumênico**, pela própria constituição institucional, e não deixa de ter elementos que a caracterizam como **organização não governamental**. Seu papel central é o serviço - das igrejas que a compõem, para os movimentos populares. Para que realize essa tarefa com competência, necessita de assessoramento, estímulo, espaços de aprofundamento.

O projeto institucional ancorado nos marcos de sua missão foi amadurecendo pacientemente, o que lhe possibilitou longevidade. O artigo 4º de seus estatutos afirma que a CESE "dá prioridade aos projetos sociais que assegurem efetiva participação da comunidade beneficiária, na concepção, no planejamento, implementação, acompanhamento e autoavaliação dos mesmos", entendendo por projeto social "aquele que, nos moldes da fé cristã, destina-se a promover o ser humano, em todas as suas dimensões, sem discriminação social, econômica, religiosa e racial".

Atualmente, a *Missão da CESE* tem a seguinte formulação: *Fortalecer organizações da sociedade civil, especialmente as populares, empenhadas nas lutas por transformações políticas, econômicas e sociais que conduzam a estruturas em que prevaleça democracia com justiça.*

Mantendo a igualdade de direitos como princípio fundamental, a CESE abraça os seguintes **princípios éticos** que sempre nortearam suas ações, embora não explicitados em seus documentos de fundação.

- Compromisso com justiça e práticas democráticas;
- Compromisso com lisura e transparência na gestão de recursos nas esferas governamentais e não-governamentais;
- Compromisso com a participação popular na gestão pública;
- Promoção de relações sociais baseadas na equidade, sem discriminação de raça, etnia, gênero, orientação sexual, credo religioso e opinião política;
- Defesa do desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo, culturalmente diverso e ambientalmente sustentável;
- Valorização da diversidade religiosa e do diálogo intereclesial e inter-religioso.

Objetivos

A missão da CESE, os seus princípios éticos e o compromisso com os Direitos Humanos, expresso em suas Políticas Referenciais, confluem nos seguintes três objetivos:

Fortalecer organizações e articulações da sociedade civil, especialmente as populares, em seu compromisso com um desenvolvimento transformador que assegure os direitos humanos e a justiça ambiental.

Fortalecer o movimento ecumênico na afirmação da Justiça, Paz e Integridade da Criação.

Garantir a sustentabilidade política e financeira da CESE.

Políticas Referenciais

Rejeitando qualquer projeto de crescimento econômico ambientalmente destrutivo ou socialmente excludente, a CESE defende e promove formas de desenvolvimento geradoras de trabalho e renda que respeitem a igualdade de direitos e que sejam economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente sustentáveis. Ressalta, portanto, a relação íntima entre os Direitos Humanos e o modelo de desenvolvimento.

A CESE continua comprometida com a luta pela promoção, garantia e defesa dos direitos humanos, tantas vezes reconhecidos e geralmente respaldados por normas internacionais aceitas e ratificadas pelo Brasil. Do mesmo modo comunga com a visão de que democracia, desenvolvimento e respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais são conceitos interdependentes que se reforçam mutuamente. Mas considera que a concepção de direitos é

dinâmica, que a visão dos direitos vem se amplificando durante décadas e que este é um processo em constante evolução (as pessoas como sujeitos de direitos). Portanto, a CESE acompanha os movimentos sociais na definição e afirmação por novos direitos.

A adoção de Políticas Referenciais expressa o acúmulo da CESE quanto à con-temporaneidade das demandas sociais que se propõe atender e as possibilidades de intervenção coerente com sua Missão. Numa sociedade em conflito, cuja marca estrutural é a desigualdade, tais políticas devem assumir uma perspectiva emancipatória, visando contribuir para a construção de uma nova cultura de Direitos Humanos que interfira nas mudanças das relações sociais.

Para orientar sua atuação junto aos movimentos e às organizações populares, a CESE estabeleceu quatro políticas referenciais, tendo como marco os Direitos Humanos e compreendendo a relação entre direitos, democracia e desenvolvimento. As quatro políticas - Direito a Terra, Água e Território (DTAT); Direito à Cidade (DIC); Direito a Trabalho e Renda (DTR); Direito à Identidade na Diversidade (DID) - guardam entre si um sentido de interdependência e interdisciplinaridade. Assim, os grupos-alvo da ação da CESE não são contemplados, exclusivamente, em uma única política, a exemplo de pescadores artesanais que, ao mesmo tempo, relacionam-se com a política Direito a Trabalho e Renda, Terra, Água e Território e, ainda, Direito à Identidade na Diversidade. Apenas para efeito demonstrativo, podemos especificar os grupos mais recorrentes por política.

- Sem terra; pequenos produtores, incluindo agricultores familiares; extrativistas, compreendendo os seringueiros, quebradeiras de coco e pescadores (as) artesanais; assalariados (as) agrícolas (DTAT e DTR);
- Sem teto, incluindo moradores (as) em situação de rua; moradores de periferia; pessoas com deficiência (DIC);
- Desempregados (as) e trabalhadores (as) do setor informal urbanos, incluindo recicladores (as); trabalhadores (as) da economia popular solidária (DIC E DTR);
- População negra urbana em situação de vulnerabilidade (DIC e DID);
- Atingidos por grandes projetos (DIC e DTAT);
- Populações tradicionais, tais como: faxinalenses, geraizeiros, ilhéus, vazanteiros, cipozeiros, fundos de pasto, povos indígenas, comunidades negras rurais (DID).

Em todas as categorias, a CESE dá prioridade especial para mulheres, apoiando organizações e ações específicas, bem como valorizando a dimensão de gênero e o protagonismo feminino nas iniciativas de organizações mistas. O mesmo pode ser dito em relação a Juventude e Crianças. Esses segmentos específicos aparecem nas diversas políticas referenciais.

Sustentabilidade

A CESE desenvolve suas atividades com recursos das Igrejas, de Agências Internacionais de Cooperação, em privilegiada relação de parceria nos diversos campos da atividade ecumênica.

Seu Plano de Ação obedece a critérios previamente definidos e a prioridades, ditadas pelos desafios conjunturais. Representantes de movimentos sociais de expressão nacional participam de fóruns formais, a cada 02 anos, para monitorar a execução do planejamento da CESE e apresentar questões prioritárias como insumo para o próximo período a ser planejado.

A CESE foi construindo, ao longo destes 40 anos, relações e visibilidade, credenciando-se junto aos movimentos, igrejas, distintas organizações da sociedade civil oriundas de diversas comunidades e regiões do País.

As discussões referentes aos desafios atuais da cooperação internacional levaram a CESE a considerar a importância de ampliar as formas de sua relação com outros setores da sociedade civil brasileira, em vista da sensibilização e mobilização do conjunto da opinião pública, da criação de uma pauta de compromisso solidário e da mobilização de recursos internos para os movimentos populares.

Em 2001, a CESE lançou a Campanha Primavera para a Vida, tendo como objetivos primordiais: estreitar e ampliar a articulação com as bases das Igrejas, divulgar, nacionalmente, a marca e as atividades da CESE e começar a criar condições para a mobilização de recursos no Brasil. Com essa iniciativa se aproxima das bases das igrejas e dialoga com movimentos sociais, colocando-as em contato com pequenos projetos

em cada região do País. Nos últimos anos, o tema da Campanha está relacionado com Direitos e Justiça Ambiental. Mais recentemente a Campanha passou a ser associada à iniciativa de organização de uma Rede de Amigos que possa contribuir financeiramente com a CESE, de maneira regular.

A sustentabilidade financeira vem sendo um desafio central e permanente para a CESE nos últimos anos. Para enfrentá-lo, a CESE construiu um plano estratégico para mobilização e diversificação das fontes de recursos, com uma visão de prospecção da CESE para 2022.

O aprofundamento do processo democrático suscitou a necessidade de aproximação de institutos e fundações privadas e influenciar os governos quanto às políticas sociais, o reconhecimento da importância de iniciativas de comunicação e informação que fortaleçam as intervenções organizadas da sociedade e a busca conjunta de organizações da sociedade civil de um novo marco regulatório para o acesso a recursos públicos. Um dos grandes desafios é conseguir apoios que deem autonomia ao trabalho da organização e não afetem sua missão.

Estratégias de ação

O compromisso ecumênico que norteia a atuação da CESE é o mesmo referencial das igrejas e das agências que buscam a unidade entre si e com os movimentos populares e sociais, na luta pela superação das injustiças.

Esse compromisso exige um conjunto diversificado de estratégias de ação, que se reforçam mutuamente para o alcance dos objetivos institucionais.

Apoio a projetos e formação de lideranças de organizações populares, movimentos sociais, entidades do movimento ecumênico, redes e articulações, através de vários programas de projetos, por demanda espontânea e editais. A CESE foi pioneira na priorização do apoio a pequenos projetos, de caráter pontual, que favorecem os movimentos populares em momentos estratégicos de sua organização, possibilitam à comunidade ter governabilidade nos processos de planejamento e realização de suas atividades e incentivam a busca de autonomia.

Para esta estratégia, a CESE organiza, periodicamente, encontros de representantes de projetos, oficinas, seminários, rodas de conversa, consultas temáticas, com estímulo ao intercâmbio de experiências.

Diálogo e articulação, através da participação em redes e fóruns estratégicos e promoção de atividades envolvendo igrejas, agências e movimentos sociais.

Diálogo e relações ecumênicas, promovendo campanhas e consultas; contribuindo com publicações e participando de espaços nacionais e internacionais de articulação do movimento ecumênico, buscando fortalecer a perspectiva dos direitos humanos e o aprofundamento do diálogo inter-religioso.

Comunicação, manifestando-se publicamente em situações de violação de direitos e divulgando, por meio de seu site e de publicações específicas, as ações dos movimentos sociais e organizações populares para afirmação de direitos no Brasil. Além disso, ações de comunicação buscam ampliar a visibilidade institucional.

Relações institucionais com as igrejas e entidades do movimento ecumênico; com agências da cooperação internacional; com movimentos sociais; e com instituições nacionais ligadas aos setores público e privado.

Mobilização de recursos em diversos âmbitos: agências da cooperação internacional ecumênica, fundações e institutos, recursos governamentais e doações individuais.

Programas de apoio a projetos

Programa Ação para Crianças

Desde 2007, em colaboração com instituições holandesas, a CESE vem desenvolvendo o Programa Ação para Crianças. Essa iniciativa faz parte de uma aliança internacional de apoio a propostas que, direta ou indiretamente, promovam o bem estar de crianças e adolescentes. A principal característica do programa é a metodologia de **dupla participação**, desenvolvida com sucesso há décadas pelo ONG holandesa Wilde Ganzen (Gansos Selvagens). A novidade dessa metodologia é que os grupos selecionados devem mobilizar 50% dos recursos de que necessitam para seu projeto. O valor arrecadado é então dobrado pela CESE.

As organizações participantes recebem suporte e orientações para a realização das ações de mobilização de recursos. Para a CESE, a adoção deste programa é uma "ação educativa" que ajuda a criar uma cultura de superação de dependência e de apoio a ações sociais transformadoras.

Desde então, já foram apoiados 164 projetos, beneficiando 54.000 pessoas, entre elas crianças, adolescentes e jovens.

Outro pilar do programa é a realização de ações de incidência, buscando colocar em contato crianças e adolescentes de diferentes realidades, a partir de uma temática comum. Em 2010, a CESE organizou, em Brasília, um intercâmbio entre crianças e adolescentes quilombolas, indígenas, moradoras do semiárido e de centros urbanos, sobre o tema Mudanças Climáticas. Na oportunidade, as crianças apresentaram suas reivindicações centrais para a equipe de transição do Governo Federal.

Desde 2012 a CESE tem realizado oficinas sobre mobilização de recursos com organizações já apoiadas e potenciais parceiras, aprofundando com elas a reflexão acerca da necessidade de construir estratégias de mobilização e apresentando experiências exitosas nesse campo. Já foram realizadas 07 oficinas, beneficiando 160 organizações.

PAE - Programa de Apoio Estratégico

Foi lançado pela CESE com o objetivo de "apoiar projetos inovadores de intervenção social, implementados por um conjunto de organizações da sociedade civil, visando o desenvolvimento com democracia e justiça".

O diferencial deste programa é o fato de apoiar redes ou articulações e não organizações isoladas. Em suas premissas, o PAE define sua atuação, entre outras coisas, como um meio para ampliar a influência nas políticas públicas, a partir do apoio ao trabalho em redes: contribuir para ampliação do espaço público e para que as políticas públicas fomentem desenvolvimento com democracia e justiça; fortalecer organizações da sociedade civil e seus processos de articulação em rede; e estimular a produção e difusão de conhecimentos, a partir da sistematização das experiências. Este conjunto de atributos do programa reflete o grau de desenvolvimento institucional das organizações e da própria democracia do País. E expressa sensibilidade no diálogo da CESE com as novas demandas sociais.

A partir do apoio propiciado pela CESE neste programa, diversas redes tiveram conquistas significativas tanto no seu fortalecimento como atores políticos coletivos como na esfera pública, por meio da incidência em políticas públicas e legislações que beneficiam os segmentos por elas articulados.

Para a CESE como instituição, a experiência do PAE trouxe uma grande contribuição também no campo da produção de conhecimento, por meio da sistematização do apoio às 17 redes nas duas edições do programa, sobre temas como desenvolvimento institucional de rede e articulação para incidência pública.

PPP- Programa de Pequenos Projetos

Uma retrospectiva sobre a trajetória da CESE confirma que ela tem conseguido garantir o desafio de priorizar os pequenos projetos, assumidos com autonomia pelas comunidades de origem. Vários motivos fundamentam e justificam esta opção, entre os quais se pode destacar:

Os pequenos projetos demonstram considerável poder multiplicador, chamado *efeito semente*, capaz de ampliar seus resultados para além da população imediatamente atendida. Essa dimensão educativa, ademais, reforça nos grupos sua condição de sujeito nos processos de mudança. É compreender o projeto como parte de um processo.

Os pequenos projetos representam, em sua grande maioria, iniciativas locais que têm impedido, concretamente, que o processo de exclusão social tenha um efeito mais devastador, pois integram gêneros, etnias, segmentos diversos do campo e da cidade, em função da satisfação das necessidades coletivas. Têm a qualidade de chegar até a ponta, nos lugares mais remotos, onde as políticas públicas são menos acessíveis e ainda é necessária maior incidência para sua conquista. O PPP é o mais antigo e principal programa de apoio a projetos da CESE que permite balizar sua sintonia fina com o mundo real, dialogando com a inspiração do Evangelho em João,

10.10: "para que todos tenham vida e vida em abundância".

Por meio dos seus programas de apoio a projetos, a CESE contribuiu para a criação de movimentos que hoje têm forte expressão política na sociedade brasileira, a exemplo do Movimento Nacional de Direitos Humanos. Também vem fortalecendo centenas de outros atores de expressão nacional e/ou regional, a exemplo dos Fóruns Nacionais da Reforma Agrária & Justiça no Campo e de Reforma Urbana e do Fórum da Amazônia Oriental, com os quais mantém profícuas relações de parceria.

Com mais de 10 mil projetos apoiados em quase 40 anos de história, a CESE já beneficiou mais de 9,5 milhões de pessoas em todo o País, com prioridade para as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Só entre os povos indígenas, nos últimos dez anos, foram beneficiadas 280 mil pessoas através de 478 projetos.

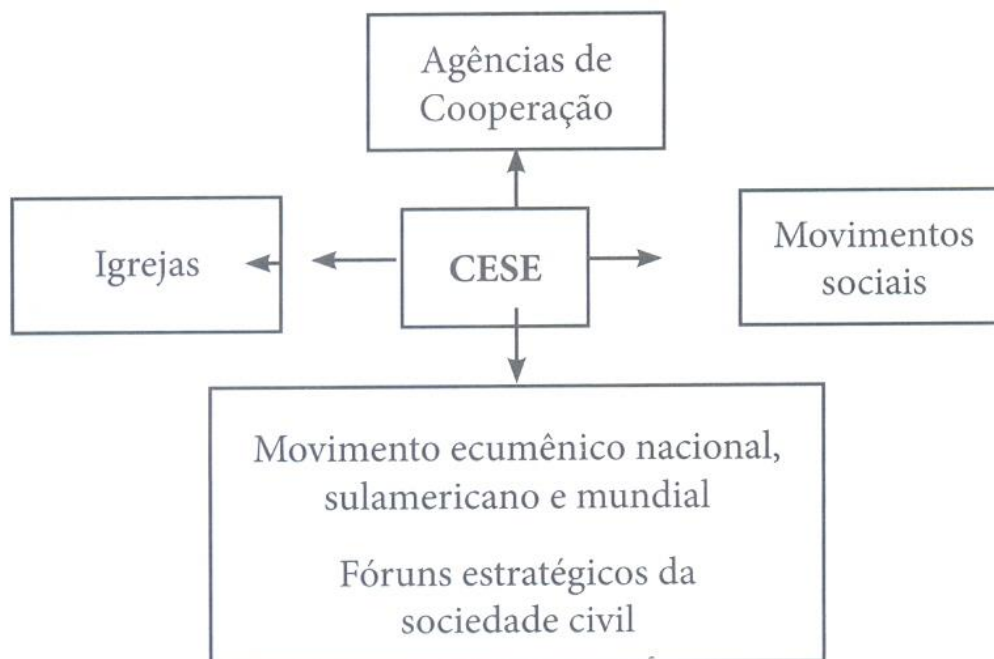
São pequenos suportes a projetos pontuais, chamados de apoio semente, que têm por objetivo que a semente se fortaleça dentro da comunidade e produza frutos.

Existem inúmeros exemplos de grupos que vão à luta para afirmar seus direitos e construir melhores condições de vida. E muitas dessas iniciativas possibilitaram grandes avanços no acesso a direitos, ajudaram a consolidar a democracia e a criar melhores condições de justiça em nosso País.

Assim foi com as organizações que iniciaram a construção de cisternas para captar água de chuva no Nordeste e que hoje coordenam o maior programa público de acesso à água no mundo. Foi também assim com o movimento empreendido por Chico Mendes na Amazônia, que garantiu o aproveitamento inteligente das riquezas naturais sem devastação da floresta. Também é assim com o Grupo Cultural Afro-Reggae, que começou como iniciativa voluntária de jovens sonhadores e que hoje ensina vários países do mundo a combater a violência e a exclusão através da arte.

Essas ações sociais transformadoras e de referência têm algo em comum: o primeiro apoio que receberam para realizar suas atividades, quando eram ainda apenas sementes de boas ideias, foi dado pela CESE.

O diálogo e a articulação na essência da ação da CESE



Diálogo e Gestão

A CESE ocupa um lugar de convergência entre igrejas, agências de cooperação e movimentos populares e desse lugar acompanha tensionamentos e facilita diálogos criativos e impulsionadores.

Uma de suas características é a capacidade convocatória da diversidade de atores para aproximá-los e fortalecê-los para melhor enfrentar e tratar desafios contemporâneos. Nesse sentido, foram realizadas Consultas temáticas como as já mencionadas sobre sindicalismo rural, além de outras sobre: Meio Ambiente e Organização Popular; Democracia e Construção de Paz; Economia dos Setores Populares; Desenvolvimento e o Desafio das Administrações Populares, e três Consultas sobre Cidadania e Diaconia, essas últimas coordenadas em conjunto com representantes das igrejas associadas, sendo a última delas organizada por setores de juventude das igrejas.

Na esfera dos projetos, a CESE tem propiciado encontros de representantes das organizações parceiras, para acompanhamento coletivo dos programas, intercâmbio entre grupos apoiados e aprofundamento de temas fundamentais do contexto que desafiam o movimento social e o fortalecimento institucional das organizações.

A CESE procurou oferecer oportunidades para levantar a importância de certas temáticas que, sendo tratadas superficialmente, podem dar margem a interpretações indevidas ou provocar resistências, a exemplo da importância de projetos produtivos, a oportunidade de participação de mecanismos propostos pelo Estado e o risco de cooptação; concepções de desenvolvimento e democracia; a participação e controle de políticas públicas.

Algumas temáticas tratadas nesses eventos foram: fome e seca no Nordeste; participação e poder no movimento popular; pequenos projetos como alternativa; relação desafiadora entre movimento popular e Estado; movimentos sociais e políticas públicas; desenvolvimento institucional; planejamento, monitoramento e avaliação (PMA); ação dos pequenos projetos na transformação da realidade brasileira; contribuição dos pequenos projetos para o fortalecimento do movimento social; construção social de identidades e a luta por direitos.

O diálogo é fundamental e permeia a ação da CESE em suas várias relações e promoções. Mas, além disso, suas parcerias estratégicas com componentes essenciais de sua identidade e missão - igrejas, agências e movimentos sociais - têm assegurado espaços próprios na gestão da CESE, na perspectiva do monitoramento do planejamento em curso e da participação em definições para o próximo período.

Com as igrejas, o diálogo é permanente, na relação entre a Diretoria Institucional e a equipe executiva e, mais amplamente, na Assembléia Geral, quando as delegações das várias igrejas analisam, criticam, orientam e apoiam os relatórios de atividades e financeiros e participam de debates associados a temas relevantes do contexto e da ação da entidade. São oportunizados, ainda, espaços para conhecimento direto de projetos apoiados, com a presença de representantes de alguns grupos apresentando seu trabalho para a Assembléia.

No momento conjuntural em que se verifica uma tendência de setores das igrejas a uma análise e propostas mais conservadoras e fundamentalistas, é imprescindível zelar pela manutenção do vínculo orgânico com as igrejas e apoiá-las em sua renovação. Isso não quer dizer, forçosamente, assessoria ou serviço direto, pois a CESE pode desempenhar mais adequadamente um papel facilitador de contatos, de oferecimento de espaços e subsídios para reflexão, diálogo, articulação.

Com as agências, merece destaque a realização, desde os anos 1990, da reunião CESE-Agências. Esse espaço de diálogo que acontece a cada dois anos é oportunidade de atualização sobre os contextos dos vários países e para apresentação da CESE com destaques do período. Essa iniciativa reforçou a parceria da CESE com os organismos de cooperação internacional, de maneira que sua colaboração, nos últimos anos, tem sido solicitada para a discussão de políticas das agências para o Brasil.

Com os movimentos sociais, são vários os espaços de participação, destacando-se, porém, como potencial para influenciar na gestão, os encontros realizados a cada dois anos, combinados com a reunião das agências, quando possível.

A CESE considera, permanentemente, a dinâmica dos movimentos sociais que influencia a criação de novos contextos e campos de atuação, provocando necessárias atualizações acerca da concepção e potencialidade dos pequenos projetos, entre as quais:

- reforçar estratégias de articulação dos movimentos, em fóruns e redes, local, regional e

- nacionalmente;
- reforçar o componente da autonomia nos movimentos;
- introduzir preocupação com o processo de planejamento, monitoramento e avaliação contínua, bem como a sistematização das experiências e seu compartilhamento, com transparência na utilização dos recursos;
- inserir ou reforçar preocupações temáticas, como meio ambiente e tecnologia adequada, e incidência em políticas públicas;
- aperfeiçoar iniciativas que incluam a dimensão de gênero, raça, etnia.

Avanços no Diálogo Inter-religioso

A CESE tem discutido conjuntamente com o CONIC e outras organizações ecumênicas o tema do diálogo inter-religioso. Nesse campo, a principal preocupação diagnosticada é a questão da intolerância religiosa, sobretudo com relação às religiões de matriz africana. Merece destaque como algo positivo o surgimento das redes, articulando terreiros na luta pelo direito à livre expressão religiosa e contra as diversas formas de intolerância.

Junto com diversas igrejas, com o CLAI, o CONIC e outras organizações ecumênicas, a CESE participa de um dos trabalhos relevantes do Fórum Ecumênico Brasil - as Jornadas Ecumênicas - que mobilizam de 300 a 400 pessoas de diferentes expressões religiosas e movimentos sociais do País, proporcionando aproximação de pessoas das várias regiões do Brasil e de outros países e de diferentes credos, com abertura ao diálogo.

A 4ª Jornada, realizada em 2010, teve como temas "Ecumenismo, Ecologia, Economia e Vida" e como foco a juventude, com destaque para a participação da Rede Ecumênica de Juventude, que agrega juventudes de diversas expressões de fé. Uma carta pública, lida no momento do encerramento, expressou os compromissos assumidos com as causas que promovem a unidade, a partir dos temas da Jornada.

Como promoção da CESE, neste campo, destaca-se o processo denominado "Construindo Diálogos", iniciado em 2010. Estimulada por lideranças religiosas de matriz africana que sofrem e/ou acompanham de perto os efeitos da intolerância religiosa em Salvador, perpetrados por igrejas neopentecostais contra comunidades de terreiros, a CESE convidou representações de organizações ecumênicas, das suas igrejas-associadas e de outras expressões de fé para um processo de diálogo visando à discussão de alternativas para superação da violência.

Desde então, foram realizadas Rodas de Diálogo, culminando, em dezembro de 2012, na criação de um Fórum Inter-religioso em Salvador. Esse processo tem tido muita receptividade, inclusive por parte de instâncias governamentais.

Considerações finais

A longevidade da CESE tem a ver com a permanência das situações de injustiça e violações e seu propósito em manter-se próxima às demandas sociais. Cada vez mais, tem a obrigação de estar no mundo, ter um lado, sem deixar de levar em conta o giro da história. Através de reuniões de consulta, busca um permanente reposicionamento que lhe permita, enquanto ente não governamental, ecumênico e solidário com os despossuídos e com os movimentos sociais, ser um instrumento contemporâneo de transformação social.

Neste momento, para a lógica do sistema capitalista, o Brasil é visto com brilho nos olhos, como "a bola da vez" e, assim, é incensado nos fóruns internacionais. E nossos governos mais recentes têm se caracterizado por políticas ambíguas frente ao modelo de desenvolvimento que vai se impondo ao País, ora atendendo dívidas sociais históricas, ora se curvando a lógicas produtivistas. Não se pode deixar de observar o quanto a riqueza colossal dos recursos naturais do Brasil, neste momento de expansão do capital, é tragada pelas forças produtivas numa celeridade avassaladora, como se fosse algo inexorável. Em meio a disputas pelo modelo de desenvolvimento, a CESE procura captar o ânimo da população e dos movimentos sociais.

O diálogo que se fez necessário há 40 anos no enfrentamento do contexto de ditadura militar para afirmação dos direitos humanos, hoje, numa conjuntura de construção democrática, segue sendo fundamental:

- com as agências de cooperação internacional, para a manutenção do apoio aos movimentos sociais

no Brasil, em suas lutas contra as desigualdades gritantes que continuam a existir, apesar dos programas sociais do governo e das iniciativas da sociedade civil em diversos campos;

- com as igrejas, na afirmação cada vez mais necessária de uma diaconia ecumênica voltada para o fortalecimento das organizações populares, das pastorais sociais, das comunidades, das articulações que se empenham na incidência em políticas públicas para fazer face às desigualdades, à violência crescente, à intolerância, ao crescimento do fundamentalismo de toda ordem;
- com o governo, para o debate sobre democracia, desenvolvimento e participação da sociedade civil na construção e monitoramento de políticas públicas, além da construção conjunta, com seus pares e outros atores, de um novo marco regulatório da relação do Estado com as organizações da sociedade civil;
- com os movimentos sociais, no reconhecimento de seu protagonismo, na autonomia necessária para suas lutas por uma democracia com justiça.

A CESE vem aprofundando o diálogo *com e entre* esses segmentos no Brasil, e empenhando-se em articulações ecumênicas em âmbito latino americano, reforçando suas relações internacionais, sempre no intuito da afirmação dos direitos humanos.

Endereço da autora:

R. da Graça, 164. CEP: 40150-055 - Salvador-BA.

CONIC - 30 anos nos caminhos da unidade e da vivência solidária

Ervino Schmidt¹

Resumo

O presente artigo trata da presença marcante do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC) no contexto do movimento ecumênico nacional. As igrejas a ele filiadas têm nele um espaço privilegiado para refletirem sobre suas divergências históricas e doutrinárias, visando a superação das mesmas. Além disso, assumem, em conjunto, claro posicionamento em relação a temas de urgência e de relevância para a sociedade brasileira.

Palavras-chave: Igreja. Diálogo. Unidade. Fé. Cooperação.

Abstract

This article deals with the strong presence of the National Council of Christian Churches of Brazil (CONIC) in the context of the ecumenical movement nationwide. Churches have affiliated in it a privileged space to reflect on their historical and doctrinal differences in order to overcome the same. Furthermore, assumes jointly clear position on issues of urgency and relevance to the Brazilian society.

Keywords: Church. Dialogue. Unity. Faith. Fellowship.

1. Considerações introdutórias

Percorremos um belo trecho de caminho! Ao longo dessa estrada o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC) adquiriu considerável notoriedade. Apoiado pelas Igrejas que o compõem, tornou-se conhecido, sobretudo, pelas suas propostas de superação da violência, de promoção da vida, justiça e paz. Assumir claramente uma atitude de solidariedade frente aos problemas que angustiam o nosso povo faz mesmo parte dos seus objetivos. Isso não passou despercebido. Podemos dizer que seu inequívoco posicionamento em relação a temas de urgência e relevância para a sociedade, bem como o apoio a movimentos sociais de base, têm contribuído para que chegasse à notoriedade mencionada.

Mas no centro da sua missão está o empenho pela aproximação entre as Igrejas. O Conselho fornece a elas importante espaço para o contínuo estreitamento de seus laços fraternos e a reflexão em comum sobre divergências históricas e doutrinárias, que um dia esperamos ver superadas. É a dimensão do diálogo ecumênico. O Conselho vem desenvolvendo esse diálogo, ao longo dos seus trinta anos, em humildade, lealdade, pureza de intenções e paciência. Acima de tudo, porém, em amor.

O que eu poderia dizer por ocasião de uma data tão significativa? Contar a história, sim. Mas metade desse período faz parte da minha própria história, marcada pela vivência do ideal ecumênico. O CONIC não surgiu ao acaso. Situa-se em um movimento amplo que busca "guardar a unidade do Espírito pelo vínculo da paz" (Ef 4.3), que conhece o valor de "suportar-se uns aos outros no amor". É uma instituição que entende e quer realizar o que foi pedido por Jesus: "que todos sejam um" (Jo 17.21). Situa-se no movimento que celebra a unidade que já existe e quer fazer acontecer uma unidade ainda maior, sem perder as riquezas da diversidade.

¹O autor é Pastor da IECLB, mestre pela Universidade de Hamburgo – Alemanha. Foi professor de Teologia Sistemática na Faculdade EST e Secretário Executivo o CONIC.

Como sabemos, cedo começaram as divisões no Corpo de Cristo. Não me refiro às várias maneiras de expressar a fé em contextos diversos. O Cristianismo, se bem o examinarmos, nasceu plural. Diversidade pode ser um enriquecimento. Mas graves foram mesmo os desentendimentos, as agressões, os dolorosos conflitos no seio da Igreja. Algumas primeiras divisões aconteceram já na Igreja Antiga. Mais tarde veio a grande ruptura do século 16, quando aconteceu a Reforma Protestante. Apesar de tudo, graças a Deus, ao longo da história da Igreja sempre houve pessoas e grupos que se dedicaram a cultivar o entendimento entre religiões e culturas, entre povos e nações e, principalmente, a buscar a unidade entre cristãos.

É o século XX, porém, que vai entrar para a história como o século do movimento ecumênico, da comunhão entre as Igrejas. Agências missionárias dos Estados Unidos e da Europa perceberam a necessidade de uma estratégia mais convincente para a atuação no mundo. Além das questões práticas, viram que a concorrência era empecilho para a autêntica proclamação do Evangelho. Em vez de haver a pregação de uma só boa nova, havia mensagens destoantes. Era preciso que o mundo percebesse que um só Filho foi enviado ao mundo, uma só Igreja foi chamada à existência pelo único Espírito de Deus para proclamar a boa nova. Como poderiam, pois, existir divisões e rupturas entre os filhos e as filhas de Deus?

Essas questões estão na base do movimento ecumênico. São preliminares para a grande Conferência Internacional sobre Missão, que aconteceu em Edimburgo, em 1910. Essa conferência é considerada o divisor de águas na história do ecumenismo. Sua importância reside nos incentivos ecumênicos que proporcionou à reflexão e ação dos cristãos. Estava lançada a semente. Lentamente se avançava no caminho da unidade. A Conferência sobre Missão, porém, tinha alcance restrito. A participação era limitada a missões em "terras pagãs." Assim, a América Latina ficou praticamente excluída. Mas houve reação já na própria Conferência. Algum tempo depois foi nomeado um comitê que preparou o conhecido Congresso de Panamá, em 1916, no qual se debateu especificamente a situação das missões na América Latina. Houve desdobramentos no Brasil. Ainda no mesmo ano foi realizada, no Rio de Janeiro, uma Conferência Regional. Fruto desse desenvolvimento foi, entre outros, o estabelecimento da Comissão Brasileira de Cooperação, que iniciou suas atividades em 1920. Esse caminho iniciado, finalmente levou à criação, em 1934, da Confederação Evangélica do Brasil (CEB), cuja atuação foi de grande alcance. Tornaram-se célebres, a partir de 1955, as suas reuniões de estudo sobre a responsabilidade social da Igreja. No período da ditadura militar, porém, a CEB perdeu sua influência e entrou em profunda crise. Em 1987 foi reativada, porém, não mais recuperou seu vigor. Em todo esse movimento, até aqui esboçado, manifesta-se a existência de um ideal de unidade entre os protestantes, que teve dificuldade em ser assumido de modo mais concreto e duradouro ao longo da história.

Fica estranho pensar em ecumenismo sem a inclusão da Igreja Católica, tão marcante na identidade brasileira. No entanto, esse ideal de unidade que se manifestou no Protestantismo brasileiro de missão, ao menos em sua expressão inicial, foi marcado por uma cultura anticatólica. Percebe-se "entre as Igrejas oriundas do processo missionário, a existência de certa unanimidade, não planejada, evidentemente, em termos de um discurso teológico visceralmente anticatólico, de corte fundamentalista e profundamente marcado por uma ética puritana e individualista".²

Em nível internacional, um dos marcos principais na história do ecumenismo foi, sem dúvida, a criação do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), em 1948. Igualmente importante foi, mais tarde, a realização do Concílio Vaticano II (1962-1965). A partir da reflexão inspirada por esses eventos, surgiram no Brasil vários organismos ecumênicos, como CEDI, CESE e o Conselho Nacional de Igrejas. Em termos mais amplos, foi criado, em 1978, o Conselho Latino Americano de Igrejas (CLAI).

2. Nasce o CONIC

Em 1975, aconteceu no Brasil o primeiro Encontro de Dirigentes de Igrejas, com a participação da Igreja Católica Romana, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e da Igreja Metodista. Eventos desse tipo foram decisivos para a posterior criação do Conselho Nacional de Igrejas.

² FÉ BRASIL, Ecumenismo, Direitos Humanos e Paz - A experiência do Fórum Ecumênico Brasil, Koinonia, 2006, 12.

Para os dirigentes de Igrejas tornava-se cada vez mais forte a consciência de que a divisão entre os cristãos é contrária à vontade de Deus, um escândalo para o mundo e um obstáculo para o testemunho comum. Sentiram a dor da separação e passaram a se empenhar intensamente no cumprimento do desejo de Cristo: "que todos sejam um". Propuseram, então, oficialmente a criação de um Conselho Nacional de Igrejas, "aberto ao diálogo e à colaboração com quaisquer outras organizações eclesiais, sem intenção de substituí-las ou de competir com seus programas"³. Essa identidade assim descrita, que não interferia na autonomia das Igrejas, foi importante para impulsionar uma participação tranquila, que não despertava oposições internas no ambiente eclesial.

Após longo e inspirado caminho de preparação, surgiu, finalmente, o CONIC. Nos dias 17 e 18 de novembro de 1982, realizou-se com muito júbilo e gratidão, na Vila Betânia, em Porto Alegre - RS, a Assembléia Constituinte do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil. Na mesma ocasião foi eleita a primeira diretoria, que teve a seguinte composição: D. José Ivo Lorscheiter, da ICAR (presidente); P. Augusto Kunert, da IECLB (vice-presidente); Rev. Orlando Santos de Oliveira, da IEAB (secretário) e Bispo Sady Machado, da IM (tesoureiro).

Ao final, a Assembléia dirigiu uma mensagem às comunidades. Eis aqui algumas partes desse texto no qual percebemos o testemunho da alegria e do compromisso assumido:

"Dirigimo-nos com júbilo ao nosso povo para compartilhar a celebração de um grande acontecimento.

(...) As Igrejas-membros, respeitadas as diferentes concepções eclesiológicas, reconhecem-se convocadas por Cristo à unidade de sua IGREJA.

(...) O CONIC compromete-se com o esforço pela promoção da dignidade, dos direitos e deveres da pessoa humana, criada à imagem de Deus, em busca e a serviço do amor, da justiça e da paz. Para tanto, as Igrejas-membros se propõem a desenvolver linhas comuns de ação pastoral.

(...) Decidimo-nos firmemente a não apenas nos dar as mãos, mas a viver mais intensamente aquilo que o Senhor Jesus pede ao Pai: "que todos sejam um em nós, para que o mundo creia que Tu me enviaste e os amaste como amaste a mim" (cf. Jo 17,21-23).

(...) É preciso firmar a nossa vontade e a nossa colaboração para construir um mundo realmente justo, pacífico e humano, onde a dignidade, os direitos dos homens e dos povos sejam respeitados, a fome não mais exista, não haja mais armas, onde o pão não falte em mesa alguma, onde não haja irmão odiando irmão e onde o choro de crianças carentes seja substituído pelo sorriso da saúde e da felicidade.

(...) Lançando os nossos olhares para o futuro, estamos certos de que, guiados pelo Espírito de Deus, seremos capazes de levar a bom termo esta obra da unidade para a glória de Deus e o bem de todos os irmãos!'

Conforme sua Base Constitutiva, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil se define como

"uma associação fraterna de Igrejas que confessam o Senhor Jesus Cristo como Deus e Salvador, segundo as Escrituras, e, por isso, procuram cumprir a sua vocação comum para a glória de Deus Uno e Trino, Pai, Filho e Espírito Santo, em cujo nome administram o Santo

³ CONIC, Documentos do CONIC 5, 1987, Paulinas, 53.

Batismo. O amor de Deus, a confissão de fé comum e o compromisso com a missão impulsionam as Igrejas-membros a uma comunhão cristã mais profunda e a um testemunho comum do Evangelho no Brasil, no exercício do amor e serviço ao povo. Respeitadas as diferentes concepções eclesiológicas, as Igrejas-membros se reconhecem convocadas por Cristo à unidade de sua Igreja, na certeza da atuação do mesmo Cristo e do seu Espírito nelas e através delas!

Esses objetivos, traçados há trinta anos, vêm norteando os trabalhos do CONIC e têm sido motivo de reflexão para os que se envolvem nas atividades por ele propostas.

3. Presença e atuação do Conselho

O CONIC atua basicamente em duas dimensões:

Em primeiro lugar, busca a aproximação entre as Igrejas. Empenha-se em promover continuamente o estreitamento de seus laços fraternos e trabalha para a superação das suas divergências.

Entre as atividades, nesse nível, poderíamos mencionar a realização de encontros de dirigentes nacionais de Igrejas, em que bispos primazes, presidentes e moderadores discutem questões de interesse das várias Igrejas. Merecem ser lembrados também os Seminários Teológicos e a Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos. A Semana é um projeto do CMI e da Igreja Católica Romana, em nível internacional, mas em nosso contexto é coordenada pelo CONIC, que adapta o material que vem do exterior, orienta e estimula atividades a ela relacionadas. Trata-se de um importante instrumento para a remoção de barreiras que dificultam a caminhada ecumênica. A oração conjunta tem poder de cura. Sara feridas seculares! Costuma-se dizer que a oração é a alma do ecumenismo. A Semana vem crescendo de ano para ano, graças ao poder do Espírito. As celebrações ecumênicas, porém, não se restringem a ela. Acontecem ao longo de todo o calendário litúrgico, de acordo com iniciativas das comunidades e Igrejas.

Nos últimos anos tivemos um tipo de trabalho que marcou bastante a vida do CONIC: foram as Campanhas da Fraternidade Ecumênicas (2000, 2005 e 2010). Os temas e lemas aí desenvolvidos foram bem expressivos: "Dignidade Humana e paz - Novo milênio sem Exclusões"; "Solidariedade e Paz - Felizes os que promovem a paz" e "Economia e Vida - Vocês não podem servir a Deus e ao Dinheiro".

Com essa iniciativa as Igrejas mostraram à sociedade um vigoroso sinal de comunhão e de unidade. Com isso estão na contramão de todo tipo de competição e de proselitismo, tão frequentes no nosso contexto religioso. É uma clara manifestação de que a paz é possível. É também uma comprovação de que Igrejas irmãs são capazes de repartir dons e recursos na sua missão. Foi exatamente com essa intenção que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB colocou, por três vezes, à disposição das demais Igrejas a Campanha da Fraternidade, seu mais conhecido projeto de evangelização, que vem desde 1964.

Não pode ser nossa tarefa traçar, neste espaço, um exaustivo histórico das Campanhas. Muito se escreveu sobre elas. Aqui cabe tão somente chamar atenção para o fato de que já bem anteriormente se havia aberto a discussão sobre o caráter ecumênico das CFs. Em 1979, a CNBB, em comentários gerais, introduziu as seguintes reflexões quanto à Campanha: "Tratando-se de uma atividade de Igreja e propondo-se construir a fraternidade, não pode a CF prescindir duma clara e sincera dimensão ecumênica. Embora sendo uma iniciativa da Igreja Católica e subordinada à CNBB, a CF deve levar em conta a existência de outras Igrejas Cristãs e buscar sempre a maior unidade em Cristo. Desde agora haverá diversas possibilidades de impregnar de espírito ecumênico a CF: desenvolvimento do tema com abertura e respeito às outras Igrejas; alguma atividade comum na abertura ou realização da Campanha; reflexão comum para a escolha dos objetivos concretos." E o trecho conclui: "O futuro dirá se é ou não conveniente e viável fazer da CF uma ação conjunta de várias Igrejas Cristãs".⁴ A dimensão ecumênica das Campanhas voltou a ser mencionada ainda em várias outras oportunidades. Também em reuniões do CONIC, vez ou outra, falava-se da possibilidade e da conveniência da realização de uma Campanha em conjunto. Por fim, o sonho tornou-se realidade!

⁴ CNBB, *Campanha da Fraternidade de 1979 - Preserve o que é de Todos*, Paulinas, 1979,4.

Em ações em conjunto, as Igrejas conclamam todas as pessoas de boa vontade a se empenharem na construção de uma cultura de paz. Não visavam apenas conscientização, mas ações transformadoras. A título de exemplo, vamos destacar aqui algumas dessas iniciativas.

No meio da violência que afeta a todos, o Conselho propôs o desarmamento e a promoção da entrega voluntária de armas de fogo. Expressou a convicção de que andar armado ou conservar armas significa apoiar soluções violentas para os conflitos que surgem nas relações individuais ou sociais. Por ocasião do lançamento da Frente por um Brasil sem Armas, o CONIC anunciou a decisão das Igrejas de entrarem com força na Campanha do Desarmamento. O compromisso que elas assumiram despertou centenas de iniciativas. Em 24 Estados, mais de 400 templos abriram suas portas para a entrega voluntária de armas. Ao todo foram recolhidas e destruídas cerca de 4.700 armas de fogo no âmbito dessa iniciativa das Igrejas. O Conselho envolveu-se também na campanha para proibir a comercialização de armas de fogo e munição em todo território nacional mediante referendo popular. Aí, a votação não nos foi favorável. Mas o povo fez a experiência de usar um importante instrumento de manifestação de soberania popular. Foi um valioso exercício de cidadania, mesmo sem o resultado final desejado.

O CONIC lançou por vários anos, no contexto da "Década para Superar a Violência", os instigantes Relatórios sobre Dignidade Humana e Paz no Brasil. Essas publicações foram um testemunho do esforço ecumênico para a realização do sonho da justiça e da paz. Fornecem uma amostra da realidade do nosso país, expressa através de pesquisas com números, tabelas e demonstrativos, entrevistas e indicação de possibilidades de mudança nas quais a dignidade humana se mostra ameaçada. O Relatório apresentou um "Índice de Indignação" do povo diante dos atentados à dignidade humana que ocorrem entre nós e um "Indicador da Percepção" desse desrespeito.

O CONIC coordenou, até 2010, a Conferência da Paz no Brasil. A inspiração para esse evento veio das Campanhas da Fraternalidade Ecumênicas. Subjacente está a convicção de que paz tem a ver também com a transformação do modelo econômico neoliberal em um projeto político de solidariedade social, que impeça toda sorte de exclusão e "reduza a escandalosa desigualdade social existente no Brasil, que fere os Direitos Humanos fundamentais das pessoas."⁵

Em fevereiro de 2006, a convite das Igrejas filiadas ao CONIC, o Conselho Mundial de Igrejas realizou sua IX Assembléia Geral em nosso País. Igrejas do mundo inteiro voltaram a atenção para Porto Alegre. O tema desse evento foi "Deus, em tua graça, transforma o mundo".

Essa Assembléia deu novo impulso à busca da unidade entre nós. Reafirmou o que a assembléia de Camberra (1991) havia dito: a necessidade de "Ver nas outras Igrejas a una, santa, católica e apostólica Igreja na sua plenitude". Também reforçou a proposta que está nos objetivos do Conselho Nacional: "empenhar-se na promoção da dignidade, dos direitos e deveres da pessoa humana, criada à imagem de Deus, em busca e a serviço do amor, da justiça e da paz".

4. Ecumenismo em tempos de neoliberalismo

Muita coisa aconteceu nestes anos de caminhada em conjunto. Há motivo para render graças a Deus. Há razão para alegria e louvor! Mas, ao mesmo tempo, ouvimos falar com certa insistência de uma profunda "crise" no movimento ecumênico. Alguns preferem falar de um "inverno" que torna difíceis os esforços pela busca da unidade. O que há, de fato, atrás dessas manifestações? Quais são os elementos que constroem essa crise?

Queremos enumerar algumas dificuldades que o próprio sistema social e político em que vivemos traz consigo, já que as Igrejas não vivem em espaço neutro, mas estão historicamente situadas.

O contexto no qual se encontram é marcado, cada vez mais, pelo neoliberalismo exacerbado, cuja característica é transformar tudo em mercadoria. Bens e serviços, inclusive a força de trabalho, tudo é subjugado às leis do "livre" mercado. O Estado é esvaziado e passa a ser um mero instrumento dos interesses dos setores dominantes. Um grande número de homens e mulheres é excluído dos direitos fundamentais da pessoa humana. Milhões de pessoas são colocadas à margem, sem direito a uma vida plena por serem pobres. Foram empobrecidas e agora não interessam ao "deus-mercado" e são tratados como se não existissem! Essa é uma grande desgraça, que permanece entre nós apesar de todo o progresso da sociedade e da tecnologia. A dignidade e integridade humanas se acham constantemente ameaçadas. Os esquemas de

⁵ *Carta brasileira da Paz*, lançada na Primeira Conferência da Paz no Brasil (2005). In: pfdc.pgr.mpf.gov.br/.../carta_brasileira_paz.pdf. Acesso em 29/06/2013.

poder e dominação são extremamente sofisticados. O mercado globalizado tem uma lógica própria que domina as relações em todos os níveis. O que se valoriza é a maximização do lucro acima de tudo. Isso gera uma crise muito específica, em que a autoestima das pessoas depende muito da sua capacidade de consumir. Cresce um individualismo intimista, que, junto com as outras características da crise, dificulta a proposta ecumênica de unidade, justiça, paz e vida plena.

O sistema econômico, político e jurídico vigente é ainda indiferente aos direitos vitais do ser humano e desrespeita a criação divina. Tudo isto tem sérias consequências para todas as áreas essenciais à dignidade da vida.

Mas existe ainda outro tipo de ameaça ao ecumenismo em nossa sociedade de mercado. Uma das características do neoliberalismo é o processo de privatização. Esse processo atinge também a religião. Brakemeier explorou muito bem esse aspecto em uma palestra proferida na IX Assembléia Geral do CONIC, em 2000. A religião, argumenta ele, passa a ser considerada assunto particular, uma opção do indivíduo, "uma preferência pessoal". Oferece-se produto para todos os gostos. A religião perde a normatividade. Ele afirma: "É assim que se entende 'liberdade religiosa', a saber, como direito de servir-se da oferta que melhor corresponde aos anseios particulares. As pessoas passam a ser 'consumidores religiosos'. Uma verdadeira avalanche de propostas se precipita sobre as pessoas em espírito de concorrência". As Igrejas, um tanto assustadas, partem para a missão, mas no sentido da ofensiva. Elas passam a se empenhar em garantir sua sobrevivência. Isso enfraquece as forças para a caminhada conjunta em fraternidade e amor.

O mundo consumista em que vivemos incentiva a busca por realização dos próprios desejos. Busca-se uma experiência religiosa que atenda às necessidades imediatas e não exija maiores envolvimento. O grande desejo é ter tudo, de preferência, com resultados instantâneos! Uma reflexão mais aprofundada, com espírito crítico, não interessa tanto. Uma fé que busca o intelecto parece não caber muito bem onde se prioriza a experiência emocional e o imediatismo.

5. Perspectivas

No contexto assim esquematizado, que não é novo, mas agora apresenta alguns aspectos com maior nitidez, o que poderá constar da agenda ecumênica? Eis algumas propostas que vêm da última Assembléia do CMI e de reflexões feitas posteriormente nas Igrejas e organismos ecumênicos.

a) Igreja, missão e unidade

Um dos temas mais urgentes da caminhada ecumênica é a missão.

As Igrejas que andam juntas entendem que elas têm uma missão comum. Devem estar prontas para servir em todo lugar e para seguir os passos do Senhor crucificado e ressurreto. Em palavras e ações querem viver aquele movimento de amor que Deus manifestou em Cristo. Sabem-se portadoras da mensagem do amor feito auto entrega e partilha.

A Igreja, como instrumento do Deus amor, é conclamada a estabelecer o diálogo com todas as pessoas de boa vontade, com as religiões não cristãs e, também, com as ideologias do nosso tempo.

b) Reconciliação e paz

É necessário que o movimento ecumênico, em todas as suas expressões, faça da superação da violência uma prioridade urgente. Entende-se que não basta levar em conta só os sintomas ou as flagrantes manifestações da violência. Deve-se, antes de qualquer coisa, considerar as causas profundas e as ideologias que as fomentam. Isso significa que as Igrejas filiadas ao CONIC precisam levar adiante as experiências colhidas em projetos como a "Década Ecumênica de Solidariedade das Igrejas com as Mulheres" (1988-1998) e a "Década para superar a Violência" (2000-2010), bem como nas Campanhas da Fraternidade Ecumênicas. É vocação das Igrejas serem agentes da reconciliação e promotoras da paz!

c) Defesa dos Direitos Humanos

Para trabalhar nessa área são importantes, acima de tudo, três passos:

- Redescobrir o profundo sentido da dignidade humana, fazendo-o presente em todos os conflitos sociais travados, sempre que ela esteja sendo ameaçada ou desrespeitada.

É importante lembrar que aqui se trata de um princípio jurídico *suprapositivo*, que pode ser invocado até contra a lei.

- Redescobrir a importância da formação de frentes de trabalho. As frentes podem facilitar a ação concreta em defesa dos direitos humanos, elas podem ser formadas espontaneamente no meio do povo, em vários níveis, tais como, a frente comunitária, a frente política, a frente jurídica. Esta última fornece o instrumental técnico e o endereçamento institucional das defesas populares.
- Investimento na formação em DH por parte das Igrejas, em parceria com instituições ecumênicas e ONGs especializadas no assunto.

d) Formação ecumênica

Cada Igreja tem sua proposta própria de ensino e catequese. Importa que já ali haja espaço para a dimensão ecumênica. Com razão Therezinha M.L. Cruz diz: "É urgente uma revisão nos manuais e na formação dos catequistas, não só para uma correta inserção do ecumenismo, mas também para uma percepção mais ampla da missão e da identidade da Igreja, que precisa ser testemunhada na vivência concreta na comunidade"⁶

Reconhece-se, em encontros e diálogos, que é necessário fazer um esforço maior no que toca à formação ecumênica nas nossas Igrejas. Aos leigos, especialmente os jovens, e também ao clero, devem, nesse campo específico, ser oferecidas oportunidades de reflexão, estudo e participação. É preciso coordenar melhor essa formação para que haja mais intercâmbio e participação entre fiéis cristãos de tradições diferentes.

De 1 a 3 de agosto de 2006 as Igrejas do CONIC se reuniram num seminário que tinha como tema: "Deus, em tua graça, transforma nosso país." O CONIC nessa ocasião recomendou:

- Revisar o currículo dos institutos teológicos, introduzindo o ecumenismo como dimensão transversal da formação teológica e espiritual;
- Favorecer a atuação de professores de diferentes Igrejas na disciplina e/ou na abordagem de questões ecumênicas nos institutos de teologia;
- Incentivar a formação de multiplicadores/as ecumênicos através de cursos, retiros ecumênicos e da elaboração de subsídios em linguagem popular.

e) Ensino Religioso nas escolas públicas

O Ensino Religioso não pode ser um adendo, nem um favor prestado a uma determinada confissão religiosa. Ele, conforme a lei atual que o CONIC ajudou a formular, é parte integrante de um processo de educação global. Inclusão e respeito às diferenças religiosas marcam esse processo. O ensino assim concebido é ecumênico, em termos abrangentes. É um precioso espaço em que as diversas culturas e religiões podem estar em sincero diálogo na busca dos valores transcendentais. Será isso um valioso exercício para vivência em comunidade, sem perda de identidade histórica e religiosa.

As questões fundamentais da vida não se resolvem quando nos identificamos como católicos ou protestantes, cristãos ou muçulmanos; "o desafio está em 'ler' o mundo e a vida e dar-lhes sentido"⁷

De qualquer modo, o Ensino Religioso escolar, proposto dessa forma, é um lugar privilegiado para ajudar a sociedade a ser mais inclusiva e democrática e as religiões mais abertas.

f) Diálogo inter-religioso

No Brasil o campo religioso é multifacetado. Não se pode mais falar do monopólio de uma das tradicionais Igrejas, chamadas históricas. Há, isso sim, um grande número de grupos religiosos. Muitos deles nem apresentam contornos muito definidos. Não se pode ignorar o pluralismo religioso. Como Igrejas somos chamados a assumir uma atitude que destaque, sobretudo, a perspectiva relacional, a perspectiva do

⁶ CRUZ, M. THEREZINHA, "Simpósio sobre Ecumenismo - Jundiá, Janeiro de 2010: Ecumenismo na Pastoral - Exigências da realidade sócio-eclesial". In: ITESC, Encontros Teológicos, 55 (2010) 148.

⁷ CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO - UMESP, "Uma educação ecumênica". In: *Estudos da Religião*, no 14, julho de 1998, 45

diálogo sincero e crítico. O verdadeiro diálogo ecumênico rejeita tanto o indiferentismo quanto o espírito proselitista. Será simplesmente um diálogo em espírito de fraternidade e de amor, uma busca de unidade na construção do bem comum, com respeito e valorização da diversidade.

g) Retorno às raízes espirituais

Chama a atenção uma preocupação que vem de dentro do CMI. Procede do Grupo Misto de Trabalho, instrumento fundamental para fomentar as relações ecumênicas, constituído em 1965 por um acordo entre o CMI e a Igreja Católica Romana. O grupo afirma a necessidade de fomentar um retorno às raízes espirituais do ecumenismo. Seus membros argumentam que para o início do movimento foi decisivo o "ecumenismo espiritual" que inspirou a Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, a Comissão de Missão e Evangelização e a Comissão de Fé e Constituição. Citam o Cardeal Kasper: "Quando falamos de espiritualidade ecumênica, não empregamos a palavra (...) para aludir a uma espiritualidade vaga, débil, meramente sentimental, irracional e subjetiva, que não toma em consideração a doutrina objetiva da Igreja ou inclusive a ignora."⁸ O grupo teme um mero ativismo ecumênico que corre o risco de esgotar-se e lembra a declaração do então Secretário Geral do CMI, Rev. Kobia, que afirma: "Devemos insistir de novo na necessidade de espiritualidade como base para o trabalho que realizamos no mundo. Dessa maneira evitamos que nos seduza o fascínio que o poder exerce...".⁹ O que se busca é uma espiritualidade ecumênica renovada e baseada nas diversas tradições das Igrejas.

Apontamos apenas alguns assuntos que podem constar da agenda das Igrejas e do CONIC. Trinta anos significam um belo trecho do caminho percorrido! Temos ainda muitos desafios pela frente, mas é uma jornada emocionante, que vale muito a pena, tanto pelo objetivo final como pelas bonitas alianças, amizades e descobertas que vamos fazendo ao longo da estrada. Que Deus nos ajude, em sua graça, a vivermos a unidade que é, simultaneamente, dádiva e incumbência.

6. Bibliografia

Brakemeier, Gottfried, Ser Conselho de Igrejas no Novo Milênio. Palestra proferida na IX Assembléia Geral do CONIC, em 2000 (polígrafo).

-CMI, De Harare a Porto Alegre: 1998 -2006, Genebra, 2005.

-CMI, Grupo Mixto de Trabajo de la Iglesia Católica Romana y el Consejo Mundial de Iglesias, Genebra - Roma, 2005.

-CONIC, Uma Caminhada Ecumênica -Documentos do CONIC 5 . São Paulo, Paulinas, 1987.

CRUZ M. Therezinha, "Simpósio sobre ecumenismo - Jundiá, janeiro de 2010: Ecumenismo na pastoral: Exigências da realidade sócio eclesial". In: ITESC, Encontros Teológicos, 55 (2010)141-152.

-SCHMIDT, Ervino, "O Movimento Ecumênico hoje - percalços e desafios". ImWOL-FF, Elias (org.). Exercitando a Cooperação, Florianópolis, 2006, 15-31.

-STRECK, Danilo, "Uma educação ecumênica" In: CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO - UMESSP, "Uma educação ecumênica". Estudos da Religião, no 14, julho de 1998, p. 35-48

Endereço do autor

R. Gonçalves Dias, 68, ap. 304
CEP 90130-060 - Porto Alegre- RS
ervinus@bol.com.br

⁸ CMI, *Grupo Mixto de Trabajo de la Iglesia Católica Romana y el Consejo Mundial de Iglesias*, Genebra - Roma. WCC Publications. 2005, p.30. Capítulo V. Perspectivas para el Futuro (2006-2013)

⁹ 9. IBID

Artigo 5

O Ecumenismo na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB

Gabriele Cipriani¹

Resumo

O ecumenismo na CNBB abrange as atividades promovidas diretamente pelo organismo nacional no seu conjunto, como também as iniciativas ecumênicas promovidas em seus regionais e nas dioceses católicas em todo o Brasil. O presente artigo mostra um diagnóstico inicial ou ponto de partida do ecumenismo na CNBB, a aprendizagem ecumênica, a implantação do ecumenismo e suas orientações pastorais e novos desafios da atualidade.

Palavras-chave: Igreja. Unidade. Fé. Diálogo.

Abstract

Ecumenism in CNBB covers the activities promoted directly by the national body as a whole, as well as ecumenical initiatives promoted in their regional and the Catholic dioceses in Brazil. This article shows an initial diagnosis or starting point of ecumenism in CNBB, the ecumenical learning, deployment of ecumenism and its pastoral and new challenges today.

Keywords: Church. Unity. Faith. Dialogue

1. O ponto de partida

É fundamental lembrar sinteticamente o contexto inicial da caminhada ecumênica da CNBB. Sem observar o ponto de partida da caminhada ecumênica da CNBB seria difícil apreciar a relevância das suas iniciativas ecumênicas, assim como é difícil compreender a lentidão dos progressos do ecumenismo em âmbito católico.

O anúncio do Concílio Ecumênico Vaticano II, por parte do Beato João XXIII, em 25 de janeiro de 1959, último dia da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, continha já uma das principais finalidades do Concílio: a unidade dos cristãos². "Preparando-nos para o Concílio" foi um documento\estudo elaborado pelo Secretariado Nacional da Fé da CNBB com a finalidade de chamar a atenção sobre o panorama de outras denominações cristãs e despertar interesse sobre um dos pontos que com certeza estariam em pauta no Vaticano II³.

Mas os bispos brasileiros foram para Roma com a certeza de representar um país católico. Haviam elaborado um Plano de Emergência (1962), para fortalecer o catolicismo no Brasil, com a certeza teológica de que a única e verdadeira Igreja de Cristo é a Igreja Católica. No Brasil, a hegemonia católico-romana era ainda incontestável naqueles anos (93%). As minorias não recebiam a consideração e o respeito que hoje lhe são reconhecidos. A separação entre católicos e evangélicos estava bem demarcada. Um claro espírito de contraposição entre católicos e evangélicos e um forte sentimento antiecumênico perpassava a maioria das denominações evangélicas no Brasil. De fato, apesar de alguns sinais de ecumenismo inspirados pelo Conselho Mundial de Igrejas (1948), também entre as denominações evangélicas a afirmação da identidade

¹O autor trabalha no Movimento de Educação de Base, em Brasília, Brasil. Por 10 anos foi assessor de Ecumenismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

² Para o anúncio e a preparação do Vaticano II ver Alberto Melloni (a cura di), *Storia dei Concilio Vaticano II, I: II cattolicesimo verso una nuova stagione*, il Mulino-Peeters, Bologna-Leuven, 1995, 552.

³ Um histórico do ecumenismo na CNBB pode ser encontrado em WOLFF, E., *O Ecumenismo no Brasil - Uma introdução ao pensamento ecumênico da CNBB*, Paulinas, 2000.

de cada uma pouco espaço deixava às primeiras iniciativas de cooperação⁴. Até a experiência conciliar de conversão ao ecumenismo, existiam no meio católico apenas algumas vagas ideias de uma novidade que, se afirmada, tardaria a realizar-se. Foi no Concílio que os bispos do Brasil, junto com os demais bispos do mundo inteiro, fizeram um lento e difícil exercício de aprendizagem ecumênica que lhes proporcionou a capacidade de introduzir na CNBB uma visão totalmente nova das relações eclesiais entre católicos e outras denominações cristãs no Brasil.

O primeiro anúncio oficial do compromisso ecumênico da CNBB se encontra na "Mensagem dos Bispos do Brasil sobre o Concílio, após a III Sessão"⁵. Os bispos revelam na mensagem sua experiência de aprendizagem ecumênica pela convivência com os observadores não católicos presentes no Concílio, o conhecimento dos bispos orientais, a experiência ecumênica dos bispos dos países de predominância protestante. A mensagem segue à aprovação de *Lumen Gentium e Unitatis Redintegratio* e se inspira na encíclica *Ecclesiam Suam* de Paulo VI (6 de agosto de 1964) que na terceira parte trata do diálogo com o mundo, com as religiões monoteístas e com os cristãos não católicos, operando, porém, uma não irrelevante inversão dos círculos de diálogo descritos por Paulo VI. Um novo estilo de relações - escrevem os bispos - deve orientar as atitudes dos católicos para com os cristãos não católicos, considerando que o que une os cristãos é mais do que aquilo que os divide. Atitudes de compreensão, de diálogo, de caridade e o reconhecimento do que há de bom nas comunidades cristãs "dissidentes" serão a base de um novo caminhar juntos, com amor e respeito. Aparecem, porém, de imediato, os cuidados e as restrições presentes no decreto *UR* quanto à concepção da verdadeira Igreja e do ecumenismo: os diálogos doutrinários são reservados aos peritos e a contribuição dos cristãos leigos e leigas consiste somente na renovação da vida cristã e na cooperação nas obras de assistência social.

No Plano de Pastoral de Conjunto (1966-1970)⁶ a CNBB introduziu a base constitutiva do seu compromisso ecumênico. Publicado em 1966, com o objetivo geral de "*Criar meios e condições para que a Igreja no Brasil se ajuste, o mais rápida e plenamente possível, à imagem de Igreja do Vaticano II*", o PPC contém na sua arquitetura também o pilar do ecumenismo: "*Levar o Povo de Deus a uma maior comunhão de vida em Cristo, através de uma autêntica ação ecumênica*". Ao estabelecer seis linhas de trabalho pastoral, "*Promover o ecumenismo*" (Linha 5) é situado em paridade de direito com as demais dimensões da ação pastoral da Igreja Católica no Brasil (Cf PPC, pp. 35-36). "*A Linha 5 está dentro das mais importantes opções pastorais (...) no contexto do plano pastoral quer oferecer orientações mais precisas, esclarecimentos mais amplos e detalhes mais pormenorizados sobre ecumenismo, como serviço às dioceses, para que elas realizem o mais rápido e plenamente possível a imagem da Igreja do Vaticano II*".

Foi esta uma decisão histórica que inseriu de forma irreversível o ecumenismo na ação pastoral da Igreja Católica no Brasil. Mas se para todas as linhas muito era preciso renovar, o ecumenismo era coisa totalmente nova na CNBB e ressoava como algo incrível no meio do povo católico e das denominações evangélicas no Brasil. Não somente era preciso explicar tudo, mas faltava até espaço jurídico na estrutura estabelecida pela Conferência para acolher essa novidade. Na hora de definir os serviços, os Bispos agregaram um "setor de ecumenismo" ao Secretariado Nacional de Teologia (SNAT), e somente quando da aprovação de novo Estatuto, em 1970, e reestruturação de todos os serviços da Conferência foi constituída a Comissão para o Ecumenismo para a atuação da Linha 5⁷. No PPC a justificativa da promoção do ecumenismo pela CNBB está fundamentada literalmente no decreto *Unitatis Redintegratio* do Vaticano II. Uma série de atividades são propostas para dar início a uma longa e paciente caminhada ecumênica: através da oração e atitudes fraternas, a reflexão teológica, o estudo e o conhecimento direto das diversas comunidades cristãs presentes no Brasil e a cooperação na transformação da sociedade. Mas a CNBB era consciente de suas limitações. Programava por isso a produção de subsídios, a

⁴ Para um histórico das iniciativas ecumênicas no Brasil, ver, WOLFF, E., *Caminhos do ecumenismo no Brasil*, Paulus, 2002, 75-154.

⁵ Cf. BEOZZO, J.O., *Padres conciliares brasileiros no Vaticano II: participação e prosopografia 1959 - 1965*, pag. 229-232.

⁶ CNBB, *Plano de Pastoral de Conjunto - 1966-1970*. Edição 2004.

⁷ Para a reestruturação da CNBB ver as atas da Assembléia Geral da CNBB dos anos 1970 e 1971. Frei Cláudio Hummes, atualmente Cardeal, foi o primeiro assessor para Ecumenismo da CNBB (1965-1968). Especializou-se em Ecumenismo, no Instituto Ecumênico de Bossey (Genebra, Suíça, 1968).

formação de especialistas para os diálogos e a capacitação do povo católico para chegar a "criar um movimento de opinião pública favorável ao autêntico ecumenismo". O Plano de Pastoral de Conjunto previa atividades, responsáveis e prazos de execução que não se esgotariam em quatro anos, e especialmente o passo da Linha 5 resultou logo ser bem mais lento do que o desejado. A Semana de Oração, praticada por pequenos grupos, teve seu primeiro subsídio impresso em 1980. O Guia ecumênico, n.21 dos Estudos da CNBB, foi publicado em 1979 e o pequeno Guia ecumênico popular pela unidade dos cristãos em 1981⁸.

2. Aprendizagem ecumênica

A década de 1970 foi um período de aprendizagem teórica e pastoral através de algumas iniciativas institucionais exemplares em âmbito nacional, regional e diocesano. A Assembleia Geral de 1971 consagrou a sugestão de Dom Paulo Evaristo Arns e de Dom Aloísio Lorscheider de admitir observadores de Igrejas Evangélicas nas Assembleias Gerais como havia sido feito no Vaticano II⁹. Essa prática permanece até hoje e tornou-se recíproca, mas permaneceu uma visita fraterna expressa em um momento de oração comum e não alcança ainda o objetivo de "sondar juntos" os caminhos de Cristo e da evangelização no Brasil¹⁰. Convites dirigidos a lideranças de comunidades evangélicas em assembleias diocesanas começaram a ser realizados, mas não vigoraram. Em nível institucional, poderia se constituir num paradigma a criação do Conselho de Igrejas para a Educação Religiosa - CIER no Estado de Santa Catarina, com projetos de educação religiosa ecumênica, que fez história entre 1970 e 1997, inspirado e impulsionado por Dom Gregório Warmeling, com o apoio de Dom Afonso Niehues¹¹. Outra iniciativa exemplar foi a criação, em 1977, da Comissão Ecumênica e Diálogo Religioso na Arquidiocese de São Paulo - CEDRA, órgão encarregado da promoção do ecumenismo e do diálogo.¹² Apesar de recomendadas pelo Diretório Ecumênico e promovidas no âmbito da Conferência, não se conseguiu levar este tipo de iniciativa ecumênica para outras dioceses e Regionais da CNBB. No nível da CNBB nacional, apesar de longos períodos de estudos e debates, não prosperou a proposta de um ensino religioso ecumênico nas escolas.

Em 1973, tendo com a CNBB nacional como membro fundador, nasceu a Coordenadoria Ecumênica de Serviço - CESE¹³, inspirada no Comitê Sociedade, Desenvolvimento, Paz, um projeto de cooperação entre o Conselho Mundial de Igrejas e a Igreja Católica que teve curta duração. A CESE buscou

8 Os principais estudos publicados pela CNBB nesse campo são: CNBB, Guia Ecumênico - Coleção Estudos da CNBB n. 21, 3^a, Paulus, 2004; Pela Unidade dos Cristãos: Guia Ecumênico Popular - Coleção Estudos da CNBB, n. 28, Paulinas, 1986; A Igreja católica diante do pluralismo religioso no Brasil (I), Coleção Estudos da CNBB, n. 62, Paulinas, 1991; A Igreja e os novos grupos religiosos - Coleção Estudos da CNBB, n. 68, Paulinas, 1993; A Igreja católica diante do pluralismo religioso no Brasil (II) - Coleção Estudos da CNBB, n. 69, Paulinas, 1993; A Igreja católica diante do pluralismo religioso no Brasil (III) - Coleção Estudos da CNBB, n. 71, Paulinas, 1994.

9 "A primeira manifestação do desejo de abertura das Assembleias Gerais e Reuniões Maiores da CNBB à participação de outros cristãos, em caráter oficial, aconteceu na reunião da Comissão Central da CNBB, em 19/07/1969, que preparava a X Assembléia Geral da entidade, quando foi sugerido convidar os 'nossos irmãos ortodoxos e evangélicos para assistirem às conferências sobre secularização, dando assim um cunho ecumênico à nossa assembléia'" (WOLFF, E., Caminhos do Ecumenismo no Brasil, 109).

10 CNBB, Comunicado Mensal, 201/202 (1969) 9; 221/222 (1971) 16.

11 CARON, Lurdes, *Educação religiosa escolar em Santa Catarina: conquista ou concessão? Uma experiência ecumênica com enfoque na formação de professores*, Dissertação de Mestrado em Teologia no Instituto Ecumênico de Pós-Graduação. Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 1995. Iniciativa semelhante foi tomada no Paraná em 1973, mas não por iniciativa institucional da CNBB e sim com a fundação da ASSINTEC - Associação inter-religiosa de Curitiba para o ensino religioso, a qual surgiu como entidade ecumênica e se transformou em uma associação inter-religiosa.

12 PORTO, Humberto - MARTIN, Leonardo, *Unidade e fraternidade*, Paulinas, 1982, 57-59. Frei Leonardo Martin, esteve a frente da Casa da Reconciliação até 1994 e da fundação do Movimento de Fraternidade de Igrejas Cristãs - MOFIC, marcos históricos do ecumenismo na Arquidiocese de São Paulo.

ecumênica da CNBB, desde os primeiros anos, pela elaboração de subsídios, a partir do Guia Ecumênico, e pela participação em realizações e eventos ecumênicos, bem como no diálogo católico judaico.

13 A CESE é composta institucionalmente pelas Igrejas Católica, Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, Episcopal Anglicana do Brasil, Presbiteriana Independente, Presbiteriana Unida, as quais se unem no compromisso ecumênico de promover e defender a vida do ser humano e o meio ambiente. Busca fortalecer grupos populares empenhados nas lutas por transformações políticas, econômicas e sociais que conduzam à criação de estruturas em que prevaleça a democracia com justiça, intermediando recursos financeiros.

conjugar o duplo compromisso com as lutas do povo brasileiro pela cidadania e o desejo de ser uma organização ecumênica de serviço. Continua a CESE até hoje sendo um organismo ecumênico de serviço buscando com perseverança um maior envolvimento das Igrejas membros.

A constituição de Comissões mistas de diálogo teológico foi também uma das iniciativas perseguidas pela CNBB nesse período. Tendo o objetivo específico de estudar e difundir os resultados do Relatório de Malta, foi criada em 1974 a Comissão Nacional de Diálogo Católico-Luterano entre a CNBB e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil¹⁴. Esta comissão foi o laboratório de promoção do ecumenismo através do estudo e divulgação dos documentos de diálogo internacional católico-luterano, organização de seminários e encontros de diálogo teológico e a participação ativa nos encontros que levaram à constituição do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil - CONIC (1982). Em 1979, coroando já um longo percurso de diálogo, em solene celebração foi assinado o Ato de Reconhecimento Mútuo Bilateral da Administração do Sacramento do Batismo, celebrado pelas comunidades católicas, luteranas e anglicanas¹⁵.

Com o objetivo de firmar os encontros fraternos promovidos entre católicos e Anglicanos na Casa da Reconciliação em São Paulo, foi constituída, em 1982, a Comissão Nacional Anglicano-Católica - CONAC¹⁶. Na década de 1990, motivadas pelos progressos dos diálogos teológicos internacionais, as duas comissões retomaram as atividades com seminários, estudo de documentos, publicação de estudos teológicos, com o propósito de influenciar significativamente as bases das Igrejas. Momento significativo da Comissão Católica Luterana foi a recepção da Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação (1999)¹⁷.

Estas Comissões, orientadas preferencialmente para o diálogo teológico, cumpriram a tarefa importante de institucionalizar as relações bilaterais entre as Igrejas parceiras e de tornar conhecidos os mais importantes documentos de diálogo teológico internacional, mas não conseguiram ampliar as relações e o diálogo nas bases das respectivas Igrejas. De fato, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs no Brasil - CONIC, fundado em 21 de novembro de 1982, tornou-se o espaço preferencial dessas Igrejas para a promoção do ecumenismo. Elas estabeleceram no Conselho seu lugar de testemunho de fraternidade e de busca da unidade dos cristãos¹⁸. Recentemente, foi tomada a iniciativa de constituir uma comissão bilateral de diálogo da Igreja Católica com a Igreja Presbiteriana Unida (2009), a qual desde a sua fundação (1978) passou a integrar a associação fraterna de Igrejas do CONIC.

A CNBB empreendeu sistematicamente a produção de estudos e subsídios para o diálogo ecumênico e inter-religioso voltados especialmente para as lideranças¹⁸. O objetivo foi criar uma mentalidade nova nos fiéis católicos e impulsionar um movimento em favor do ecumenismo¹⁹. Na elaboração desses subsídios, a preocupação informativa prevaleceu sobre as orientações pastorais que, contudo, aparecem sucessivamente em outros documentos, como nas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil e naqueles destinados aos catequistas.

¹⁴ Para uma reconstrução aprimorada do processo de constituição desta Comissão, ver HORTAL, J., 25 *Anos de Diálogo Católico-Luterano no Brasil*, in *Estudos Teológicos*, 22-23 (1982) 513-532. Pe Jesus Hortal foi membro desta Comissão na sua primeira fase. Ele é um dos colaboradores mais ativos na caminhada.

¹⁵ Esse mesmo Ato de Reconhecimento mútuo do Batismo foi contemporaneamente assinado com a Igreja Anglicana do Brasil. Em cerimônia realizada em 15 de novembro de 2007, durante as celebrações dos 25 anos do CONIC no Mosteiro de São Bento, em São Paulo, as Igrejas membros do Conselho, reconheceram mutuamente o batismo administrado nas respectivas Igrejas.

¹⁶ A Comissão Nacional Anglicano-Católica Romana foi organizada formalmente em 1982. Contou com atividade intensa de Frei Leonardo Martin e o apoio de D. João Batista Przyklenk, então responsável na CNBB pelo Ecumenismo e Diálogo Inter-Religioso.

¹⁷ A Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação, assinada em 31 de outubro de 1999 entre a Igreja Católica e a Federação Luterana Mundial, foi rapidamente publicada no Brasil e assinada, em evento na CNBB, pelos presidentes da CNBB, Dom Jaime Chemello, e da IECLB, Pastor Huberto Kirchheim. Apesar da comoção provocada pelo documento *Domínus Jesus* publicado pela Congregação para a Doutrina da Fé (2000), luteranos e católicos no Brasil continuaram a valorizar com pronunciamentos dos presidentes das Igrejas a Declaração Conjunta no seu quinto e no décimo aniversário, recomendando aos membros das duas Igrejas a recepção e o estudo desta Declaração e convidando todas as Igrejas que aderiram à Reforma a acolherem com simpatia os resultados alcançados e a colaborarem com empenho para o progresso dos diálogos ecumênicos.

¹⁸ Ver a nota 7.

¹⁹ A CNBB publicou outros Guias e subsídios sobre ecumenismo e pluralismo religioso na Coleção "Estudos da CNBB": O que é ecumenismo? Uma ajuda para trabalhar a exigência do diálogo, Paulinas, 1997; Guia para o Diálogo Católico-Judaico no Brasil, n. 46, Paulinas, 1986; Guia para o Diálogo Inter-religioso, n. 52, Paulinas, 1987.

3. A implantação do Ecumenismo

A fundação do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil - CONIC (1982), fruto de compromisso consciente de dirigentes das Igrejas Católica, Anglicana do Brasil, de Confissão Luterana no Brasil e Metodista, resultou em uma afirmação do ecumenismo no Brasil que repercutiu nas Igrejas e na sociedade²⁰. O CONIC atuou na busca da unidade cristã e procurou dar à sociedade brasileira o testemunho comum de Igrejas unidas em associação fraterna comprometidas com a justiça e a paz. Promoveu diálogos teológicos, com suporte de uma Comissão Teológica²¹; articulou o movimento ecumênico promovendo a Semana de Oração pela unidade dos Cristãos, agregando um número significativo de membros fraternos, criando grupos ecumênicos ou representações regionais e locais do Conselho, procurando a adesão de outras Igrejas Cristãs²², marcando presença na sociedade. A CNBB teve papel relevante na fundação do CONIC e tem investido no valor simbólico desse Conselho para "criar um movimento de opinião pública favorável ao autêntico ecumenismo". Em nível popular, as Comunidades Eclesiais de Base, em formação a partir da década de 1960 em dioceses católicas, com o apoio da CNBB, se tornaram o lugar de um ecumenismo não somente de cooperação, mas também de escuta da Palavra de Deus e de oração comum entre católicos e evangélicos e foram suporte para o crescimento ecumênico na década de 1980. Mas, a partir de 1990, as bases das Igrejas enfrentam novos desafios para viverem o ecumenismo. Em 1993, foi publicada a edição revisada do Diretório para a Aplicação dos Princípios e Normas sobre o Ecumenismo, do Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos. Em 1994, a publicação da carta apostólica "*Tertio Millennio Adveniente*" afirmava uma dimensão ecumênica nas celebrações e eventos do ano 2000 e lembrava a opção preferencial pelos pobres e marginalizados. Em 1995, a carta encíclica do papa João Paulo II sobre o ecumenismo, *Ut Unum Sint*, afirmava solenemente que o compromisso ecumênico da Igreja Católica é irreversível. A CNBB assumiu o Diretório como referência para dar novo impulso à busca da unidade dos cristãos, organizar o serviço da unidade nos Regionais e nas Dioceses, incentivar a formação ecumênica, especialmente das pessoas dedicadas ao serviço pastoral. Com este propósito deu-se início a encontros promissores de professores de ecumenismo que continuam até hoje, mesmo sem um número expressivo de participantes. Preparando o ano jubilar do ano 2000 com as novas Diretrizes da Ação Evangelizadora e com o projeto Rumo ao Novo Milênio²³, a CNBB iniciou um processo de revisão da ação evangelizadora e buscou uma nova articulação pastoral. Neste contexto de busca de novos caminhos surgiu a sugestão de retomar a ideia de uma Campanha da Fraternidade promovida em conjunto com as Igrejas do CONIC. A natureza ecumênica da Campanha da Fraternidade católica tinha sido percebida na CNBB desde os anos de 1980. Ela oferece aos cristãos amplos espaços de cooperação, diálogo e testemunho pela justiça e a paz na sociedade. O objetivo dessa proposta, oferecida pela própria CNBB ao CONIC, era de finalmente lançar a semente ecumênica no meio do povo cristão e fortalecer o movimento em favor do ecumenismo expresso no Plano Pastoral de Conjunto. A Campanha da Fraternidade Ecumênica (CFE) tem sido realizada até hoje a cada cinco anos. A primeira CFE do ano 2000 teve como tema "Dignidade humana e paz", e o lema escolhido foi: "Novo milênio sem exclusões". A segunda edição, em 2005, falou sobre "Solidariedade e paz", com o lema: "Felizes os que promovem a paz". Em 2010, o tema versou sobre "Economia e

²⁰ Na formação do CONIC foi fundamental a vocação e o empenho ecumênico de dom José Ivo Lorscheiter, bispo de Santa Maria - RS. Secretário Geral e Presidente da CNBB, deu total apoio a todas as iniciativas ecumênicas da CNBB. Dom Ivo foi eleito primeiro presidente do CONIC e acompanhou por toda a vida seus progressos e dificuldades.

²¹ Integrada por teólogos e teólogas indicados (as) pelas Igrejas-membro do CONIC, a Comissão Teológica tem desempenhado papel relevante no sentido de refletir, sob uma perspectiva ecumênica, temas de caráter doutrinai, tais como: batismo, confissão, comunhão, casamento, diálogo inter-religioso, entre outros. Ver as atividades dessa essa Comissão em WOLFF, E. *Caminhos do Ecumenismo no Brasil*, 135-138.

²² Atualmente as Igrejas membros do CONIC são: Igreja Católica Apostólica Romana - ICAR; Igreja Episcopal Anglicana do Brasil - IEAB; Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - IECLB; Igreja Sirian Ortodoxa de Antioquia - ISOA; Igreja Presbiteriana Unida - IPU

²³ A CNBB elaborou o projeto nacional de evangelização: Rumo ao Novo Milênio (PRNM - 1997-2000) que depois teve continuidade no projeto Ser Igreja no Novo Milênio (SINM - 2001/2003), com a finalidade central de renovar a identidade e a missão da Igreja no Brasil, num contexto em rápida mudança. Depois do PPC pode ser considerado o Projeto mais eficaz da CNBB.

Vida", com o lema "Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro". Na sua 51ª Assembléia Geral, realizada em 2012, a CNBB aprovou a realização da 4ª. CF Ecumênica, a ser realizada em 2016. A CF ecumênica é sem dúvida a proposta mais relevante feita pela CNBB para criar um consenso ecumênico. Seu alcance é maior que outras atividades ecumênicas e recebe um grande consenso popular. Mas o caminho para a sua realização foi invertido e tornou mais difícil a sua consolidação. Permanece um evento pontual realizado por solicitação do CONIC e submetido vez por vez à aprovação da Assembléia Geral da CNBB. Espera-se que ela se firme definitivamente, sem maiores dúvidas sobre a seu valor ecumênico e a sua eficácia na promoção do diálogo entre as Igrejas que a promovem.

A Comissão Episcopal Pastoral para o Ecumenismo e o Diálogo Inter-religioso da CNBB desenvolve, anualmente, numerosos projetos tanto para o desenvolvimento do ecumenismo quanto para fazer frente aos novos desafios do diálogo entre as religiões.

4. Novos desafios

A CNBB, considerando os desafios e a imensa mole de trabalho lançada no PPC, admitia que não era necessário, "e às vezes nem será possível, que a diocese adote como programas de seu plano todas as seis linhas de trabalho, nem as atividades propostas para uma determinada linha" (p. 72). Quem mais sofreu por esta condescendência, apesar de razoável e sábia, foi a linha do ecumenismo e do diálogo entre as religiões. A Linha 5 é a que mais teve mais dificuldade de ser acolhida na grande maioria das dioceses por ser a promoção do ecumenismo uma proposta totalmente nova e com poucas condições para ser implementada. Além disso, os organismos institucionais criados para a promoção do ecumenismo estavam concentrados nas relações entre as Igrejas históricas numericamente minoritárias e geograficamente pouco presentes nas regiões norte e nordeste do Brasil. Esse ecumenismo de tipo europeu talvez tenha sido considerado o único possível nesse período, mas ele corre o risco de sucumbir diante da mudança no campo religioso brasileiro. A onda crescente dos pentecostalismos e a diminuição impressionante da porcentagem de católicos que alimenta as tentações integristas; a fragmentação cultural que conflita com a uniformidade católica; a multiplicação das denominações cristãs em busca de afirmação; a emergência das religiões não cristãs e a urgência do diálogo inter-religioso; enfim, sensibilidade religiosa e ética alterada, com a contínua peregrinação em busca de sentido e de redefinição das identidades, afirmação incontestável da liberdade de consciência e da liberdade religiosa, obrigam a refletir sobre a necessidade da reconfiguração do movimento ecumênico no Brasil.

A CNBB com certeza sente a responsabilidade destes desafios. Como um exercício de aprendizagem depois do Vaticano II, compete-lhe abrir com criatividade novos caminhos. As conquistas deste meio século de ecumenismo, os avanços dos diálogos teológicos e a fraternidade amplamente reencontrada são fundamento sólido, mas não mais suficiente para continuar com segurança na busca da unidade dos cristãos no Brasil.

Endereço do autor

SCS Quadra 03, Bloco A, N° 79, Edifício João Paulo II
CEP 70303-903, Brasília - DF, Brasil.

Artigo 6

O Ecumenismo na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil

Dr. Rolf Schüinemann¹

Resumo

A fundamentação para o engajamento ecumênico da IECLB deita suas raízes na teologia do batismo. Os desdobramentos aparecem nos documentos normativos da Igreja e no envolvimento bastante significativo com inúmeras organizações e entidades de caráter ecumênico. Mudanças no cenário religioso contemporâneo e na dinâmica interna da Igreja colocam novas pautas e desafios para o testemunho evangélico luterano.

Palavras-chave: Igreja, Unidade, Fé, Diálogo, Cooperação, Diaconia.

Abstract

The rationale for ecumenical engagement IECLB lies rooted in the theology of baptism. The developments appear in normative documents of the Church and the very significant involvement with numerous organizations and ecumenical bodies. Changes in the contemporary religious landscape and the internal dynamics of the Church put new agendas and challenges for the Lutheran evangelical witness.

Keywords: Church, Unity, Faith, Dialogue, Cooperation, Diakonia.

Introdução

*"Rogo-vos, pois, (...) que andeis
de modo digno da vocação a
que fostes chamados,
com toda humildade e mansidão,
com longanimidade,
suportando-vos uns aos outros em amor,
esforçando-vos diligentemente por preservar
a unidade do Espírito no vínculo da paz;
há somente um corpo e um Espírito,
como também fostes chamados
numa só esperança da vossa vocação;
há um só Senhor, uma só fé, um só batismo;
e um só Deus e Pai de todos, o qual é sobre todos,
age por meio de todos e está em todos"*
Efésios 4.1 -6:

¹Bacharel em teologia pela Faculdades EST, São Leopoldo/RS. Mestre e Doutor em Teologia pela PUC/RJ. Exerceu as funções de Pastor Sinodal pelo Sínodo Sudeste e de Pastor 2º. Vice-Presidente da IECLB. Ocupou as funções de Vice-Presidente de CLAI-Brasil e do CONIC. Foi presidente do CESEEP e membro fundador de United Religions Initiative - URI.

1. Apontamentos históricos

As comunidades evangélicas de confissão luterana começaram a sua trajetória em terras brasileiras na segunda década do século XIX. Em função da aliança trono-altar havia neste período histórico uma expressão religiosa hegemônica e oficial - a Igreja Católica Apostólica Romana.

No processo de inserção e afirmação destas comunidades as atenções se voltaram para o acompanhamento e apoio pastoral/espiritual às pessoas identificadas com a tradição evangélica. Esta postura descartou práticas proselitistas e concorrenciais. Houve problemas de reconhecimento e aceitação. Aconteceram tensões com lideranças religiosas e políticas em algumas localidades. Estas, no entanto, não eram regra, mas exceção. As comunidades evangélicas conviveram, lado a lado, com outros credos e os conflitos eram ocasionais e pontuais. Apesar desta postura relativamente pacífica, as comunidades conviveram com a ignorância e o desconhecimento por parte de lideranças políticas e representantes religiosos distantes deste cotidiano. Mesmo evitando posturas sectárias, as comunidades eram rotuladas como seitas.

A construção da identidade confessional luterana da Igreja aconteceu durante o processo de sua institucionalização nacional. Ela se consolida, levando em consideração a herança teológica e espiritual da Reforma. A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - IECLB é fruto de diálogos e entendimentos de correntes e de ênfases teológico-confessionais diversas (reformadas, unidas, luteranas), fazendo do luteranismo, daí resultante, uma tradução ou expressão de ecumenismo. Uma sinalização importante desta vocação é a imediata filiação da nova Igreja ao Conselho Mundial de Igrejas e à Federação Luterana Mundial em 1950.

Como parte do processo de afirmação identitária e de inserção no contexto brasileiro, a Igreja passa a integrar gradativamente organizações e organismos de caráter ecumênico (Sociedade Bíblica do Brasil, Confederação Evangélica do Brasil) e, com o tempo, assume um certo protagonismo visto ser a denominação protestante com uma membresia bastante expressiva.

2. Fundamentação bíblico-teológica

O que leva o povo de Deus que caminha nas comunidades vinculadas à IECLB a se envolver na causa ecumênica? Quais as suas motivações?

As pessoas de identidade evangélica de confissão luterana receberam o sinal do batismo. Por meio dele fazem parte do corpo de Cristo, assim como todas as pessoas de outras denominações, igualmente batizadas. Existe uma identidade básica comum que vincula todas as pessoas batizadas - o batismo em nome da Trindade -Deus Pai, Filho e Espírito Santo.

À luz do batismo e a partir dele todas as pessoas integram a comunhão do corpo de Cristo, tornando-se filhas de Deus, irmãos e irmãs de sua grande família. Por isso o batismo deita fora exclusivismos e particularismos.

A Trindade é, por excelência, modelo de comunhão. Ela inspira a partilha, a fraternidade e a sororidade. A comunidade modelo impulsiona para uma vivência nova e transformadora. Nela são descartadas a soberba e a arrogância espiritual excludentes. O batismo na Trindade, como sinal identificador dos/as cristãos/ãs, embasa a aceitação mútua.

O batismo traduz a ação acolhedora de Deus em Jesus Cristo, mediada pelo Espírito Santo. Por isso essa ação, levada às últimas consequências, conduz à aceitação e acolhimento de todas as pessoas igualmente aceitas, amadas e acolhidas por Deus.

Jesus em sua relação íntima com o Pai ora pelos discípulos e seguidores. Pede para que sejam um, assim como o Pai e ele o são. As pessoas evangélicas de confissão luterana vivem a sua espiritualidade, mergulhadas neste desejo de Jesus. Sabem-se frágeis e suscetíveis à dispersão e desunião. Ao serem sensibilizadas para o diálogo e a cooperação, atendem à oração de Jesus.

As pessoas evangélicas de confissão luterana se lembram de palavras proferidas por Jesus, pelos primeiros discípulos, apóstolos e seguidores. São palavras que remetem ao sentido comunitário da fé. Uma série de imagens dos evangelhos e das epístolas apontam para a convivência, a integração, a partilha, o respeito e o amor mútuo.

O cristianismo em sua essência tem um sentido comunitário e promotor de comunhão. O ilustram gestos, palavras e expressões tais como: assembléia (eclesia), templo, corpo (membros

interconectados e interdependentes), família (filhos e filhas, irmãos e irmãs), casa (pedras vivas), povo de Deus, festa, comensalidade (comunhões de mesa com pessoas marginais e até prescritas por prescrições religiosas), comunhão (comungar - dividir/partilhar a mesa), aproximação (fazer-se o próximo de outra pessoa).

Estas imagens e testemunhos da Bíblia ilustram o ser igreja. As formulações apostólicas e discipulares representam um contraponto às tendências fragmentadoras e isoladoras presentes na sociedade e no mundo. Já a primeira geração de cristãos/ãs viveu o drama da divisão por causa de interpretações distintas da mensagem de Jesus. O caminho adotado para superar o conflito serve de inspiração para as comunidades cristãs de todos os tempos. O concílio de Jerusalém, graças ao diálogo, pode superar as diferenças, mantendo unida parte significativa e importante do cristianismo do primeiro século.

Por sua vez o credo da criação, segundo o qual as pessoas foram criadas à imagem e semelhança de Deus, leva a um entendimento e a uma cooperação com todas as pessoas, independente de seu gênero, sua idade, sua etnia, sua cultura, sua crença, etc. Esta perspectiva teológica coloca uma moldura mais ampla e fundamenta o compromisso com os direitos humanos e os direitos de toda a criação. Rui o monopólio de exclusividade religiosa quando o assunto é justiça ambiental, respeito à diversidade e dignidade humana e criacional.

Essa perspectiva leva a uma aproximação com todas as pessoas e, por meio do diálogo, é possível partilhar sabedoria, trocar experiências positivas e promover a convivência pacífica com pessoas que pertencem a religiões não cristãs ou que não confessam religião alguma.

3. Documentos normativos da Igreja

Os princípios bíblico-teológicos podem ter diversos desdobramentos de natureza eclesiológica. Assim há tendências no interior da Igreja de caráter congregacional, episcopal, autocefalar, etc. Agora, a tendência predominante, que embasa a eclesiologia da IECLB, tem a colegialidade e a sinodalidade como eixos centrais de articulação da governança eclesiástica. A colegialidade e a sinodalidade pressupõe amplo diálogo e muita conversação por parte de todas as instâncias da Igreja. A partir destes eixos são estabelecidas as regras de funcionamento da instituição, a modalidade de participação nos processos de decisão e o encaminhamento de ações conjuntas.

Os documentos normativos da Igreja traduzem e organizam todos estes aspectos. O processo cumulativo de experiências e reflexões no que se refere ao ecumenismo está contemplado de forma significativa nos documentos normativos da Igreja. Ele foi incorporado de tal forma que há uma série de referências ao tema. Todas elas têm um caráter afirmativo, como a dizer que o ecumenismo é uma dimensão dada e constitutiva do ser evangélico de confissão luterana.

Em sua Constituição a IECLB afirma que ela tem por fim e missão "propagar o Evangelho de Jesus Cristo; estimular a vivência evangélica pessoal, familiar e comunitária; promover a paz, a justiça e o amor na sociedade e participar do testemunho do Evangelho no País e no mundo e que **"a natureza ecumênica da IECLB se expressa pelo vínculo de fé com as igrejas no mundo que confessam Jesus Cristo como único Senhor e Salvador."**

Já o Regimento Interno em seu art. 2º., ao caracterizar a Comunidade, afirma que ela "participa do corpo universal do povo de Deus, em comunhão com as comunidades congregadas na IECLB, e **busca o convívio ecumênico** com outras comunidades e igrejas que confessam Jesus Cristo como Senhor e Salvador". Ou seja, a dimensão ecumênica é assumida e incorporada na base da Igreja - o povo de Deus que caminha na comunidade local.

Ao descrever as atribuições da Presidência, a Constituição diz que lhe cabe **"exercer as relações da IECLB com outras entidades religiosas** e civis e com os órgãos públicos". Esta atribuição é desdobrada no Regimento Interno, onde se afirma que cabe à Presidência **"exercer as relações da IECLB no campo da representação política, social e eclesiástica, com Igrejas no Brasil e no exterior, com organismos ecumênicos, entidades civis e com órgãos públicos, podendo designar representantes"**. Compete a ela também **"apresentar ao Conselho da Igreja pareceres, avaliações e informações sobre documentos, declarações e convênios de - e com organismos ecumênicos nacionais e internacionais"**, bem como **"propor ao Conselho da Igreja a indicação de representantes para organismos ecumênicos e entidades, com as quais a IECLB mantenha relações"**. Além disso, o Pastor Presidente, na coordenação da atividade eclesiástica da Igreja, "poderá convocar reunião com os pastores Sinodais para assessorá-lo, em especial, (...) na **avaliação e manifestação sobre**

documentos de natureza ecumênica e sobre o diálogo com outras igrejas."

O Estatuto do Ministério com Ordenação afirma no tocante às tarefas de todos os ministérios que cabe a eles **"ativar a consciência** missionária, diaconal e ecumênica, bem como a responsabilidade pública da paróquia", assim como **"representar o campo de atividade ministerial, dentro das atribuições peculiares, perante outras igrejas e agremiações confessionais e ecumênicas** e em atos públicos".

Ao detalhar as tarefas específicas dos ministérios, o Estatuto atribui ao ministério pastoral a responsabilidade **"na organização de promoções especiais** de ordem teológica, **ecumênica** ou cultural" e ao ministério diaconal **responsabilidade "nos movimentos ecumênicos** em proteção à dignidade humana ou em favor de causas justas, apoiadas pela comunidade". Em suma, em sua atividade, compete às ministras e aos ministros, entre outras coisas, **"zelar pela pureza da doutrina na igreja em sua apostolicidade e ecumenicidade"**.

O Guia comunitário "Nossa Fé - Nossa Vida" ao se referir ao significado de "confissão luterana" afirma: "Nossa tradição confessional não nos isola de outros cristãos. Com ela **participamos da ecumene**. Vinculados em fé e ação com todas as igrejas no mundo que confessam Jesus Cristo como Senhor e Salvador, procuramos viver a unidade da Igreja de Jesus Cristo: universal, una, santa e apostólica."

Diversos pronunciamentos da direção da Igreja também procuram clarificar e sublinhar o seu caráter ecumênico. Destaque-se os seguintes documentos: "A confissão luterana na concorrência religiosa" (1993)², "Missão e Proselitismo - Uma palavra orientadora da IECLB " (1994)³, "Unidade; Contexto e

² "7. A IECLB é uma Igreja fortemente engajada na busca da unidade dos cristãos. Entende-se a si mesma como um membro do corpo maior de Jesus Cristo, da "comunhão dos santos", da Igreja universal. Não reivindica, por essa razão, nenhum monopólio da verdade, nem exclusividade. Sabe-se irmanada com outras igrejas cristãs na busca do Reino de Deus e de sua justiça. O que a compromete é o Evangelho testemunhado na Sagrada Escritura. Comprometem-na também os credos da Igreja Antiga e a confissão da Reforma luterana, em que reconhece legítima articulação da fé apostólica. A IECLB procura ser autenticamente evangélica. Tem um dom a compartilhar e valores a defender. Mas não nega a ação do Espírito Santo em outras Igrejas e denominações cristãs, estando com elas em permanente aprendizagem do discipulado. Ecumenismo é a caminhada conjunta do povo de Deus em que os grupos se respeitam e se avaliam mutuamente com o objetivo de crescerem no conhecimento das maravilhas de Deus e na conjugação do testemunho e do serviço. Deus age também fora dos muros da própria instituição eclesiástica. Ele age inclusive em outras religiões e credos. Seria arrogância querer limitar a ação divina e prescrever-lhe os horizontes. Tal constatação, porém, não permite o relativismo da fé. Há verdades a que, a partir de Jesus, não podemos renunciar e que são constitutivas do Evangelho e da salvação humana. Ecumenismo significa disposição para autêntica parceria, sem nivelção precipitada das diferenças que nos são peculiares. É a coragem para uma aprendizagem que, se for sincera, há de nos enriquecer, superar barreiras e promover a unidade.

9. Ao lado do testemunho e nele embutido, o diálogo é imprescindível no confronto com outros credos e outras religiões. Devemos falar, argumentar, interpelar, buscando o exemplo no próprio Jesus. Diálogo não é nada fácil. Precisa ser aprendido e pressupõe haver posições de que se examina a solidez. Ademais, o diálogo se caracteriza pelo fato de levar o parceiro a sério. Quer compreender e convencer; jamais impor. Distingue-se radicalmente do fanatismo e do autoritarismo, que não deixam de ser atitudes violentas. Não se trata de um método apenas. Diálogo é expressão de fraternidade a prevalecer entre as criaturas de Deus. Faz jus ao fato de sermos parceiros de jornada cujo relacionamento exige o respeito e a humildade. Logo, está excluído todo e qualquer tipo de proselitismo. A IECLB, com boas razões, o rejeita como sendo incompatível com o Evangelho e a dignidade das pessoas. Missão não pode consistir na pesca do membro fiel de outras denominações. Desistindo do proselitismo, porém, a IECLB simultaneamente se vê coagida a reagir quando praticado por outros. Temos o direito à autodefesa bem como o dever de denunciar práticas, anti-evangélicas. Preconizando o diálogo, nós o esperamos também de nossos parceiros. Da mesma forma é óbvio haver confissões que nos são mais próximas e outras mais distantes. Temos que diferenciar, e não jogar tudo na mesma panela.

A cooperação é mais fácil com as denominações cristãs e, entre elas, com aquelas Igrejas que se instalaram há mais tempo no País. Jesus Cristo é nosso fundamento comum. A Igreja deste nosso Senhor nos juntamos como mais uma expressão de fé cristã em busca da intensificação da comunhão, embora permaneçam diferenças a discutir. Construímos nossa unidade sobre o imperativo comum da aprendizagem do discipulado permanente. Mas também com relação a outras religiões, não-cristãs, o testemunho, o diálogo e o serviço se nos colocam como princípios de ação em termos acima descritos. Também delas temos algo a aprender, e permanece, da mesma forma, o dever de comunicar o amor de Deus que salva o mundo de ódio, cegueira e angústia, ou seja, de todos os males que mantêm a humanidade em cativeiro. O ecumenismo inicia com os irmãos e as irmãs da fé cristã. Mas não permite permanecer limitado a eles. Quer abranger também outros, mais distantes de nosso modo de crer. Isto, na consciência de que toda a humanidade é chamada a ser povo de Deus na Terra.

Entretanto, a missão cristã levada a efeito em espírito ecumênico - sob testemunho, diálogo e serviço - há de desagregar a concorrência e substituí-la por uma fraternidade que, nas diferenças, exercita o respeito mútuo e o compromisso conjunto com a verdade e a vida. É este o relacionamento que a IECLB deseja."

identidade da IECLB" (2004), "Declaração da IECLB nos 180 anos de suas primeiras comunidades" (2004) e "Diretrizes para atos e diálogos inter-religiosos" (2009)⁴.

4. Compromisso ecumênico e participação

Os desdobramentos práticos da fundamentação bíblico-teológica e deste conjunto de referências documentais podem ser verificados na enorme gama de iniciativas de caráter local, regional, nacional e internacional.

O compromisso geral com a causa ecumênica se expressa em palavras e ações assumidas pela direção da Igreja. Mencione-se apenas alguns:

- a. Intercessão comum e impulsos motivacionais para a realização e participação em celebrações em nível local por ocasião da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos e Dia Mundial de Oração e a repercussão dos eventos nos meios de comunicação da Igreja.
- b. Uma oferta nacional anual em todas as comunidades da Igreja durante as celebrações em um final de semana para dar suporte financeiro a ações que promovem o ecumenismo.
- c. Apoio da direção nacional da Igreja a membros que se candidatam a funções diretivas e executivas em organismos e instituições ecumênicas.
- d. Celebrações ecumênicas durante os Concílios da Igreja com a pregação sob a responsabilidade de representantes de Igrejas irmãs.
- e. Cadeiras ou disciplinas que contemplam o ecumenismo e o diálogo inter-religioso em centros de formação teológica e/ou o envio de estudantes e seminaristas para participarem de cursos, seminários e atividades junto a organismos nacionais ou estrangeiros.

Já o espectro da **participação** em atividades de caráter ecumênico por parte da IECLB ao longo das últimas seis décadas é bem amplo. Ela se dá em diversos contextos geográficos e abarca setores bastante abrangentes. Existe uma cooperação e um envolvimento em diversas áreas. A IECLB se insere em organizações de igrejas, estabelece parcerias e intercâmbios, mantém diálogos bilaterais e acompanha entidades e organismos de serviço.

O leque amplo compreende e contempla a presença na direção de organismos e organizações bem como no acompanhamento de seus programas e atividades. Esta presença ocorre, tanto por delegação oficial, quanto pela participação de pessoas ou grupos de membros ligados à Igreja.

Neste sentido podem ser listadas as seguintes organizações ecumênicas: o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), a Federação Luterana Mundial (FLM), o Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI - Continental e CLAI-Brasil), o Conselho Nacional de igrejas Cristãs (CONIC), a Sociedade Bíblica do Brasil (SBB), o Dia Mundial de Oração (DMO), o Fórum Ecumênico - Brasil e Aliança Evangélica.

Na área social e ação diaconal a IECLB se faz presente na Action by Churches Together - ACT, na Coordenadoria Ecumênica de Serviços - CESE, na Diaconia, na Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente - AMENCAR, na Diaconia das Américas e do Caribe - DOTAC, na Diaconia Mundial, na Rede em Defesa das pessoas com Deficiência - EDAN, na Rede Evangélica Nacional de Ação Social - RENAS e na Visão Mundial.

Na área de formação e capacitação integrou e/ou integra o Centro de Estudos Bíblicos - CEBI, o Centro Ecumênico de Serviço à Evangelização - CECA, Centro Ecumênico de Serviço à Evangelização e

³ O exclusivismo que se promove à única representação legítima da fé e a tentativa de engrossar as próprias fileiras com fiéis conquistados de Igrejas-irmãs impossibilitam a fraternidade ecumênica e corroem a credibilidade da mensagem cristã.

É engano supor que a construção de comunidade com métodos não proselitistas esteja ferindo o espírito ecumênico. Ecumenismo é a convivência e cooperação de comunidades diferentes e simultaneamente irmanadas pelo mesmo Espírito. A multiplicidade de confissões requer o mútuo exame crítico das posições. Mas também oportuniza o intercâmbio de experiências e uma aprendizagem na fé que se esforça por aperfeiçoamento na verdade. A IECLB representa uma determinada proposta de Igreja decididamente baseada no Evangelho. Até que ponto é consistente, merece ser continuamente avaliado, não por último em diálogo com suas Igrejas-irmãs. Trabalhamos em favor da unidade visível do corpo de Cristo. Entretanto, esta unidade deve ceder espaço para diversas expressões, desde que não conflitem com o Evangelho. A IECLB se entende como uma delas. Convida as pessoas para participar de sua proposta e testar-lhe a solidez e fidelidade evangélica." - IECLB, "Missão e Proselitismo - Uma palavra orientadora da IECLB".

⁴ Todos estes documentos encontram-se no Portal www.luteranos.com.br (Unidade-> Testemunho -> Manifestos e Declarações).

Educação Popular - CESEEP, na Comissão de Estudos de História da Igreja latino-Americana - CEHILA, na Comissão Evangélica Latino-Americana de Educação Cristã - CELADEC⁵, no Conselho de Igrejas para Estudo e Reflexão - CIER (Santa Catarina), na Associação Inter-Religiosa de Educação - ASSINTEC (Paraná), no Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso - FONAPER e no Instituto Ecumênico de Pós-Graduação - IEPG (São Leopoldo/RS e São Bernardo do Campo/SP).

Na área da pastoral podem ser mencionadas a Aliança Bíblica Universitária do Brasil - ABUB, a Associação Pró-Capelania Militar Evangélica do Brasil - ACMEB, a Associação Cristã de Assistentes Espirituais Hospitalares do Brasil - ACAEHB, Corpo de Psicólogos e Psiquiatras Cristãos - CPPC, a Comissão Ecumênica Nacional de Combate ao Racismo - CENACORA, o Grupo de Trabalho Missionário Evangélico - GTME⁶ e o Serviço Interconfessional de Aconselhamento - SICA (Porto Alegre).⁷

Na área da comunicação a Igreja participa da Agência Latino-Americana e Caribenha de Comunicação - ALC, da Associação Mundial para a Comunicação Cristã - WACC, da União Cristã Brasileira de Comunicação - UCBC e do Fórum Luterano de Comunicadores.

Na relação com Igrejas no Brasil a IECLB mantém comissões bilaterais de diálogo com a Igreja Católica Apostólica Romana - ICAR, com a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e com a Igreja Evangélica Luterana do Brasil.

No terreno de parcerias pode ser arrolado em nível nacional o trabalho conjunto da Missão aos Marinheiros de Santos (luterana) com Missão Stella-Maris (católica). Em nível internacional acontecem parcerias com a Obra Gustavo Adolfo (Leipzig-Alemanha), com a Associação Martim Lutero (Baviera - Alemanha), com a obra Missionária Evangélico-Luterana da Baixa Saxônia (Hermannsburg - Alemanha) e com a Sociedade Missionária Norueguesa - Noruega.

Além disso, a IECLB estabeleceu acordos intereclesiais e mantém relações fraternais com a Igreja Evangélica Luterana na América - ELCA, com a Igreja Evangélica da Alemanha - EKD, com a Igreja Evangélica da Noruega, com a Igreja Evangélica Luterana do Japão, com a Igreja Evangélica Luterana em Moçambique, com a Comunhão de Igrejas Luteranas da América Central, com a Igreja Evangélica Luterana na Baviera - Alemanha, com a Igreja Evangélica Norte do Elba - Alemanha e com as igrejas luteranas da América Latina. Ao longo das últimas décadas aconteceram (e ainda persistem) intercâmbios de ministros/as e estudantes de teologia com Igrejas e seminários da América Latina e Caribe, América do Norte, Europa, África e Ásia.

Agora, o espaço privilegiado de presença e participação ecumênica se dá na vida celebrativa e no cotidiano das relações comunitárias locais. Durante o ano ocorrem dezenas e dezenas de celebrações, seja por ocasião do Dia Mundial de Oração e da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, seja por ocasião de eventos diversos: jubileus e festividades locais, inaugurações, bênçãos, trocas de púlpito, formaturas, atos públicos, etc. etc. Além disso, comunidades cedem seus espaços para celebrações de igrejas irmãs ou então grupos comunitários luteranos encontram acolhida em capelas e templos de outras denominações para a realização de seus cultos. Em alguns casos, erigem-se capelas ou espaços celebrativos para uso comum de várias denominações.

Outrossim, a ação e a prática ecumênica é maior do que aquela que as direções de igrejas conseguem imprimir ou acompanhar. O espírito do ecumenismo segue os impulsos e orientações do sopro do Espírito que se (re)conhece pelos seus efeitos e resultados, a saber:

- o espírito se reflete na vida pessoal e familiar, graças a impulsos acolhedores e gestos fraternos, emanados do Evangelho e da espiritualidade cristã;
- o espírito se reflete na vida pessoal e profissional pela convivência de pessoas com diferentes orientações de fé, cosmovisões ou vivências de sentido da existência;
- o espírito se reflete nos espaços de vida pessoal e coletiva pela convivência respeitosa nos espaços de lazer, de vizinhança, de locomoção, serviços públicos e privados, etc.
- o espírito se reflete em práticas e encontros entre membros de igrejas, física e juridicamente diferentes, em torno de causas públicas, coletivas, sociais, ambientais, etc.

⁵ Dissolveu-se recentemente.

⁶ Sua dissolução aconteceu em 2011.

⁷ A Igreja sempre esteve bastante próxima do Conselho Indigenista Missionário - CIMI e da Comissão Pastoral da Terra - CPT, integrando durante várias gestões direção nacional e coordenações regionais desta última. Em algumas localidades também acompanhou a Pastoral da Criança.

5. Conjuntura ecumênica atual

A caminhada ecumênica brasileira e mundial logrou êxitos significativos ao longo dos últimos 50 anos. Várias gerações foram sensibilizadas para responder ao chamado do Senhor da Igreja e se empenharam na busca de sua unidade. Graças a sua atuação puderam ser estabelecidos sinais eloquentes de um testemunho afirmativo da verdade evangélica nos mais diversos contextos.

A sementeira, a germinação, o crescimento e a maturação do movimento ecumênico aconteceu majoritariamente no hemisfério norte e trouxe impulsos enormes para as Igrejas localizadas no hemisfério sul. No entanto, mudanças na realidade sociocultural-religiosa nestes contextos nos últimos anos inibem um apoio maior à causa ecumênica. Ou melhor dito, o aporte de recursos financeiros para agências, organismos e instituições de caráter ecumênico por parte das igrejas do norte sofreu reduções significativas na última década. Some-se a isso o deslocamento da presença majoritária da cristandade para o hemisfério sul.

O entusiasmo das primeiras gerações do ecumenismo, em parte calcado fortemente em laços pessoais, arrefeceu nos últimos anos. Em décadas passadas havia uma enorme paixão pela causa ecumênica (desbravavam-se novas fronteiras e trilhavam-se caminhos novos). O mesmo não pode ser dito nos dias de hoje. Mas não é somente a saída de cena de uma geração histórica que faz necessário um processo de refundação do ecumenismo. O próprio cenário dentro do qual acontecem as ações mudou profundamente e exige novos aportes reflexivos e novos engajamentos.

As primeiras gerações do ecumenismo foram forjadas num contexto de guerra fria e de polarizações ideológicas claras. Em muitos países latino-americanos, mergulhados em regimes autoritários, as igrejas tornaram-se a voz dos sem voz. O fim da guerra fria e os processos de redemocratização colocam novos desafios para as denominações cristãs que, num passado não muito distante, se uniam e se engajavam com bastante desenvoltura em torno de bandeiras comuns da sociedade civil.

A diminuição da paixão tem como componente também a anteposição, sobreposição ou imposição de temas dogmático-doutrinários, ofuscando assim a dimensão pastoral e profética que foi sempre uma marca forte do ecumenismo. Pode ser agregada ainda a prevalência, nem sempre explícita, da lógica de reprodução e manutenção institucional, caracterizada pelo aprofundamento e fortalecimento de identidades confessionais e eclesiais. A ela subjaz uma tensão latente entre uma perspectiva de evangelização e missão de caráter afirmativo-excludente e uma ação evangelizadora afirmativa incluyente e cooperativa entre corpos institucionais cristãos.

Paralelo ao refluxo e à diluição de temas da ética social e pública (justiça social, ética na política, etc.) e ao afloramento concomitante de novas questões (justiça ambiental, etc), assumidas também por uma infinidade de novos atores, descobre-se, no encontro e nas relações inter-eclesiásticas, a falta de consensos, aparentemente inamovíveis, em torno da forma de abordagem de temas da ética e da moral (aborto, contracepção, divórcio, relações homoafetivas, etc).

Além disso, constata-se uma mudança profunda na cena religiosa contemporânea. Verifica-se a emergência de novas religiosidades, tanto fundamentalistas e excludentes, quanto harmonizadoras e conciliadoras com seus "kits" sincréticos. O pluralismo se afirma em virtude do trânsito maior de pessoas (integração de mercados) e de informações (novas tecnologias de comunicação).

Por fim, paira no ar o rechaço crescente ao termo ecumenismo. Sua rejeição tem a ver com um ruído de comunicação bastante antigo e ainda não superado. Há resquícios da guerra fria (ecumenismo a serviço do comunismo) e a propalação deliberada, ou por ignorância, da versão segundo a qual o ecumenismo seria um projeto papal de união das igrejas cristãs sob o manto romano.

6. Desafios internos e externos

A Igreja e seus membros são filhos de seu tempo, da sociedade e seus valores

hegemônicos, conflitantes e contraditórios, que se espelham na Igreja, se expressam em seu interior e repercutem na sociedade, tais como: consumismo, individualismo, hedonismo, relativização das instituições, ausência de sonhos e utopias, etc. Estes valores influenciam a espiritualidade cristã e afetam também as pastorais e a vivência comunitária. Eles pasteurizam a mensagem evangélica, desqualificam compromissos e afrouxam vínculos de fidelidade.

De modo geral as denominações têm dentro delas uma pluralidade de expressões, tornando-se multiversos religiosos. E a IECLB reproduz esta realidade. A polifonia de compreensões e posturas existente no interior da cristandade em relação ao ecumenismo também encontra eco no interior da IECLB.

Há segmentos influenciados pelo protestantismo de missão e pelo pietismo que esposam posições francamente anticatólicas. Há segmentos liberais e expressões identificadas com correntes defensoras do engajamento sócio-político transformador que são reticentes em relação ao evangelicalismo e ao pentecostalismo.

De qualquer modo, à luz do Evangelho e a partir da vocação ecumênica, convém:

- persistir no cultivo de uma espiritualidade ecumênica em que filhos e filhas de Deus se encontram para a oração e para a animação mútua à luz da palavra de Deus.
- manter sempre abertas as portas para diálogo e garantir o trânsito sobre as pontes já construídas entre denominações cristãs e religiões no que se refere a temas doutrinários, da ética e da pastoral.
- aprimorar a difusão, a recepção e a informação sobre documentos e materiais produzidos pelas igrejas e organizações ecumênicas, subsidiando o desenvolvimento de uma cultura de ecumenismo, de diálogo e de cooperação inter-religiosa.
- dar continuidade ao processo formativo, favorecendo sempre uma renovação geracional no protagonismo ecumênico.
- insistir numa pastoral cotidiana afirmativa e includente, favorecendo uma postura de respeito a todas as pessoas criadas à imagem e semelhança de Deus.
- abrir caminhos para uma maior colaboração entre igrejas, suas fundações e associações na área do serviço social e diaconal, sinalizando por meio de gestos concretos os valores da justiça e da equidade.
- envidar todos os esforços para a promoção de uma cultura de respeito, de aceitação e convivência com o/a diferente, superando a intolerância, a discriminação, a hostilização, ou até, a sua demonização.

Isso significa, em suma, que há de estar sempre presente na agenda da Igreja a formulação de uma política de ecumenismo e de relações institucionais que orienta e norteia a implementação de ações afirmativas, favorecedoras do desarmamento de espíritos e de desconstrução de animosidades inter-eclésiásticas e inter-religiosas.

Conclusão

A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil se entende como uma comunhão de comunidades que integra o corpo de Cristo, a comunhão em Cristo. As pessoas a ela filiadas participam deste corpo a partir do batismo. A IECLB não advoga para si exclusividade quanto à representação da fé cristã na sociedade brasileira. Evita a arrogância ou superioridade espiritual, o que não significa relativismo da fé. Afirma que há componentes constitutivos do Evangelho e que são irrenunciáveis. Coloca a teologia da graça como referencial norteador de sua conduta. Entende que todas as pessoas são carentes diante de Deus e, por isso, toda e qualquer soberba representa um veneno danoso nas relações humanas. Como justa e pecadora, a Igreja se aproxima de todos quantos queiram participar da missão de Deus no mundo, promovendo justiça e relações fraternais e sororais. Desta forma aponta para a nova cidade, a Nova Jerusalém, comunhão plena de Deus com seu povo.

Contato do autor

rolfschu@luteranos.com.br

Artigo 7

O Ecumenismo na Igreja Episcopal Anglicana do Brasil

Carlos Eduardo Calvani e Luiz Coelho¹

Resumo

Os esforços em favor da unidade cristã não são comandados por qualquer Igreja ou pelo Conselho Mundial de Igrejas. Essas iniciativas são de caráter institucional e não conseguem abranger a amplitude da ação do Espírito Santo em prol da totalidade da criação. O artigo apresenta a maneira como a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil compreende sua própria vocação ecumênica, sua participação nos esforços institucionais e suas limitações, reconhecendo a importância dos esforços não-institucionais, relacionados ao ecumenismo das bases. O artigo também situa desafios abertos ao diálogo ecumênico institucional a partir de documentos do CMI e do CONIC

Palavras-chave: Igreja. Unidade. Fé. Diálogo. Cooperação.

Abstract

Efforts towards Christian unity are not determined by specific Churches or by the World Council of Churches. These are institutional initiatives, which cannot encompass the Holy Spirit's wide capacity of action through the created order. This article explains how the Igreja Episcopal Anglicana do Brasil understands its own ecumenical vocation, how it relates to institutional initiatives and their limitations and how it acknowledges the importance of non-institutional efforts related to ground ecumenism. The article also presents challenges to institutional ecumenical dialogue based on WCC and CONIC documents.

Keywords: Church. Unity. Faith. Dialogue. Cooperation.

Introdução

A unidade cristã não é um projeto que possa ser capitaneado apenas por uma Igreja. A unidade cristã é, antes de tudo, um esforço por responder com fidelidade ao desejo expresso por Jesus na oração sacerdotal (João 17), em prol da missão - "para que o mundo creia". A exegese neotestamentária indica que a oração sacerdotal já refletia um processo de diversidade na comunidade cristã primitiva com suas diferentes linhas e perspectivas de missão.² Essa realidade já está vastamente documentada nos estudos históricos e exegéticos do período pós-apostólico. A oração sacerdotal constata essa realidade, mas não a lamenta. Afinal, a diversidade é importante e as várias formas de compreender e expressar o Evangelho e de encarná-lo na missão sempre são salutares. O que a oração sacerdotal indica é um anseio para que essas diferenças sejam santificadas na própria dinâmica missionária.

O desenvolvimento dessas diferenças culturais no decorrer da história da Igreja fez surgir maneiras variáveis de organizar culturalmente e institucionalmente a vivência comunitária da fé. Grande parte das posteriores divisões dos muitos ramos cristãos foi motivada muito mais por

¹Calos Calvani é teólogo e presbítero da IEAB em Campo Grande, MS; Luiz Coelho é teólogo e diácono da IEAB na Diocese Anglicana do Rio de Janeiro.

²CALVANI, Carlos Eduardo B. "A diversidade eclesiológica no cristianismo primitivo"- *Revista Inclusividade*, n. 13, - Ano V, março de 2006, ISSN: 1679-9437. Também disponível na internet no link: <http://www.faculdadeunida.com.br/site/servicos/servicos-artigos/51-a-diversidade-eclsiola-no-cristianismo-primitivo>. Ver também: BROWN, Raymond. *As Igrejas dos Apóstolos*. São Paulo, Paulinas, 1986 e THEISSEN, Gerd. *La Religion de los Primeros Cristianos*. Salamanca, Sígueme, 2002 e NOGUEIRA, Paulo. "Multiplicidade teológica e a formação do catolicismo primitivo na Ásia Menor". *Estudos de Religião*, n. 8. São Bernardo do Campo, IMS, 1992, p. 35-47.

fatores culturais do que propriamente teológicos. O próprio idioma através do qual a fé se expressava liturgicamente motivava diferentes compreensões do mistério cristão. Se em nossos dias, com a facilidade de comunicações, já é difícil compreender a expressão litúrgica da fé em diferentes contextos, traduções das Escrituras, hinos, etc, o que dirá nos primeiros séculos do cristianismo? A expressão da fé em grego, latim, aramaico, árabe, dialetos celtas e outras tantas línguas certamente fazia surgirem "ruídos" de comunicação e causava estranheza aos que não compreendiam certas particularidades. Interesses políticos e econômicos também tiveram peso determinante nas divisões cristãs e, invariavelmente, surgiram projetos díspares em prol da unidade cristã. Júlio de Santa Ana estudou detalhadamente esses diferentes projetos no livro "Ecumenismo e Libertação"³, deixando claro que, sempre que falarmos em ecumenismo, é preciso compreender a existência de diferentes projetos. O Conselho Mundial de Igrejas é apenas um desses projetos, cujos avanços mais significativos no campo doutrinário estão nos documentos "Batismo, Eucaristia e Ministério" e "A Confissão da Fé Apostólica segundo o Credo Niceno-Constantinopolitano".

Mas, paralelamente ao projeto do CMI, também há esforços ligados a tradições específicas - a Federação Luterana Mundial, a Comunhão Anglicana e os Patriarcados Ortodoxos desenvolvem projetos de diálogo e comunhão no próprio âmbito de suas tradições, e o mesmo acontece, por exemplo, com a Aliança Batista Mundial, a AMIR (Aliança Mundial de Igrejas Reformadas) e as respectivas expressões continentais como a AIPRAL - Aliança de Igrejas Presbiterianas e Reformadas da América Latina, etc. Embora de alcance limitado às igrejas que partilham da mesma tradição, são importantes sinais de unidade. Na América Latina, o CLAI (Conselho Latino-Americano de Igrejas) tenta unir diferentes instituições e organismos cristãos em prol de um testemunho comum. A Aliança Evangélica Mundial é outro projeto que tenta influenciar como um "manto" diferentes grupos evangélicos ligados a Igrejas do Protestantismo Histórico, sob o prisma do "Pacto de Lausanne". Naturalmente, a Igreja Católica Romana também tem seu projeto próprio, reformulado desde o Vaticano II com maior grau de abertura. Contudo, documentos como "Dominus Iesus" (2000) ou "Respostas à questões relativas a alguns aspectos da doutrina sobre a igreja" (2007) embora afirmem serem de âmbito interno da reflexão católico-romana, expressam claramente um projeto centralizador recebido com desconfiança ou rejeitado por outras Igrejas não-Romanas⁴.

Todos esses projetos são iniciativas institucionais. Fazem parte do ordenamento eclesiástico de cada grupo cristão ou de grupos que partilham semelhanças teológicas e litúrgicas e, por isso, seu alcance é limitado. Mas a unidade cristã não se restringe aos esforços institucionais. Esses muitas vezes esbarram em vaidades pessoais, idiossincrasias de grupos particulares ora no poder, e outros fatores fomentadores de maiores divisões. Porém, o Espírito Santo também atua através de esforços que nem sempre recebem chancela institucional. É o caso do que se convencionou chamar "ecumenismo popular" ou "ecumenismo de base", através do qual, cristãos e cristãs se unem em prol de iniciativas ligadas à defesa dos direitos humanos, à melhoria das condições de vida, ao apoio a grupos minoritários, imigrantes, refugiados e grupos excluídos em geral. A Igreja Episcopal Anglicana do Brasil reconhece que os esforços em prol da unidade cristã caminham por essas duas vias - igualmente nobres e necessárias - os diálogos institucionais com seus custos e mazelas, mas também os esforços não institucionais. O propósito deste artigo é apontar o modo como nossa tradição acumulou um saber próprio a partir de experiências vividas em meio a tensões eclesiásticas, e também apontar a importância das iniciativas que transcendem as limitações institucionais.

Ecumenismo na tradição anglicana

Falar sobre ecumenismo na Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB) é falar sobre uma tradição compartilhada com a Comunhão Anglicana e recebida como "cláusula identitária" de nossa eclesiologia desde o século XVI. Para a IEAB, o ecumenismo não é opcional, mas parte inerente de nossa autocompreensão eclesiológica.

³SANTA ANA, Júlio, de. *Ecumenismo e Libertação*. Petrópolis, Vozes, 1987

⁴CALVANI, Carlos Eduardo B. "Pezinho pra frente, pezinho pra trás - Reflexões de um anglicano sobre ecumenismo. Via Teológica, Curitiba, v. 2, p. 23-38, 2000.", disponível no link: http://www.centroestudosanglicanos.com.br/bancodetextos/ecumenismo/pezinho_pra_frente_pezinho_pra_tras.pdf. Ver também o relatório da Comissão da IEAB referente aos diálogos com a Igreja Católica Romana no Brasil, recebido e aprovado no último Sínodo da IEAB em 2010: <http://www.sinodo.ieab.org.br/documentos/conac.pdf>

Pode parecer estranho uma Igreja afirmar-se "ecumênica" sendo ela mesma resultado de um cisma. Tal situação só pode ser compreendida se conseguirmos diferenciar questões propriamente eclesiológicas das questões eclesiásticas. O dado eclesiológico refere-se à própria natureza da fé e à compreensão do que significa ser Igreja. Nesse ponto, a Igreja da Inglaterra, da qual a IEAB descende por sucessão apostólica, sempre afirmou, desde o século XVI, que a ruptura naquele momento foi com uma forma específica de governo eclesiástico, em prol de uma Igreja inicialmente de caráter nacional, que mantinha a plenitude da catolicidade, mas que ansiava por necessárias reformas.

Por isso, desde o início da história moderna do Anglicanismo, os Bispos que promoveram a Reforma sempre buscaram bons relacionamentos com as Igrejas Luteranas e Reformadas que surgiam à época. Além disso, é bastante evidente no Livro de Oração Comum o resgate que o Arcebispo Cranmer fez de certas características das liturgias orientais (o Kyrie Eleison, a localização das anáforas e epíclese, etc) e a constante troca de correspondências entre bispos ingleses, reformadores europeus e patriarcas ortodoxos.

A base desse relacionamento dialógico, inicialmente mantido pela Igreja da Inglaterra com outras Igrejas, era o princípio de que "onde está o Evangelho, está Cristo; e onde está Cristo, aí está a Igreja"⁵. Durante os reinados de Eduardo e Elisabeth, clérigos anglicanos e europeus reformados compartilhavam responsabilidades pastorais e litúrgicas sem referência ao tipo de ordenação que haviam recebido, e durante os primeiros cento e cinquenta anos da Igreja da Inglaterra, suas lideranças sempre buscaram uma união mais formal entre as diferentes Igrejas da Reforma. O Bispo Joseph Hall, embora fosse, ele mesmo, um defensor do episcopado como de "direito divino" (*essencial* à Igreja e não apenas questão de *bene esse*), reconhecia que não havia diferenças significativas entre a Igreja da Inglaterra e as demais Igrejas nascidas na Reforma: "Concordamos em cada ponto da doutrina cristã, sem a menor variação. Suas confissões públicas e as nossas são provas suficientes ao mundo de nosso consenso pleno e absoluto. A única diferença está na forma de administração do governo da igreja"⁶. Essa compreensão permitia uma liberdade que não se assentava na uniformidade, e que permitiu internamente, avivamentos de espiritualidade católica ou evangélica, sustentados por um conceito de "Igreja nacional" expresso mais tarde no 34o. Artigo de Religião, com as seguintes palavras:

Não é necessário que as Tradições e Cerimônias sejam em toda parte as mesmas ou totalmente semelhantes; porque em todos os tempos têm sido diversas e podem ser alteradas segundo a diversidade dos países, tempos e costumes dos homens, contanto que nada se estabeleça contrário à Palavra de Deus. Todo aquele que por seu particular juízo, com ânimo voluntário e deliberado quebrar manifestamente as Tradições e Cerimônias da Igreja, que não são contrárias à Palavra de Deus e se acham estabelecidas e aprovadas pela autoridade comum (para que outros tenham fazer o mesmo), deve ser publicamente repreendido, como quem ofende a ordem comum da Igreja, fere a autoridade do Magistrado e vulnera as consciências dos irmãos débeis.

*Toda a Igreja particular ou nacional tem autoridade para ordenar, mudar e abolir as Cerimônias ou Ritos da Igreja instituídos unicamente pela autoridade humana, contanto que tudo se faça para edificação.*⁷

Essa visão só pode ser compreendida se lembrarmos que a Reforma Anglicana não foi motivada inicialmente por questões diretamente teológicas, mas políticas e, diferentemente do que aconteceu na Alemanha e Suíça, teve apoio direto de setores do episcopado, que ansiavam há anos por mudanças e maior autonomia. A expressão *Ecclesia Anglicana* (*Igreja Anglicana*) já aparece, por exemplo, na Magna

⁵AVIS, Paul, *The Church in the Theology of the Reformers*. London, 1981, p. 221.

⁶Citado por Sykes, *The Church of England and Non-Episcopal Churches*, p. 23.

⁷Artigo de Religião, *Livro de Oração Comum*. Igreja Episcopal do Brasil, 1950, p. 610.

Carta de 1215, revelando que os cristãos das ilhas britânicas sempre manifestaram fortes tendências de independência em relação a Roma. Essa autonomia também era reivindicada por setores da Igreja francesa, o que já causara fortes crises políticas no Papado. No século XIV, por exemplo, a Sede Papal foi removida de Roma para Avignon, na França (1035-1377). Além disso, durante quase 40 anos, a cristandade ocidental se dividiu entre dois e, posteriormente, três Papas, simultaneamente, cada um apoiado por um grupo e reivindicando ser o legítimo Papa (1378-1417). Isso gerava insegurança e incerteza e, particularmente, na Inglaterra, os Bispos reconheciam muito mais a autoridade do Rei que a autoridade dos Papas. Por isso, quando o Rei Henrique VIII desvinculou a Igreja da Inglaterra do controle papal, todos compreendiam que isso significa a recuperação da autonomia. A Igreja da Inglaterra simplesmente rejeitou a autoridade centralizada em Roma e as implicações dela decorrentes (o latim como único idioma litúrgico permitido, os tributos enviados a Roma, a interferência papal nos assuntos internos do país, etc).

A partir de 1548, quando a Inglaterra começou a receber considerável número de teólogos reformados fugitivos da Alemanha, França e Suíça, o aumento da influência protestante na Igreja da Inglaterra se fez mais visível, trazendo consequências para a vida interna da Igreja, (a administração do "eclesiástico"), e causando alguns prejuízos às relações com outras Igrejas da época. Alguns protestantes radicais questionavam o que consideravam "resquícios de romanismo" na liturgia anglicana (o próprio ritual eucarístico, as vestes, altares, velas, etc). A situação se agravou ainda mais durante o reinado de Maria Tudor, que tentou restituir a Igreja da Inglaterra ao controle romano (na época, a Rainha afastou os Bispos e padres que haviam contraído matrimônio e determinou que os ofícios religiosos voltassem a ser realizados em latim, conforme o missal romano). Quando assumiu o trono, a Rainha Maria acreditava piamente ser vocacionada para restituir a "verdadeira fé" na Inglaterra. Porém, nas palavras de Stephen Neill, tudo o que conseguiu "foi deixar claro que o catolicismo romano nunca mais voltaria a ser a fé da nação inglesa".⁸

Maria foi sucedida pela famosa Rainha Elizabeth, e durante seu longo reinado, a Igreja da Inglaterra formatou definitivamente sua identidade eclesiástica em meio aos conflitos provocados por diferentes pressões: de um lado, os protestantes desejando que a Igreja da Inglaterra se tornasse uma extensão da Igreja Reformada de Zurique; por outro lado, as investidas romanas para recuperar a influência perdida na Inglaterra. Em 1562, por exemplo, o Papa proibiu os católicos de frequentar ou comungar na Igreja da Inglaterra e a situação se agravou quando, em 25 de fevereiro de 1570, o Papa Pio V tentou aplicar um golpe político através da bula *Regnan in Excelsis*. Essa bula excomungava oficialmente a Rainha Elisabeth, declarando-a herege e fomentadora da heresia. Afirmava ainda que ela perdera seu direito à Coroa Inglesa e que seus súditos já não lhe deviam nenhuma lealdade e não deveriam prestar-lhe obediência sob pena de excomunhão. O Papa pretendia fomentar uma rebelião na Inglaterra, mas tudo o que conseguiu foi fazer de cada católico romano inglês um potencial traidor do país e da Rainha. Esse ato ao final foi contraproducente, pois a popularidade de Elizabeth já era muito grande e os ingleses nunca esqueceram a excomunhão de sua Rainha. Passaram-se duzentos e cinquenta anos para que os católicos romanos voltassem a ter direitos de participar no governo civil do País.

Enfrentando acusações de heresia por parte da Igreja Católica Romana e, ao mesmo tempo, sofrendo constantes pressões por parte dos protestantes para abdicar de certas marcas litúrgicas e institucionais, os teólogos anglicanos da época responderam que a Igreja da Inglaterra não romperá com o passado. Esse foi um período de recuperação da teologia patrística e de afirmação da continuidade litúrgica e institucional através da manutenção da sucessão apostólica. Ao mesmo tempo, a defesa da catolicidade implicava também na intenção de cultivar um espírito crítico em relação ao que se considerava deturpação dessa tradição.

A marca maior desse período está presente nos 39 Artigos de Religião. Um dos temas mais discutidos na época referia-se à relação entre as Escrituras e a tradição. A posição assumida pela Igreja foi a de que a Bíblia contém "tudo o que é necessário para a salvação, de modo que nada que não encontre nela sua fonte, pode ser imposto a qualquer pessoa como artigo de fé". Desse modo, reinterpretava-se o princípio católico da tradição. Por outro lado, os artigos também reconhecem a autoridade da Igreja no que diz respeito a cerimônias e controvérsias doutrinárias. Os artigos afirmam também que as cerimônias podem ser alteradas de tempos em tempos e que cada Igreja nacional tem o direito de mudar ou deixar de lado certos ritos, desde que isso não venha a contradizer as Escrituras. Buscava-se, de todas as maneiras, um equilíbrio entre as ênfases protestantes e a tradição católica.

⁸ NEILL, Stephen. *El Anglicanismo*. Lisboa, 1981, p. 89.

A influência protestante mais forte dos 39 Artigos está na definição de Igreja como "comunhão dos crentes em que a palavra de Deus é pregada e os sacramentos são corretamente administrados segundo a ordem de Cristo". É uma definição tipicamente luterana. A influência calvinista se faz mais visível na definição da presença real de Cristo na Eucaristia - ("O corpo de Cristo é dado, tomado e comido na ceia, apenas de maneira celeste e espiritual. E o meio pelo qual o corpo de Cristo é recebido e comido, é a fé"), uma alternativa à transubstanciação, à consubstanciação luterana e ao memorialismo de Zwinglio e dos grupos anabatistas.

Como era de se esperar, os 39 artigos não agradaram a católicos e protestantes. Os primeiros afirmavam que a Igreja da Inglaterra romperia a continuidade com a tradição apostólica. Já os segundos afirmavam exatamente o oposto - que a Igreja da Inglaterra apenas substituíra o Papa pela Coroa, mas que ainda estava contaminada pelas impurezas romanas. Atualmente, os 39 artigos de Religião não têm peso doutrinário nas Igrejas da Comunhão Anglicana. A Igreja da Inglaterra e outras Igrejas da Comunhão Anglicana ainda os preservam como "Confissão de Fé", mas outras Igrejas - tal como a IEAB - os adotam como documento histórico - um importante referencial de uma época, mas não propriamente uma "Confissão de Fé". Para a IEAB e outras Igrejas da Comunhão Anglicana, a "Confissão da Fé" está expressa nos Credos Apostólico e Niceno. Por isso, ensinamos que a IEAB é uma Igreja "credal", e não uma Igreja "confessional". Os séculos seguintes ao reinado de Elizabeth trouxeram novos problemas para a Igreja da Inglaterra. Do ponto de vista eclesiástico interno, a liderança episcopal do século XVIII não foi capaz de lidar satisfatoriamente com os anseios legítimos do movimento metodista (ênfase na missão, na transformação de vidas, no combate ao alcoolismo e ao tráfico de escravos e no enfrentamento dos males da Revolução Industrial). Os conflitos da época fizeram surgir um novo corpo eclesiástico autônomo - a Igreja Metodista, que cresceu e se consolidou muito mais nas treze colônias da América que propriamente na Inglaterra. O conservadorismo, elitismo e acomodação da Igreja da Inglaterra na época afastaram muitos membros que passaram a viver sua fé nas novas Igrejas evangélicas que surgiram.

Em relação à Igreja Romana, o problema institucional maior se deu no século XIX, com a bula *Apostolicae Curae*, do Papa Leão XIII. Refletindo o conservadorismo do Concílio Vaticano I, a Comissão Teológica, encarregada de avaliar a validade das ordens anglicanas a partir de nossos ritos de ordenação, chegou a um impasse (três teólogos romanos aceitavam a validade; enquanto outros três a negavam). Quando em 1978, os arquivos do Vaticano do período Leão XIII foram abertos ao público, veio à luz a comprovação documental de que o Papa Leão XIII deu o "voto de Minerva," optando por declarar a nulidade das ordens anglicanas. A Câmara dos Bispos da Igreja da Inglaterra respondeu, na época, com um documento teológico que contestava as argumentações bula papal, e finalizava declarando: "Ao derrubar as nossas ordens, ele (O Papa), ao mesmo tempo, derruba todas as suas próprias e pronuncia uma sentença contra a sua própria Igreja"⁹). Para alguns teólogos anglicanos, o avanço no diálogo ecumênico com a Igreja Romana deverá necessariamente abordar o retorno à *Apostolicae Cume* (que, na condição de "bula", não tem o status de infalibilidade na Igreja Romana). Atualmente, porém, excetuando-se os poucos que ainda se preocupam com a bula papal, o consenso anglicano é o de que a legitimidade de nosso ministério não depende do reconhecimento romano, mas do próprio Cristo.

É importante lembrar ainda que, no final do século XIX, o anglicanismo já havia se expandido a todos os continentes, estando presente em vários países do mundo, às vezes como fenômeno transcultural (a Igreja "dos ingleses" presente nos países que tinham relacionamentos comerciais com o Império Britânico ou que estavam colonizados por esses), outras vezes como iniciativa missionária (celebrando cultos nos idiomas locais a partir de traduções e adaptações do Livro de Oração Comum). A expansão do anglicanismo motivou maior aproximação entre os Bispos de diferentes países e a criação de uma rede internacional de contatos e auxílio mútuo que mais tarde evoluiu para o que hoje chamamos "Comunhão Anglicana".

⁹BETTENSON, Henry. Documentos da Igreja Cristã. São Paulo, Aste, 2001, pg. 420-425 - a resposta à bula também pode ser encontrada em inglês, em vários sites da internet. Em português, ver: "As ordens anglicanas - resposta dos arcebispos da Inglaterra a *Apostolicae Curae*": http://www.centrostudosanglicanos.com.br/bancodetextos/anglicanismo/as_ordens_anglicanas.pdf e "Abertura dos Arquivos do Vaticano e procedimento da ARCIC sobre *Apostolicae Curae*": http://www.centrostudosanglicanos.com.br/bancodetextos/ecumenismo/abertura_dos_arquivos_do_vaticano.pdf

A Conferência de Lambeth, que reuniu os bispos anglicanos em 1888, debruçou-se sobre a questão da expansão do anglicanismo ao redor do mundo e, a partir de um documento já aprovado na Igreja Episcopal dos Estados Unidos (Documento de Chicago), aprovou o "**Quadrilátero de Chicago-Lambeth**", que se tornou, no anglicanismo, a base fundamental para o diálogo ecumênico. O "**Quadrilátero de Lambeth**", tal como é conhecido hoje, estabelece o que são para nós, anglicanos, critérios mínimos para esse diálogo:

- As Sagradas Escrituras do Antigo e Novo Testamentos contêm todas as coisas necessárias à salvação como regra e norma última de fé;
- O Credo dos Apóstolos, como símbolo batismal, e o Credo Niceno, como declaração suficiente da fé cristã;
- Os dois sacramentos ordenados pelo próprio Cristo - o Batismo e a Eucaristia - administrados com o uso indefectível das palavras da instituição de Cristo e os elementos ordenados por Ele;
- O Episcopado Histórico, adaptado localmente nos métodos de sua administração às diversas necessidades das nações e povos chamados por Deus à unidade de sua Igreja.

O Quadrilátero de Lambeth tomou-se, no século XX, um referencial para a ativa participação das Igrejas da Comunhão Anglicana nas diversas iniciativas ecumênicas que desembocaram na criação do Conselho Mundial de Igrejas em 1948. Na primeira metade do século XX, Bispos, clérigos, leigos e teólogos anglicanos estiveram envolvidos ativamente nos movimentos "Fé e Ordem", "Vida e Ação" e no "Conselho Missionário Internacional" que se fundiram na criação do CMI. O Quadrilátero também oferece um parâmetro para os diálogos bilaterais desenvolvidos com diferentes Igrejas de tradição ortodoxa, luterana, metodista, reformada, presbiteriana, católico-romana e demais Igrejas evangélicas.

A título de esclarecimento, é importante frisar que a "Comunhão Anglicana" não é uma "super-Igreja" global. Essa não é nossa compreensão eclesiológica. Sempre que se ouve falar em "Comunhão Anglicana" é necessário lembrar que estamos nos referindo a uma "comunhão" que reúne diferentes Igrejas autônomas (no sentido de não terem um governo central, mas serem administradas e lideradas sacramentalmente por Bispos ou Bispas eleitos, reconhecidos e consagrados por Bispos de outras Igrejas da comunhão). São geralmente Igrejas nacionais, com Livros de Oração Comum adaptados ao idioma e à cultura e que preservam os princípios clássicos dos primeiros LOCs. Em algumas regiões, são Igrejas autônomas que reúnem diferentes países e etnias (por exemplo - a Igreja de Jerusalém e do Oriente Médio, ou a Província da Europa, que congrega Igrejas anglicanas na França, Áustria, etc, ou ainda a Igreja de Aotearoa, Nova Zelândia e Polinésia, etc).

A IEAB e o Ecumenismo

A Igreja Episcopal Anglicana do Brasil é parte da Comunhão Anglicana, por ter recebido a tradição através da sucessão apostólica de Bispos norte-americanos e ingleses e, quando se tornou Igreja nacional autônoma em 1965, assumiu o compromisso de preservar a sucessão apostólica, os Sacramentos, os Credos e compartilhar a tradição comum da oração e da missão, conforme a compreensão clássica do anglicanismo. Essa vocação ecumênica fez da IEAB membro pleno do Conselho Mundial de Igrejas e membro co-fundadora de iniciativas ecumênicas institucionais no Brasil e na América Latina. No âmbito dos diálogos intereclesiais, a IEAB tem participado ativamente do CONIC através de representantes na diretoria e nas subcomissões, e o mesmo acontece na relação com o CLAI. No nível dos diálogos bilaterais temos mantido há anos os encontros bienais da CONAC (Comissão Nacional de Diálogo Anglicano-Católico Romano). O diálogo bilateral com a Igreja Evangélica de Confissão Luterana (IECLB) ainda está incipiente no nível institucional, mas a colaboração extra institucional com a Igreja Luterana tem sido muito proveitosa nos lugares em que isso acontece.

Em outros países, (sobretudo Estados Unidos e Canadá), os diálogos com Igrejas Luteranas já trouxeram vários avanços, tais como a intercomunhão eucarística, a participação mútua em cerimônias de ordenação nas diferentes Igrejas e a utilização e manutenção dos mesmos templos por comunidades de diferentes tradições. Do ponto de vista da administração de recursos, em uma época de instabilidade financeira, a partilha de responsabilidades na

manutenção de templos utilizados por duas diferentes Igrejas é um grande testemunho ecumênico. Também não pode ser esquecido o Acordo de Porvoo (Finlândia), aprovado em 1992, através do qual, quatro igrejas anglicanas e oito igrejas luteranas nórdicas, bálticas e ibéricas reconhecem o tríplice ministério (diáconos, presbíteros e bispos) umas das outras, além de partilharem a hospitalidade eucarística mútua.

No Brasil, essa iniciativa ainda está engatinhando, pois naturalmente, o diálogo e os avanços só acontecem quando há interesse de ambas as partes. Desafios maiores referem-se ao diálogo com as Igrejas novas de espiritualidade "pentecostal". Muitos desses irmãos manifestam dificuldades para compreender nossa liturgia, teologia e certas ênfases pastorais. Por outro lado, reconhecemos que a própria instabilidade de alguns grupos dificulta o diálogo - muitas Igrejas são ainda dependentes de uma liderança carismática centralizadora e não possuem uma caminhada histórica suficientemente estável no que diz respeito à "fé e ordem". De nossa parte, porém, a abertura e a predisposição ao diálogo com vistas a um propósito maior (a missão e a paz na terra a todas as pessoas) é constante.

A IEAB e o diálogo com a Igreja Católica Romana

No que diz respeito às relações entre IEAB e ICAR/CNBB, nos últimos 10 anos nossa Igreja produziu ou aprovou pelo menos dois documentos que merecem ser citados como reflexo de nossa compreensão eclesiológica.

a) Posição da IEAB sobre o documento "O Dom da Autoridade" (ARCIC) - 2003

O primeiro foi o "Relatório da IEAB sobre o documento O Dom da Autoridade", fruto do trabalho da ARCIC (Anglican-Roman Catholic International Commission). Durante o ano de 2003, o Centro de Estudos Anglicanos promoveu reuniões de estudo envolvendo clérigos e leigos de todas as dioceses anglicanas. A Comissão que redigiu o documento final sobre esses estudos foi supervisionada pelo Bispo Sumio Takatsu e encaminhou à Câmara dos Bispos o relatório que foi acolhido, aprovado e enviado para o ARCIC e o Escritório da Comunhão Anglicana como posicionamento oficial da IEAB sobre o documento "O Dom da Autoridade". A recepção de nosso relatório no âmbito internacional foi muito boa, a ponto de ter sido traduzido e publicado na *Anglican Theological Review* em 2005¹⁰.

O documento levanta críticas ao conceito de infalibilidade papal, dizendo: "durante séculos a Igreja prescindiu desse conceito, preferindo referir-se à "autoridade da Palavra", ao conceito de "indefectibilidade da Igreja" e à garantia da assistência do Espírito Santo em situações de crise. Baseados na promessa de Cristo, de que as portas do inferno não prevaleceriam sobre a Igreja, cremos que esta, sim, é "indefectível", mas não infalível". A Igreja também manifestou discordância em relação à sugestão da ARCIC de que "a recepção da primazia do bispo de Roma... é um dom a ser recebido por todas as Igrejas", e afirmou: "Entendemos não haver suficientes razões teológicas para o reconhecimento da primazia do bispo de Roma, embora possam ser alegadas razões históricas. O exercício de jurisdição universal centralizada no bispo de Roma é incompatível com o conceito anglicano de "autoridade dispersa".

Outras frases do documento da IEAB indicam posições bastante firmes, tais como:

Estranhamos a redação do parágrafo 56 (Questões defrontadas pelos anglicanos), sobretudo a frase 1 - os anglicanos têm se mostrado prontos a tolerar anomalias para manter a comunhão 1. Rejeitamos o uso infeliz dessa expressão, bastante forte, e que não é especificada em nenhum momento: o que significa "anomalia", e a partir de qual ponto de vista? A ordenação feminina e o celibato opcional seriam "anomalias" do ponto de vista romano? Esse item gerou grandes discussões nos grupos e plenárias, pela temeridade de que a aceitação

¹⁰"Report on the Document The Gift of Authority" - The Episcopal Anglican Church of Brazil". *Anglican Theological Review*, vol. 87, spring 2005. *Anglican Theological Review*, vol. 87, spring 2005, number 2; Evanston, IL, 2005. Em português esse documento pode ser lido no link http://www.centroestudosanglicanos.com.br/bancodetextos/anglicanismo/relatorio_dom_autoridade.pdf

do primado papal significaria um retrocesso no reconhecimento do ministério feminino e na opção matrimonial. Sobre o parágrafo 57 (Questões defrontadas pelos Católicos Romanos): entendemos que os ensinamentos do Concílio Vaticano II sobre o laicato e a colegialidade nunca foram suficientemente implantadas na Igreja Católica-Romana. Observamos também que a Igreja Católica Romana insiste em disciplinar com "silêncios ob-sequiosos" os/as teólogos/as que manifestam opiniões discordantes da Cúria e que a prática da interferência de setores do Vaticano em dioceses e Seminários, particularmente na América Latina, não reflete um respeito adequado do exercício e do dom da autoridade através da "episcopóe;

Sobre o parágrafo 61: A prática historicamente desenvolvida pela Igreja Católica Romana não oferece nenhuma garantia de que "una primazia universal irá acolher e proteger a investigação teológica e outras formas de busca da verdade", conforme declara o texto do documento. Nossa compreensão é a de que, enquanto a Igreja Católica Romana mantiver instituições obsoletas e medievais como a 'Sagrada Congregação para a doutrina da fé', não haverá suficiente liberdade para a investigação teológica.;

O documento transpira, nas entrelinhas, a ideia de que a Igreja 'verdadeira é a Igreja Católica-Romana, na qual reside a totalidade da graça e assistência do Espírito Santo, e que a Igreja Anglicana, como filha rebelde, deve retornar à jurisdição e autoridade romanas (...) Concordamos com as palavras Hans Küng, teólogo católico romano, no lúcido artigo que escreveu a respeito de "O Dom da Autoridade" e que serviu como um de nossos subsídios para o estudo. Diz ele: 'Minha impressão geral é que o documento tenta desvirtuar a Comunhão Anglicana da Via Média para a Via Romana (...) a tentativa é de justificar a ideologia romana da infalibilidade papal e do episcopado, que datam do século XIX, e torna-las palatáveis aos anglicanos'. Acrescenta Küng: "Apesar de suas boas intenções, o documento presta um desserviço ao ecumenismo"¹¹.

Os documentos posteriores da ARCIC ("Vida em Cristo - Moral, Comunhão e Igreja" e "Maria, Graça e Esperança em Cristo"), embora já estejam publicados em português ainda não receberam a devida atenção para estudos no âmbito interno da IEAB. Para outras informações sobre a ARCIC ver o site: <http://www.anglican-union.org/ministry/ecumenical/dialogues/catholic/arcic/index.cfm>

b) Último Relatório sobre a participação anglicana na CONAC -Comissão Nacional Anglicano-Católico Romana (2010)

O documento mais recente da IEAB é o relatório enviado ao Sínodo Geral de 2010 sobre a CONAC. O Sínodo Geral é a instância maior da IEAB (administrativamente é hierarquicamente superior à Câmara dos Bispos). O Sínodo recebeu e aprovou o relatório que diz, em outras coisas:

No interregno sinodal, o diálogo Anglicano-Católico Romano recebeu uma "rajada de vento frio". Em 2007, a Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, publicou um documento intitulado "Respostas à questões relativas a alguns aspectos da doutrina sobre a igreja". Esta declaração do Vaticano reafirma a doutrina antiga de Roma, negando o título de "Igreja" às demais Igrejas cristãs ocidentais nascidas da reforma ou que foram influenciadas e revitalizadas pela reforma do século XVI. Embora trate-se de um documento interno da Cúria

¹¹ KÜNG, Hans. "The Via Romana", in *The Tablet*, 19/06/1999.

Romana, percebe-se que os autores do mesmo desconhecem ou ignoram décadas de diálogo e empenho ecumênico entre nossas duas Comunhões;

No segundo semestre de 2009, fomos surpreendidos com a criação dos "ordinariatos pessoais" para anglicanos. Embora alguns anglicanos e católico-romanos acreditem que a criação destes ordinariatos sejam frutos do diálogo entre nossas duas igrejas, muitos outros anglicanos veem este "desenvolvimento eclesiológico" mais como fruto da intolerância, intromissão e oportunismo. A palavra do Bispo Primaz, D. Maurício Andrade, divulgada na ocasião, reflete o posicionamento oficial da IEAB com relação à criação dos ordinariatos para anglicanos;

Nos últimos dois anos, embora tenhamos nos reunido regularmente e entre nós, continuamos cultivando os laços de fraternidade, sentimos por outro lado que a CONAC encontra-se um pouco "sem rumo". Percebe-se uma falta de propósito. Qual a razão deste diálogo? Para onde queremos ir?.

A íntegra do relatório pode ser encontrado na Página Oficial do Sínodo da IEAB, na seção "Documentos do Sínodo": <http://www.sinodo.ieab.org.br/documentos/conac.pdf>.

Questões abertas e desafios atuais

O desafio à unidade cristã é constante. Porém, é preciso que as Igrejas envolvidas nessas iniciativas compreendam a necessidade de desenvolver um projeto interno de formação ecumênica em suas bases, pois muitos avanços institucionais firmados em acordos bilaterais ou documentos são desconhecidos da maior parte do povo e, às vezes, até das próprias lideranças clericais. É preciso que os documentos saiam do papel e se encarnem na vida das comunidades, pois se isso não acontecer, o alcance desses textos fica limitado apenas às lideranças envolvidas no diálogo. Esse esforço deve envolver, naturalmente, os Seminários e Faculdades de Teologia encarregados da formação das novas lideranças, e também os grupos de catequese e educação cristã em níveis locais e regionais.

Listamos abaixo alguns documentos inspiradores e motivadores que mereceriam maior divulgação e aprofundamento nas Igrejas, inclusive na própria IEAB:

1. Batismo, Eucaristia e Ministério (BEM). Mais conhecido em português pela sigla BEM, o documento "Batismo, Eucaristia e Ministério", após anos de estudo e diálogo, foi aprovado pela Comissão de Fé e Ordem do CMI, em 1982, e recebido pela Assembléia Geral do CMI em Vancouver-1983. Esse documento foi traduzido em português e editado em livro pelo CEDI nos anos 80. O documento fornece excelente material reflexivo sobre as concordâncias e impasses no tocante a esses três temas que mais causam polêmica nos diálogos ecumênicos institucionais - a natureza e compreensão do Santo Batismo, a Eucaristia, e a qualificação do ministério ordenado. No final dos anos 80 e início dos anos 90, o documento BEM foi muito divulgado nas Igrejas brasileiras que são membros do CMI ou do CONIC, mas lamentavelmente nos últimos anos, parece ter sido esquecido. Mesmo na IEAB, algumas lideranças mais recentes não demonstram muita familiaridade com esse documento que, apesar de já ter mais de 30 anos, é um importante marco para os diálogos ecumênicos institucionais;

2. A Confissão da Fé Apostólica - O Credo Niceno-Constantinopolitano - Após a publicação do documento "BEM", a Comissão de Fé e Ordem do CMI passou a trabalhar em

outro projeto - a busca de uma interpretação do Credo Niceno, que fosse razoavelmente comum às Igrejas que o reconhecem como legítimo marco ecumênico anterior às divisões que assolaram a cristandade. Em 1990, o Conselho Permanente do CMI aprovou e publicou o documento "Confessing the One Faith", traduzido no Brasil por Jaci Maraschin, (membro da comissão de estudo e redação), com o título "A Confissão da Fé Apostólica."¹² Não temos informações a respeito do modo como esse documento foi recebido e trabalhado internamente nas Igrejas brasileiras, mas no âmbito da IEAB, o próprio Rev. Jaci Maraschin publicou um livro-comentário¹³ e o Centro de Estudos Anglicanos, mais recentemente, publicou o livro "Nossa Fé - Estudos nos Credos Apostólico e Niceno", baseado nesse documento.¹⁴

Uma antiga (mas ainda pertinente) questão referente ao credo Niceno diz respeito à inclusão unilateral da cláusula "Filioque" ("e do Filho", em latim), ausente do texto aprovado originalmente em grego no Primeiro Concílio de Constantinopla. A Igreja latina começou a acrescentar essa expressão por volta de 589, no Concílio de Toledo, quebrando um princípio de colegialidade e sem uma reflexão teológica mais apurada, o que contribuiu para o grande cisma de 1054 entre as igrejas orientais (hoje conhecidas como "Ortodoxas") e latina, liderada por Roma. Por ser parte do ramo ocidental, a Igreja da Inglaterra herdou a cláusula Filioque. Contudo, nossa concepção de tradição nunca foi rígida. Nos 39 artigos de Religião, o artigo XIX lembra: "Assim como a Igreja de Jerusalém, de Alexandria e de Antioquia erraram; assim também a Igreja de Roma errou, não só quanto às suas práticas, ritos e cerimônias, mas também em matéria de Fé". Essa concepção eclesiológica capaz de admitir o erro e a falibilidade da igreja tem motivado comissões teológicas na Comunhão Anglicana a rever a cláusula Filioque em nossas Liturgias. A Comissão bilateral de diálogo com os Patriarcados Ortodoxos (Diálogo Anglicano-Ortodoxo) recomendou em 1976 a remoção da cláusula Filioque nas novas revisões dos Livros de Oração. Essa recomendação foi reafirmada pelas Conferências de Lambeth de 1978 e 1988 e em Lambeth 2008, o Credo Niceno original (sem o Filioque) já foi utilizado em todas as liturgias oficiais. A Igreja Episcopal dos Estados Unidos, em seu novo material - *Enriching our Worship* - de caráter experimental para um próximo LOC, também suprime a cláusula Filioque. Em outras regiões, a cláusula aparece no Credo mas entre parêntesis, como afirmação opcional, o que indica ser um assunto ainda aberto à discussão. No Brasil, a Comissão encarregada de revisar o Livro de Oração Comum, certamente trará essa discussão à tona, envolvendo especialistas em doutrina e liturgia e, naturalmente, considerando nosso compromisso de colegialidade com as demais Igrejas da Comunhão Anglicana.

3. Documentos e iniciativas do CONIC - Em âmbito nacional, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs também produziu textos muito importantes, mas que, por motivos internos a cada uma das Igrejas-membro, das ainda não atingiram suficientemente as bases, a ponto de mudar certas práticas. Lembramos aqui três importantes documentos que estão facilmente acessíveis no site do CONIC (www.conic.org.br) e que espelham a mesma reflexão iniciada no documento "Batismo, Eucaristia e Ministério":

a) Batismo - "Ato do Reconhecimento mútuo da administração do Sacramento do Batismo entre Igrejas-membro do CONIC" - Estivemos presentes, em 15 de novembro de 2007, em São Paulo, por ocasião da celebração dos 25 anos do CONIC, na qual os legítimos representantes das Igrejas-membro do CONIC, (Igreja Católica Romana-CNBB, Igreja Episcopal Anglicana do Brasil-IEAB, Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil - IECLB, Igreja Presbiteriana Unida do Brasil-IPU e Igreja Sirian Ortodoxa de Antioquia - ISOAB), assinaram o documento que reconhece mutuamente a validade do batismo administrado nessas respectivas Igrejas "como vínculo básico da fé que nos é dada pela fé no mesmo Senhor" e em "dimensão irrepetível" (ou seja, nenhuma Igreja tem o direito de "rebatizar" qualquer pessoa que faça a opção por viver sua fé de acordo com outra tradição eclesial).

Esse documento, por si só, já seria muito significativo. Há, porém, uma questão terminológica ainda

¹²CMI - A Confissão da Fé Apostólica. CONIC/Ciências da Religião, São Paulo: 1993.

¹³ MARASCHIN, Jaci. O Espelho e a Transparência - O *Credo Niceno e a Teologia latino-americana*. Rio de Janeiro, CEDI, 1989.

¹⁴CALVANI, Carlos Eduardo B. e PRADO, Luiz Osório P. *Nossa Fé - Estudos nos Credos Apostólico e Niceno*. Porto Alegre, CEA, 2009.

muito presente neste e em outros documentos do CONIC - A menção à Igreja Católica Romana sempre é feita sem o qualificativo "Romana". Alguns talvez pensem ser preciosismo, mas para o diálogo ecumênico, a designação "Igreja Católica", sem qualquer qualificativo (mesmo que um parêntesis indicando "CNBB") aparece numa posição extremamente exclusivista como se tão somente pertencesse a ela a catolicidade, e posicionando as demais como "comunidades dispersas", carentes de catolicidade ou da plenitude eclesial. O CONIC, através de sua diretoria e Comissão Teológica precisam considerar essa questão e rever o tratamento dispensado nos documentos oficiais.

Apesar disso, o anexo referente às "Implicações do mútuo reconhecimento do sacramento do Santo Batismo para a vida das Igrejas," também aprovado pelas Igrejas naquela ocasião, traz implicações ainda mais ousadas para nossa prática cristã, por exemplo:

"Continuaremos nos diálogos teológicos bilaterais e multilaterais valorizando os resultados dos diálogos internacionais para chegarmos a concordâncias doutrinárias sobre os conteúdos básicos da fé cristã. Pedimos que os programas dos cursos de teologia sejam adequados à perspectiva ecumênica e que os candidatos ao trabalho pastoral cultivem a espiritualidade ecumênica";

"Comprometemo-nos a reconhecer a igual dignidade de todos os batizados em Cristo, a considerarmos-nos irmãos e irmãs no Senhor, e a apreciar mutuamente a fé e a graça que cada batizado recebeu como dom do Espírito Santo";

"Comprometemo-nos, portanto, a dar um testemunho cristão autêntico de reconciliação e de unidade, esforçando-nos todos a reconciliar as divisões que herdamos do passado, de modo que a união com Cristo, partilhada pelo Batismo, leve nossas Igrejas a viver uma unidade sempre mais profunda, para que o mundo creia (João 17.21);

"Comprometemo-nos, portanto, a reconhecer a eclesialidade das nossas diversas tradições e a aprofundar a comunhão já existente entre nós, para chegarmos a uma compreensão e vivência comum da Igreja de Cristo";

"Comprometemo-nos, portanto, a realizar uma adequada formação nas comunidades cristãs,] especialmente para pais, padrinhos e adultos batizando, para ajudá-los a assumir conscientemente as condições e as consequências da fé e do Batismo, em nome próprio e em nome das crianças sob sua guarda";

"Comprometemo-nos, portanto, a não criar impedimentos à aceitação do Batismo administrado pelas Igrejas signatárias deste ato de reconhecimento mútuo e às suas implicações para a vida das Igrejas";

O texto completo desse documento, inclusive com a assinatura em fac-símile dos legítimos representantes destas Igrejas na época, pode ser encontrado no link: <http://www.conic.org.br/cms/files/Batismo.pdf>.

As implicações e compromissos assumidos por essas Igrejas através de seus legítimos representantes ainda estão por ser desenvolvidas adequadamente nos diversos níveis, sobretudo na formação dos futuros clérigos e na educação pastoral das lideranças leigas. É lamentável constatar que anos após a aprovação desses compromissos por parte das igrejas, ainda tomemos conhecimento de situações constrangedoras, tais como a recusa a celebrar um matrimônio se a certidão de Batismo foi emitida por outra Igreja;

b) Documento do CONIC sobre "Hospitalidade Eucarística" - Este documento, também

aprovado pelas Igrejas-membro do CONIC, reflete sobre uma questão bastante prática: uma pessoa anglicana, presbiteriana ou luterana pode comungar na Igreja Católica Romana? Ou um católico-romano pode comungar em alguma dessas Igrejas? O documento parte da seguinte definição: "Entendemos por hospitalidade eucarística a acolhida de membros de outras denominações na ceia celebrada sob responsabilidade de uma das igrejas". O documento alinha algumas convergências referentes ao modo como cada Igreja compreende a Eucaristia e reconhece similaridades nos seguintes pontos: presença real de Cristo na Ceia; conceito de sacrifício não como repetição do único sacrifício redentor de Cristo; concepção celebrativa; compreensão ampliada do termo "transubstanciação" como "mistério da presença real", a compreensão particular que cada Igreja tem da importância de um "ministério ordenado" encarregado de presidir a celebração eucarística e, finalmente, o ideal de unidade cristã manifestado na Eucaristia: "a celebração eucarística deve expressar e fortalecer essa unidade como sinal antecipatório da unidade plena".

Após elencar essas convergências, o documento aponta alguns desafios para cada Igreja, lembrando que

"algumas diferenças doutrinárias que dificultam a superação dos dissensos acerca da Ceia do Senhor tem origens históricas, culturais, sociais, políticas e econômicas, antes do que teológicas. Maior reconhecimento e explicitação dessas condicionantes podem ajudar na superação das barreiras à hospitalidade eucarística recíproca, expressando-se, assim, a grandeza da unidade no respeito à diversidade. Recomendamos às igrejas que promovam seminários, ou eventos similares, partilhados com as igrejas-irmãs, com vistas a esse objetivo".

Teoricamente, a proposta é bastante avançada, e o próprio documento reconhece que "há situações reais de vida que recomendam a participação na mesma Mesa Eucarística. "No entanto, as pessoas se veem, às vezes, impossibilitadas de fazê-lo, como por exemplo, em áreas geográficas não atendidas pela própria igreja; em casamentos mistos; em relações familiares de pertença a diferentes igrejas; em atividades intereclesiais; e em tantas outras". Com essas palavras, o documento reconhece "situações reais" como, por exemplo: - nas cidades ou vilarejos, nos quais não há presença anglicana, luterana, presbiteriana ou ortodoxa, a pessoa que vive sua fé em uma dessas Igrejas pode comungar na Igreja romana? Ou, em situações opostas, por exemplo, de um casamento misto, no qual há celebração eucarística ou cerimônia de batismo em uma dessas Igrejas, o fiel católico-romano poderá comungar em outra Igreja? Tais situações são muito práticas, mas o próprio documento reconhece algumas dificuldades, ao dizer: "Não podemos, contudo, deixar de levar em conta que, para o bom convívio entre as igrejas, devem ser respeitadas as normas de cada uma". Quem conhece os debates teológicos travados antes da redação dos documentos finais, percebe imediatamente que essa frase denota medo ou resistência à hospitalidade eucarística.

Porém, apesar desse sinal amarelo, o documento propõe *"que se incentive a prática da hospitalidade, eucarística para satisfazer as necessidades pastorais de membros de nossas e de outras igrejas, numa era ecumênica e numa sociedade pluralista e de mobilidade em escala mundial. Oportunidades de ação conjunta estão a indicar a possibilidade de ensaio de hospitalidade eucarística, respeitando sempre os sentimentos e a consciência dos participantes".* Qualquer pessoa experiente na interpretação de documentos dessa natureza percebe imediatamente que o debate anterior à redação foi bastante caloroso. Ainda assim, o documento finaliza dizendo: *"Temos esperança que as direções administrativas das igrejas, ao receberem este e outros documentos similares, os divulguem nas comunidades sob sua responsabilidade".*

Novamente observamos que, infelizmente, em certas situações concretas, os documentos parecem não ter circulado suficientemente nas bases das Igrejas. Temos conhecimento de situações constrangedoras de clérigos que foram repreendidos ou até mesmo disciplinados por lideranças eclesiais, simplesmente por terem participado da Ceia do Senhor celebrada conforme o rito de outra Igreja também signatária do documento. Situações como essas indicam que o documento sobre Hospitalidade Eucarística merece maior aprofundamento, inclusive por parte da própria Comissão Teológica do CONIC, a fim de que não haja recuos, mas avanços.

c) **Igrejas e Ministério** - Finalmente, frisamos um terceiro documento, também disponível no site do CONIC, referente à questão do ministério ordenado. Trata-se do documento "Igrejas e Ministério", de outubro de 2001. Na época, fizemos parte da Comissão que se reuniu para refletir sobre as diferentes concepções de ministério-ordenado presentes nas Igrejas-membro do CONIC e, durante os debates, verificamos as seguintes convergências:

"as igrejas-membros do CONIC admitem o sacerdócio de todos os fieis; entendem o ministério de Cristo confiado à Igreja como responsabilidade solidária de todos os fieis; reconhecem a necessidade de um ministério ordenado para a edificação do corpo de Cristo; compreendem que os ministérios surgem pelo dom do Espírito Santo e mediação da comunidade; julgam indispensáveis para a ordenação a imposição das mãos e a invocação do Espírito Santo; possuem, na riqueza das diversas formas, um ministério de administração/supervisão (episkopé) para exprimir e salvaguardar a unidade do Corpo; entendem estar na tradição apostólica e consideram fundamental a refontalização bíblica para o avanço do mútuo reconhecimento do ministério".

Entretanto, algumas divergências também foram apontadas, tais como a questão da sucessão histórica, a ordenação como sacramento, a ordenação feminina, o número e caráter das ordens ministeriais, a ordenação como requisito para a celebração eucarística, a questão do celibato, o caráter vitalício ou temporário da ordenação, a participação da comunidade na escolha dos ministros e, finalmente, a representação sacerdotal - *"não há consenso sobre como o ministro ordenado representa ora Cristo para a Igreja (in persona Christi) ora a Igreja (in persona ecclesiae)."*

A partir da constatação das convergências e divergências, o documento finaliza propondo que as Igrejas, além de relançar e estudar o documento "Batismo, Eucaristia e Ministério", ampliem o debate sobre o ministério "tendo em vista o conhecimento e a autocompreensão das suas práticas ministeriais", aprofundem o diálogo teológico sobre o ministério feminino e a compreensão da natureza do ministério ordenado na história da Igreja, a questão do ministério petrino e que "frutifiquem em nossas igrejas os resultados já alcançados nos acordos ecumênicos bilaterais ou multilaterais visando à discussão sobre o mútuo reconhecimento do ministério ordenado"¹⁵.

Naturalmente, emergem na consideração da legitimidade do ministério ordenado nas diferentes Igrejas, questões muito práticas, tais como o celibato e o reconhecimento da plenitude das ordens ministeriais às mulheres, o que para a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil é hoje uma inegociável questão de fé e ordem.

Falta ainda avançar na compreensão do que se entende por "episcopado" ou "episkopé". Os melhores estudos baseados no método histórico-crítico já demonstraram sobejamente, ao menos no mundo acadêmico, que a compreensão tradicional de "sucessão apostólica" (uma cadeia ininterrupta de sagrações transmitidas de uma geração a outra mediante a imposição de mãos) atende mais a interesses políticos que propriamente faz jus à totalidade da história da Igreja. Conforme Norris, "tudo que se pode falar com honestidade consiste em que o padrão da liderança e governo que, no todo, prevaleceu nas comunidades cristãs da segunda e terceira gerações e que, portanto, tinha suas raízes plantadas no tempo dos fundadores originais e dos que lhes deram o crescimento, foi aquele padrão que, eventualmente, e muito naturalmente evoluiu num sistema, segundo o qual os cristãos em cada localidade tinham um pastor principal, o qual foi designado como episkopos"¹⁶. Este ministério episcopal foi, então, perpetuado, pela observância dos costumes locais de eleição e ordenação, de tal forma que a identidade da comunidade de geração para a geração foi salvaguardada pela sucessão regular e legítima de seus líderes. Supunha-se que o bispo "sucedia" seu predecessor, se e somente se, fosse eleito devidamente pelo clero e povo de sua Igreja e devidamente ordenado pelos bispos que representassem a Igreja mais

¹⁵ http://www.conic.org.br/cms/files/Igrejas_e_Ministerio.pdf.

¹⁶ NORRIS, Richgard. "Bispos, sucessão e apostolicidade da Igreja" in *Autoridade, Ministério e Missão*. São Paulo, IAET, 2000, pg. 16, também em Revista Inclusividade n. 1 (Porto Alegre, CEA, 2001 - pg. 39).

amplamente.

Esse sistema produziu uma sucessão genuína: não em sentido literal, ("a partir dos apóstolos"), mas uma sucessão de "episkopos" cuja pertença dual - à Igreja local que os escolheu e à Igreja mais ampla, mais extensa, que os reconheceu e os ordenou por meio de outros bispos - deu embasamento e fortalecimento à continuidade das Igrejas. É essa sucessão, à qual alguns anglicanos se têm referido sob o rótulo de "episcopado" histórico (ou "episkopé"), uma expressão que lembra que o episcopado não pertence ao bispo, mas à Igreja. A expressão "sucessão apostólica" é um termo de sentido operacional, empregado para lembrar que a Igreja, sim é apostólica, e que essa apostolicidade reside na Cátedra, e não no ocupante da Cátedra. Essa compreensão tem motivado importantes avanços nos diálogos bilaterais com Igrejas Luteranas da Escandinávia, Estados Unidos, Canadá, com a Igreja Moravia e a própria Igreja Metodista na Inglaterra.

O resgate da memória desses documentos é importante em nosso contexto brasileiro, tão marcado por divisões históricas entre cristãos de diferentes Igrejas. Sabemos, porém, não ser suficiente apenas o resgate histórico, mas a aplicação prática dos mesmos por parte das Igrejas signatárias, sobretudo na formação das novas lideranças.

A IEAB e o movimento ecumênico extra-institucional

Situações tais como as descritas nos documentos acima evidenciam com honestidade as dificuldades das relações institucionais. Mas o Ecumenismo não se reduz à questão institucional que envolve diálogos bilaterais, controvérsias doutrinárias ou compreensões eclesiológicas de autoridade. Algo muito claro para a IEAB é o fato de que a unidade cristã, (e em última análise, a unidade da humanidade), faz parte do propósito divino, e muitas vezes há avanços bem mais significativos para além dos controles institucionais das Igrejas. É o caso, por exemplo, do Ecumenismo popular, que nasce das lutas e anseios do povo, nas bases onde a vida se desenvolve e que, embora busque o apoio institucional das Igrejas, não depende diretamente da chancela eclesiástica.

A partir desse princípio, é nítido o envolvimento de muitos clérigos e leigos anglicanos em iniciativas pastorais de apoio a causas populares. Muitas de nossas lideranças se envolvem em ONGS, associações ou pastorais ecumênicas ligadas aos direitos humanos, tais como as causas indigenistas ou o apoio aos movimentos sem-terra, sem-teto, acompanhamento a lares de idosos, educação popular, movimentos ecológicos ou de defesa dos animais e, mais recentemente, no apoio aos direitos civis de pessoas homoafetivas. Naturalmente, dependendo da região e das circunstâncias desse envolvimento, o nome da Igreja pode aparecer claramente. Contudo, mesmo que esse envolvimento nas lutas ecumênicas não seja feito em nome da Igreja, certamente a motivação e o impulso nascem primeiramente da participação eucarística, do aprendizado e da vivência em uma paróquia ou diocese anglicana.

O caminho da unidade cristã é longo e árduo. A Igreja Episcopal Anglicana do Brasil reconhece a existência de inúmeros condicionamentos históricos na caminhada das Igrejas, que nos impedem de viver o desejo expresso por Jesus na oração sacerdotal. Mas reconhecemos também, que mesmo sendo nós mesmos, uma "instituição eclesiástica", esse anseio por unidade não se expressa necessariamente em instituições. A comunhão cristã é fomentada acima de tudo pelo Espírito Santo e não por determinações de hierarquias eclesiásticas; conseqüentemente, a comunhão mística dos seguidores de Jesus Cristo não se inibe com as restrições eclesiásticas condicionadas historicamente. A pluralidade do mundo em que vivemos nos faz compreender que todos os batizados em Cristo, e que pautam suas vidas por seus ensinamentos, recebem do Espírito Santo a liberdade para agregar-se e compartilhar sua fé com outras pessoas que partilham dos mesmos ideais em prol de um projeto muito maior que a edificação de uma super-Igreja, mas do bem comum para toda a humanidade e para a Criação.

Endereço do autor:

Rua Antônio Bicudo 394, Jardim São Lourenço
79041-320 - Campo Grande, MS

O diálogo inter-religioso no Vaticano II

Elias Wolff¹

Resumo

O atual mundo globalizado caracteriza-se, entre outros elementos, pela emergência da pluralidade de culturas, igrejas e religiões. Nesse contexto, urge exercitar o diálogo e a cooperação entre as religiões, tal como proposto pelo Concílio Vaticano II. Isso é mais do que identificar as "sementes do Verbo" presentes nas tradições e culturais dos povos. Implica numa valorização positiva do pluralismo religioso, compreendendo sua relação com o plano salvífico de Deus. Consequentemente, faz-se necessário um redimensionamento em muitos aspectos da doutrina católica, como a cristologia, o tratado da graça, a eclesiologia e a missiologia.

Palavras-chave: Igreja, Religião, Fé, Diálogo, Cooperação.

Abstract

The globalized world is characterized, among other things, by the emergence of the plurality of cultures, religions and churches. In this context, urges exercising dialogue and cooperation among religions, as proposed by the Vatican II. This is more than identifying the "seeds of the Word" present in the traditions and culture of the people. Implies a positive valuation of religious pluralism, including its relation to God's salvific plan. Consequently, it is necessary a redefinition in many aspects of Catholic doctrine, such as Christology, the treaty of grace, ecclesiology and missiology.

Keywords: Church, Religion Faith, Dialogue, Cooperation.

1. Encontros e desencontros das religiões na atualidade

Nas atuais sociedades modernas, com ares de democracia, valorização da diversidade e afirmação da tolerância, vemos crescer manifestações de tensão e de conflitos por motivos religiosos. Posturas fundamentalistas, exclusivistas e absolutistas na interpretação das doutrinas e dos textos sagrados das religiões promovem, aqui e acolá, atitudes de intolerância, discriminação e preconceitos. Grupos religiosos tradicionais e novos movimentos religiosos concorrem de forma agressiva na conquista do espaço social. Em alguns lugares, os primeiros fundem questões religiosas com questões sócio-culturais propondo uma espécie de teocracia moral, com um discurso sacralizador da política, antimoderno e patriarcal. Não raro, assumem posições nacionalistas de caráter identitário, implantando os métodos da perseguição, da guerra, da prática do terrorismo e o cerceamento da liberdade religiosa - que acontece em cerca de 60 países na atualidade.

A tensão no contexto plural torna-se mais expressiva na complexidade do ambiente urbano e da cultura globalizada, configurados pela mescla de fenômenos pós e pré-religiosos. Posturas teóricas e práticas que afirmam o secularismo, o humanismo e o ateísmo, convivem com tendências de recuperação da religião, agora de forma eminentemente pluralista. As religiões tradicionais assistem perplexas ao florescimento dos novos movimentos religiosos. De um lado, há o colapso das ideologias tradicionais com o agudo relativismo de valores culturais e religiosos;

¹O autor é professor da PUCPR e da Faculdade Católica de Santa Catarina. Desde 2008 é assessor da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil para o ecumenismo e o diálogo inter-religioso.

de outro, o retorno a práticas religiosas tanto na perspectiva novidadeira da cultura atual, quanto de recuperação de um passado ultramontano. Há uma verdadeira batalha espiritual em nossos dias que mescla o sagrado com ideologias culturais, políticas e econômicas, o que faz das religiões parte dos problemas da globalização. Elas também sofrem da ambiguidade das sociedades globalizadas - favorecem a vida e a morte².

Essa realidade acontece no contexto de mudanças que se sucedem ininterruptamente. Frente às mutações tão frequentes e tão profundas da sociedade, também as religiões vivem sob a urgência de continuamente reformular concepções da realidade, conceitos, linguagens, posturas. Trata-se, de fato, de uma "mudança de época", na qual não vigora mais o fixo, o estável, o que se pretende definitivo.

Tal é o contexto da "sociedade global", ou "aldeia planetária", que surpreende pelo encurtamento das distâncias e a velocidade de circulação das informações em proporções jamais imagináveis, colocando em contato pessoas, povos e culturas de todo o planeta. Surge daí a necessidade de apurar a sensibilidade que capacita para o encontro, o diálogo e a convivência. Mas em questão religiosa, isso não é nada simples. Quanto mais as tradições religiosas se obrigam a conviverem no espaço social, mais tensões surgem entre elas. A razão é que sustentam uma concepção de identidade fechada, fixista e exclusivista, gerando em muitos lugares atitudes de intolerância, de concorrência e de proselitismo. Em diversas regiões do planeta, tensões e conflitos inter-religiosos ameaçam a harmonia e a integração da aldeia global.

A questão não é apenas religiosa, é também antropológica, sociológica e ética. As religiões buscam se afirmar com poderes éticos que as capacitam para orientarem o comportamento das pessoas, com a pretensão de influírem no complexo social. Mas alguns poderes éticos são integradores e fortalecem a solidariedade social, enquanto outros desintegram as relações sociais, semeiam intolerância e violência. Onde isso acontece, a religião se descaracteriza em sua própria essência: ser portadora de paz e de vida para todos.

2 - A Igreja católica no contexto sociorreligioso plural

a) novidade conciliar na compreensão das religiões

Por séculos, a Igreja católica desconsiderou qualquer possibilidade de valorizar as diferentes tradições religiosas. E como o diálogo supõe o reconhecimento da identidade e dos valores do outro, não se encontrava espaço de diálogo da Igreja com as religiões. Sua atitude era de negação, de intolerância e de exclusão. Afirmava-se que

"nenhum dos que existem fora da igreja católica, não somente os pagãos, mas também os judeus ou heréticos assim como os cismáticos, podem chegar a ser partícipes da vida eterna; pelo contrário, irão para o fogo eterno" (DH 1351).

Trata-se de uma afirmação corrente em muitos documentos magisteriais³, a máxima expressão do axioma *extra ecclesiam nulla salus*, com seus desdobramentos na eclesiologia, na espiritualidade, na doutrina e na metodologia missionária. Na verdade, não se trata apenas de uma posição da tradição católica. Semelhante postura encontra-se também nas tradições cristãs oriundas a partir do século XVI. O mundo cristão sempre teve dificuldades para relacionar-se com os não cristãos.

A mudança começa a ocorrer apenas a partir do século XX. Contribuíram para isso os resultados das pesquisas sobre as religiões na área da fenomenologia, da antropologia, da filosofia, da sociologia, da psicologia, entre outras, que influenciam a reflexão de muitos teólogos, os quais passam a reconhecer um significado positivo nas doutrinas, nos mitos, nos ritos, nos símbolos, na ética das religiões. Além disso, na "aldeia global" intensifica-se a interação entre os cristãos e os não cristãos, de modo que o conhecimento experiencial quebra tabus e elimina preconceitos mútuos. Inicialmente, a positividade das religiões era afirmada pelo entendimento de serem

²BOBSIN, O., Correntes Religiosas e Globalização, CEBI-IPEG, 2002.

³A título de exemplo, ver a Bula *Unam Sanctam*, publicada pelo papa Bonifácio VIII, em 1302.

"caminhos para o cristianismo"⁴. Esse entendimento, não obstante suas fragilidades e limites, abre caminhos para a elaboração da teologia das religiões, que vai da timidez da proposta da "teologia do acabamento"⁵ à afirmação corajosa da "presença de Cristo nas religiões"⁶. Essas correntes têm em comum o fato de afirmarem a salvação de todo ser humano em Cristo, superando o axioma *extra ecclesiam nulla salus*. Diferem na valoração dada às religiões enquanto tal. A primeira corrente vê as religiões necessitadas do cristianismo para "acabar/completar" suas aspirações; e a segunda dá um salto de qualidade ao afirmar que Cristo salva agindo nas tradições religiosas - tese que ficou conhecida como "inclusivismo salvífico". Uma terceira corrente vai ainda além, afirmando que as religiões têm valor salvífico "em/por si mesmas", independentes de Cristo⁷ - corrente esta que não encontra abrigo na teologia católica.

O trabalho dos teólogos ganha espaço nas instâncias eclesiásticas, servindo de base para a elaboração dos documentos conciliares que tratam da relação da Igreja católica com as religiões - as Declarações *Nostra aetate* (NA) e *Dignitatis humanae* (DH) - e inspirando outros documentos do Concílio (ex. LG 16; GS 22; AG 3,7-9,11). O esquema inicial de NA a propunha apenas como um capítulo do decreto sobre o ecumenismo, tratando unicamente da relação entre cristãos e judeus⁸. O debate foi ampliado com a contribuição de padres conciliares que atuavam em regiões com população de maioria não cristã. Outros fatores como a criação do Secretariado para os não cristãos (Paulo VI, 1964)⁹; a publicação da encíclica *Ecclesiam suam* que ressalta o valor do diálogo; a visita do papa Paulo VI na Índia e o encontro com os líderes religiosos do país (1964)⁸, influenciaram para que o concílio fizesse um documento tratando da relação dos cristãos católicos com as religiões no geral. Assim, a NA mostra a compreensão que a Igreja tem das demais religiões, partindo das religiões em geral, tratando depois o hinduísmo, o budismo e outras "ligadas com o progresso da cultura" (NA 2), o islamismo (NA 3) e por fim o hebraísmo (NA 4).

b)Três pilares da nova compreensão das religiões

A relação do Vaticano II para com as religiões assenta-se em três principais pilares:

1 - A definitiva superação do axioma *extra ecclesiam nulla salus*. Afirmando o desígnio salvífico universal de Deus (At 2,12; 1 Tm 2,3-5), diz o concílio que Deus conduz os que sem culpa ignoram o evangelho à fé sem a qual é impossível agrada-Lo (AG 7). Entende o Vaticano II que Deus "decretou elevar os homens à participação da sua vida divina" (LG 2), o que acontece pela união de todos com Cristo (LG 3). E "Aqueles que ignoram sem culpa o Evangelho de Cristo e a sua Igreja, mas buscam a Deus na sinceridade do coração e se esforçam, sob a ação da graça, por cumprir na vida a sua vontade, conhecida através dos ditames da consciência, também esses podem alcançar a salvação eterna" (LG 16). De fato, sendo todos chamados pela graça de Deus à salvação (LG 13), "Deus cuidou continuamente do gênero humano, para dar a vida eterna a todos aqueles que, perseverando na prática das boas obras, procuram a salvação (cf. Rm 2,6-7)". Pois no

⁴ Tal é o que se constata nos trabalhos de missionários na Índia, como J. N. FARQUHAR, *The Crown of Hinduism*, Oxford University Press, London, 1915; P. JOHANNNS, *Vers Le Christ par Le Vedānta*, Catholic Press, Ranchi, 1938.

⁵ Veja-se: DANIELOU, J., *Il mistero della savezza delle nazioni*, Morcelliana, Brescia, 1954; *Il mistero dell'avvento*, Morcelliana, Brescia, 1958; *I santi pagani dell'Antico Testamento*, Queriniana, Brescia, 1988. H. de LUBAC, *Surnaturel. Étude historiques*, Aubier, Paris, 1946; *Aspetti Del buddismo*, Jaca Book, Milano, 1980; H. U. Von BALTHASAR, *Teologia della storia*, Morcelliana, Brescia, 1969; *Cristianismo e religioni universali*, Piemme, Casale Monferrato, 1987.

⁶ K. RHANER, *Il cristianesimo e le religioni non cristiane*, in *Saggi di antropologia soprannaturale*, Paoline, Roma, 1965, 533-571; *Storia del mondo e storia della salvezza*, in *Saggi di antropologia soprannaturale*, Paoline, Roma, 1965, 497-532; R. PANIKKAR, *Il Cristo sconosciuto dell'Induismo*, Vita e Pensiero, Milano, 1970; H. KUNG, *The World Religions in God's Plano f Salvation*, in J. NEUNER (ed.) *Christian Revelation and World Religions*, Burns and Oates, London, 1967, 25-66; G. THILS, *Religioni e cristianesimo*, Cittadella, Assisi, 1967.

⁷ É a tese do "pluralismo salvífico", cujo principal expoente é o anglicano J. HICK. Cf. *A Metáfora do Deus Encarnado*, Vozes, 2000.

⁸ Veja o histórico da formação desse documento em E. WOLFF, *Unitatis redintegratio, Nostra aetate, Dignitatis humanae*, Paulinas, 2012.

⁹ Ver o discurso do papa publicado na AAS 57 (1965) 132-133.

coração de todas as pessoas opera a graça divina:

"Cristo, de fato, morreu por todos e a vocação última do homem é efetivamente uma só, a divina; por isso devemos afirmar que o espírito Santo dá a todos a possibilidade de serem associados ao mistério pascal, nos modos que só Deus conhece" (GS 22).

2 - O segundo pilar da novidade do concílio é que ele não trata positivamente apenas dos "membros" das demais religiões como indivíduos, mas refere-se também às religiões *enquanto tal* (!). Uma vez que "a Igreja examina atentamente a natureza das suas relações com as religiões não cristãs" (NA 1) ela "não rejeita nada que seja verdadeiro e santo nestas religiões" (NA 2). Os padres conciliares reconhecem agora que a graça salvífica atua para além dos confins da Igreja e do próprio cristianismo. O Vaticano II não afirma explicitamente que as religiões são "caminhos" de salvação para seus membros, mas dá condições para entender que a ação do Verbo e do seu Espírito não acontece apenas no coração das pessoas, mas também através dos *elementos objetivos* de suas tradições religiosas, seus ritos, símbolos, líderes, doutrinas (cf., LG 16-17; AG 3,7-9,11; NA 2). Fundamental é verificar o que há de "verdadeiro" e "santo" nesses elementos. Por eles o Espírito de Deus pode chegar às pessoas. "Verdadeiro" aqui não diz respeito apenas a um conteúdo doutrinário, mas refere-se a algo presente na profundidade do ser da pessoa, na sua interioridade e sua consciência - a graça. Verdade e santidade são manifestações do divino. E na medida em que as religiões expressam verdade e santidade elas são por Deus mesmo incorporadas no único plano salvífico. Daqui temos a novidade corajosa do ensino do magistério pós-conciliar: os membros das religiões não são salvos por Cristo "fora" de suas próprias tradições, mas nelas e de alguma forma misteriosa através delas - eles respondem positivamente à oferta da graça divina "através da prática daquilo que é bom nas próprias tradições religiosas e sentindo as leis da sua consciência" (DA 29)¹⁰. O desafio do trabalho teológico é identificar nas religiões os "elementos de graça, capaz de sustentar a resposta positiva de seus membros ao chamado de Deus" (DA 30).

Assim como há diferenças na concepção do divino, há diferenças também na compreensão da origem do ser humano, sua história e seu destino final. Tais diferenças explicam a existência do pluralismo religioso. O olhar do Concílio para esse pluralismo é altamente positivo: ali manifestam-se "elementos estimáveis, religiosos e humanos" (GS 92), "coisas verdadeiras e boas" (LG 16), "elementos de verdade e de graça" (AG 9), de "verdade" e de "santidade" (NA 2), "tradições contemplativas" (AG 9). Há possibilidade de sintonia desses elementos com a fé cristã compreendendo-os como *semina verbi* (AG 11,15) e "um reflexo" da verdade que ilumina toda a humanidade (NA 2). Seu patrimônio espiritual é um convite eficaz ao diálogo (NA 2,3; AG 11), não apenas sobre os pontos convergentes, mas também sobre os divergentes. Tais valores coincidem nas grandes tradições religiosas da humanidade¹¹, o que exige dos cristãos uma atitude de atenção e estima para com as religiões.

3 - O terceiro pilar é a motivação pastoral da relação da Igreja com as religiões. Não se trata de construir um diálogo sobre questões doutrinárias que visa aproximar conteúdos de fé. Isso é próprio do ecumenismo e não do diálogo inter-religioso. O que se quer é "promover a unidade e a caridade entre os homens, ou melhor, entre os povos", examinando o que eles "tem de comum e o que os move a viverem juntos o próprio destino" (NA 1). Para tanto, faz-se necessário superar as divisões e promover relações amigáveis (NA 5).

A base para isso é o reconhecimento do que já há em comum nos diferentes povos: a mesma origem e o mesmo fim em Deus, que leva a todos a formarem uma só comunidade humana (NA 1). Ligados à origem e ao fim comuns, também as aspirações mais profundas de cada ser humano se assemelham, como a busca do sentido da vida, da felicidade, o mistério da dor e da morte. São questionamentos próprios da natureza humana, aos quais as religiões buscam responder (NA 1). E devem unir a todos nos esforços pelo respeito e compreensão mútua, na defesa e promoção da justiça social, dos valores morais, da paz e da liberdade (NA 3). As religiões dão, assim, uma contribuição para a solução dos problemas que afligem a humanidade, como os sofrimentos causados pelas guerras, pela fome, pelas injustiças sociais, pelas catástrofes naturais.

¹⁰ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO, *Diálogo e Anúncio*, in *Bulletin*, (1991/2).

¹¹ SECRETARIADO PARA OS NÃO CRISTÃOS, *Diálogo e Missão*, in *Bulletin*, 56 (1984/2).

3 - A concretização do ensino conciliar sobre as religiões

a) O diálogo inter-religioso

O que foi acima considerado é a base para que a Igreja católica realize o diálogo com as diferentes tradições religiosas. "Diálogo" não é uma realidade tranquila na Igreja. Historicamente, a Igreja tem demonstrado dificuldades para um diálogo institucional, tanto *ad intra* quanto *ad extra*. As dificuldades *ad intra* devem-se à forma hierárquica da organização do poder na Igreja. Nesse nível, em muitos espaços o diálogo existe mais como possibilidade do que como fato. As dificuldades *ad extra* manifestam-se pelo distanciamento que a Igreja possui das realidades que a circundam no âmbito da sociedade. E aqui situam-se as religiões.

Seja como for, o Vaticano II orienta os fiéis católicos ao diálogo com as religiões. Pede a eles para que "...com prudência e caridade, por meio do diálogo e da colaboração e sempre dando testemunho da fé e da vida cristã, reconheçam, conservem e façam progredir os bens espirituais, morais e os valores socioculturais que nelas se encontram" (NA 2). Esse diálogo "guiado apenas pelo amor pela verdade e com a necessária prudência, não exclui ninguém" (GS 92).

O papa João Paulo II, falando aos cristãos católicos da Ásia, em 1981, afirmava que a Igreja "tem uma profunda necessidade de entrar em contato e em diálogo com todas estas religiões"¹². E entendia que a oração era fundamental para isso, pois nela o Espírito atua sempre:

*"Por isso, todos os cristãos devem empenhar-se no diálogo com os fiéis de todas as religiões, de modo a fazer crescer a compreensão e a colaboração, para reforçar os valores morais, para que Deus seja louvado em toda a criação. É necessário desenvolver novos modos para que este diálogo torne-se realidade em toda parte, mas especialmente na Ásia, continente que é o berço de antigas culturas e religiões"*¹³.

Mas o que é, de fato, diálogo inter-religioso⁷. "Diálogo" é, acima de tudo, uma atitude de espírito, que disponibiliza a interioridade da pessoa para estar com o outro, compreendê-lo na sua verdade e possibilitar um intercâmbio de dons que enriquecem mutuamente. É importante distinguir o diálogo como "atitude ou espírito", e o diálogo como "elemento da missão evangelizadora" da Igreja. O primeiro, o *espírito de diálogo*, indica "uma atitude de respeito e de amizade, que penetra ou deveria penetrar em todas as atividades que constituem a missão evangelizadora da Igreja" (DA 9). O segundo, como elemento específico, integrante da evangelização, "diálogo" indica

*"o conjunto de relações inter-religiosas, positivas e construtivas, com pessoas e comunidades de outras fés para um conhecimento mútuo e um enriquecimento recíproco" (DM 3), na obediência à verdade e no respeito da liberdade. Isto inclui seja o testemunho seja a descoberta das respectivas convicções religiosas (DA 9)"*¹⁴.

Três elementos merecem consideração. 1) a *natureza e razão* profundas do diálogo não são de caráter sociológico ou antropológico, mas teológico. A Igreja não realiza o diálogo inter-religioso apenas motivada por fatores circunstanciais, como a necessidade da cooperação em projetos sociais. O ponto de partida para o diálogo com as religiões é o reconhecimento do Espírito agindo no coração de cada pessoa. Isso mostra que "há um só desígnio divino para cada ser humano que vem a este mundo (cf Jo 1,9)"¹⁵. Toda a humanidade vive assim o mistério de uma unidade universal, tendo a mesma origem e o mesmo fim (NA 1) e, por isso, "A universal unidade

¹² Discurso na Radio Ventas, Manila. *Insegnamenti di Giovanni Paolo II*, vol. IV/1, Libreria Editrice Vaticana, 1981,452-460.

¹³ Discurso na Radio Veritas, Manila. *Insegnamenti di Giovanni Paolo II*... 455.

¹⁴ Ver também: DUPUIS, J., *Verso una teologia cristiana dei pluralismo religioso*, Queriniana, 1997, 483.

¹⁵ Discurso de João Paulo II na cúria romana, aos 22/12/1986. *Insegnamenti di Giovanni Paolo II*, vol. IX/2, Libreria Editrice Vaticana, 1986, 2019-2030, aqui 2024. In: DUPUIS, J., *Verso una teologia*..., 485.

fundada sobre o evento da criação e da redenção não pode não deixar um rastro na realidade viva dos homens, também pertencentes a religiões diversas"¹⁶. Ciente disso, a Igreja entende que precisa realizar um "diálogo de salvação" com todas as pessoas, da mesma forma que Deus com elas se comunica: "Nesse diálogo de salvação, os cristãos e os demais são chamados a colaborar com o Espírito do Senhor Ressuscitado, Espírito que é presente e age universalmente" (DA 40).

2) Os *objetivos* do diálogo inter-religioso, não visam apenas uma relação amigável entre as religiões e a cooperação por um mundo melhor. O objetivo maior é "aprofundar o próprio compromisso religioso e a responder, com crescente sinceridade, ao apelo pessoal de Deus e ao dom gratuito que Ele faz de si mesmo, dom que passa sempre, como o proclama a nossa fé, através da mediação de Jesus Cristo e a obra do seu Espírito" (DA 40). O diálogo visa, portanto, "uma conversão mais profunda de todos para Deus" (DA 41). Partilhando esse objetivo fundamental, as religiões podem melhor cooperar em projetos de ação social.

3) As *formas do diálogo*: o diálogo, como realidade dinâmica e situado nos diferentes contextos, possui quatro principais formas: o diálogo da vida, no qual todos têm condições de participar; o diálogo como cooperação social pela afirmação da justiça, da paz, da dignidade humana; o diálogo intelectual pelo intercâmbio dos ensinamentos religiosos; e o diálogo espiritual com o intercâmbio das experiências religiosas de oração, contemplação, busca do Absoluto¹⁷.

b) A cooperação inter-religiosa

O Vaticano II orienta para que os fiéis católicos realizem projetos de ação social em parceria com membros de outras religiões. De fato, as questões relativas à promoção da paz, à liberdade, à justiça social, à afirmação da dignidade do ser humano, à defesa de todas as formas de vida existentes no planeta..., são questões que dizem respeito a todas as religiões. Particularmente significativa é a ação a favor do diálogo que promove relações de paz entre os povos e as culturas. As religiões precisam aparecer ao mundo como instrumentos/caminhos de paz. Pacificam o mundo na medida em que vivem a paz entre si. Como afirmou H. Kung, a paz entre as religiões e a paz no mundo estão estreitamente ligadas¹⁸.

Contudo, são frágeis as iniciativas de cooperação inter-religiosa em ações sociais. Em termos de Brasil, não se conhece nenhum projeto de ação social de líderes de diferentes religiões que produzam efeitos reais nas lutas sociais a favor da justiça, do fim da miséria e da fome, na defesa do meio ambiente... Há iniciativas inter-religiosas para isso, mas são tímidas. A tendência das religiões que atuam nesses campos é fazê-lo isoladamente, sem sequer conhecer os projetos de ação social desenvolvidos por outras religiões. A Pastoral da Criança, nascida na Igreja Católica, realizou dois encontros entre cristãos católicos e fiéis muçulmanos (Foz do Iguaçu, 2012 e Curitiba, 2013). Mas são eventos celebrativos, ainda não suficientes para envolver as lideranças das duas tradições em projetos de ação comum e nem incidem, por ora, de modo significativo nas relações entre o cristianismo e o islamismo no Brasil. Outra iniciativa em âmbito nacional foi a criação, em 2013, do Comitê Nacional de Diversidade Religiosa. Mas trata-se de uma iniciativa da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República, não conta com a presença oficial das religiões. Os objetivos do Comitê - superar os preconceitos e a discriminação por motivos religiosos, bem como garantir a liberdade religiosa no Brasil - são louváveis, mas há que se esperar o início de seus trabalhos para que possa ser analisado o alcance de suas atividades. Outro projeto que está em andamento é o da formação de um Conselho Nacional de Religiões do Brasil - CONAREL, uma iniciativa de diferentes líderes religiosos. Também aqui há que se esperar, ainda, a agenda de programa desse Conselho, para avaliar sua possível contribuição para as relações inter-religiosas no Brasil.

O fato é que as religiões, no conjunto, ainda não conseguiram ajudar a sociedade a viver valores como a justiça, a paz, a compaixão, a solidariedade, a fraternidade, o amor. E cada vez mais elas se fragilizam em seus propósitos de apresentar esses valores à sociedade, entre outros fatores por não conseguirem apresenta-los juntas.

¹⁶ Discurso de João Paulo II na cúria romana, aos 22/12/1986, n. 7.

¹⁷ SECRETARIADO PARA OS NÃO CRISTÃOS, *Diálogo e Missão*, in Bulletin n. 59;20 (1985)/2, 164-171.

¹⁸ H. KUNG, *Projeto de Ética Mundial*, Paulinas, 1998.

c) *Diálogo e missão*

Uma questão que exige urgente resposta é sobre a relação entre diálogo e missão. A orientação da Igreja sobre o diálogo inter-religioso revoga o mandato missionário de Cristo? Será o diálogo um elemento fragilizador da convicção missionária da Igreja? Como entender que missão e diálogo não se excluem, mas se exigem mutuamente para a eficácia do testemunho e da pregação do Evangelho?

Essas questões são frequentemente consideradas pela Igreja e pela missiologia atual. O documento já citado, *Diálogo e Missão*, entende a missão da Igreja como um processo constituído por: presença e testemunho, serviço de promoção humana, vida litúrgica/espiritual, diálogo e anúncio/catequese. Nesse contexto, é necessário o diálogo. Ele é, de um lado, distinto da ação evangelizadora da Igreja; de outro lado, é "uma atitude e um espírito" e por isso "a norma e o estilo necessário de toda a missão cristã". O papa João Paulo II frisou que toda ação evangelizadora deve ser, pois, "permeada pelo diálogo"¹⁹. O mesmo papa retoma a questão na encíclica *Redemptoris Missio*²⁰, afirmando que o diálogo inter-religioso "faz parte da missão evangelizadora da Igreja (n. 55), é uma das expressões da missão e um caminho para o Reino (n. 57). São dois elementos distintos, mas não se contrapõe (n.55), e o diálogo não pode ser instrumentalizado em função da evangelização, não é apenas "meio" da missão mas é também "conteúdo" dessa.

Na mesma direção segue o documento *Diálogo e Anúncio*: "O diálogo inter-religioso e o anúncio, embora não no mesmo nível, são ambos elementos autênticos da missão evangelizadora da Igreja. São ambos legítimos e necessários" (DA, 77).

A chave para relacionar corretamente diálogo e evangelização é a sensibilidade às circunstâncias específicas da missão, atendendo aos "'sinais dos tempos' pelo qual o Espírito de Deus fala à Igreja, e discernimento" (DA, 78). Uma vez mais afirma-se que o anúncio e o diálogo são "dois caminhos para cumprir a única missão da Igreja" (DA, 82).

Não obstante o entendimento do diálogo como constitutivo da missão, ele não se identifica e nem substitui a missão: "... o diálogo ... não constitui a inteira missão da Igreja, que não pode simplesmente substituir o anúncio, mas permanece orientado para o anúncio enquanto nele o processo dinâmico da missão evangelizadora da Igreja alcança o seu cume e a sua plenitude" (DA, 82). Pois sendo a Igreja "sacramento universal de salvação" (LG 1, 48), ela é inseparável do Reino de Deus, e ambos da pessoa e ação de Cristo (DA, n. 34). Nesse sentido, também os membros das diversas religiões são ordenados à Igreja (LG 16), como sacramento do Reino (DA, 35).

O acento é mais sobre o anúncio do que sobre o diálogo, como chamado a todas as pessoas a participarem do Reino já "presente em mistério" na Igreja. Tal é o próprio e específico da ação missionária da Igreja (RM 34). A prioridade do anúncio como "lugar central e insubstituível" (RM, 44) na Igreja permite entender que o diálogo "permanece orientado para o anúncio enquanto nele o processo dinâmico da missão evangelizadora da Igreja atinge o seu cume e sua plenitude" (DA 82) O risco do eclesiocentrismo é claro (RM 48). Daqui a importância de fortalecer o diálogo que possibilita o cristocentrismo na perspectiva reinocêntrica (DM 13; DA 8.82). Embora nos documentos citados o anúncio tenha precedência, é fundamental observar que o diálogo inter-religioso é "a única maneira de render sincero testemunho a Cristo e generoso serviço ao homem" (RM, 57).

4 - A partir do Concílio Vaticano II

4.1 - Afinal, o que é "religião"?

a) Distinções conceituais

A compreensão do termo "religião" apresenta dificuldades devido à complexidade e

¹⁹ Discurso na Radio Veritas, Manila. *Insegnamenti di Giovanni Paolo II...*, 19.29.

²⁰ JOÃO PAULO II, *Redemptoris Missio*, Paulinas, 1990.

multiplicidade de formas e conteúdos historicamente construídos nas diversas civilizações. Esse conceito, de matriz latina, tem sido considerado apto para a tradição cultural e religiosa do Ocidente. Suas raízes etimológicas encontram-se em conceitos como *religio*, *relegere*, *religare*²¹. Mas ele é estranho à linguagem de muitas culturas na história da humanidade. É um desafio encontrar elementos nas diferentes tradições espirituais dos diferentes povos que mostrem o significado equivalente ao que em algumas regiões se designa "religião"²². Além disso, o termo "religião" está vinculado a outros conceitos, igualmente complexos, como crença, rito, sagrado, Deus, sobrenatural, espírito, oração, mística... e o horizonte semântico desses conceitos configura-se em torno do universo de significado atribuído a "religião".

b) A perspectiva antropológica

O leitor poderá buscar outros estudos que aprofundam a compreensão do fenômeno religioso²³. Aqui, interessa-nos a compreensão da *situação religiosa do ser humano*. A compreendemos como a orientação para a realidade última da existência. Isso significa um modo de ser originário da pessoa, seu elemento constitutivo, que prescinde de escolhas. Mesmo correndo o risco de generalizações, mas buscando evitar arbitrariedades, apresentamos alguns elementos que, a nosso ver, explicitam o significado do termo "religião".

O conceito "religião" designa, em geral, um sistema de crenças, mitos, símbolos, ritos e doutrinas. Mas antes disso, porém, religião é uma realidade antropológica que expressa as condições-limites existenciais do ser humano e busca de superação desses limites. A sistematização doutrinária e organização ritual vem num segundo momento. Toda experiência religiosa funda-se nas experiências concretas da existência humana. A experiência da pertença à coletividade humana e experiência da própria individualidade, a subjetividade e a intersubjetividade relacionai; as experiências das necessidades físicas, psíquicas e socioculturais; a experiência da fragmentação, da finitude, da carência de sentido; a experiência da harmonia e da paz interior, das relações gratificantes, do significado dos acontecimentos; a experiência do amor, da confiança, das vitórias conquistadas..., são experiências especificamente humanas que podem ganhar um sentido religioso em alguma etapa da vida de cada pessoa.

Isso acontece quando o ser humano percebe-se dimensionado ao infinito, à totalidade. Busca, então, superar as situações limites de uma forma *u-tópica*, numa outra dimensão e outra forma das experiências vivenciadas no cotidiano. É uma dimensão de transcendência a tudo o que implica finitude. Não nega o finito, mas o estende ao infinito pelo ato de crer em "algo mais". Emerge, assim, a concepção do Mistério como sagrado e a relação das situações existenciais com

²¹ No Ocidente, o termo *religio* significava, originalmente, um estilo de comportamento marcado pela rigidez e precisão. Quando associado aos ritos, mostra as normas rígidas de sua execução. Cícero afirma que *religio* deriva de *relegere*, significando escrupulosa observância do rito, precisão repetitiva dos atos devocionais dirigidos à divindade (*De Natura Deorum*, cerca de 45 d.C). Lactânio (séc. III-IV d.C) introduz o termo *religio* no cristianismo, afirmando que ele deriva de *religare*, a uma outra realidade - Deus. Agostinho (séc. IV) o entende derivado de *religere*, entendido no sentido de reeleger, isto é: retorno a Deus; escolher de novo a Deus (*De Civitate Dei*, Livro X, parágrafo III). Tender para Deus é religar-se com Deus (*De Vera Religione*). Nos tempos de Tomás de Aquino, o termo já significa "relação com Deus", desenvolvendo tanto a idéia de *relegere* de Lactânio, quanto *religere* de Agostinho (*Summa Theologiae Ha.*, q.81, a. 1 s.). (Filoramo, G.-Prandi, C, *As Ciências das Religiões*, Paulus, 1999, 256).

²² Verifica-se na história das religiões que algumas expressam a autocompreensão com termos ligados ao conceito de "caminho". Assim é nos evangelhos, onde o conceito religião não aparece mas Jesus se autodefine como "o caminho, a verdade e a vida" (Jo 14,6). No hinduísmo antigo, a palavra *rita* designa, sobretudo, a correta execução dos ritos realizados pelos brâmanes, e mais tarde o *dharmā*, como lei divina e eterna - no budismo equivale a lei salvífica para todos. Na Mesopotâmia, o termo *gischar* indicava a regra material e moral do mundo. No Egito antigo, utilizava-se a palavra *maat* para mostrar a doutrina fundamental, a ordem, a essência da existência, a justiça (Filoramo, G.-Prandi, C, *As Ciências das Religiões*, 255).

²³ Entre outros: E. MIRCEA ELIADE, *Traité de l'Histoire des Religions*, Paris, Payot, 1953; *Histoire de Croyanées et des Idées Religieuses*, Paris, Payot, 1976; Rudolf OTTO, *II Sacro*, Milão, Feltrinelli, 1966; C. LÉVI-STRAUSS, *Totemismo Hoje*, Vozes, 1975; FILORAMO, G.-PRANDI, C., *As Ciências das Religiões*, Paulus, 1999.

o sagrado. As necessidades psíquicas, socioculturais e até mesmo físicas são supridas numa instância supra-humana, por forças que extrapolam as possibilidades naturais. Assim são as curas, a paz interior, os milagres. Surgem então os mitos, símbolos e ritos pelos quais a pessoa passa a relacionar-se de formas específicas com o que ele crê sobre-humano. O *humanum* torna-se *religiosus*, pois "a experiência religiosa dá-se na experiência geral; elas podem ser diferenciadas, mas não separadas"²⁴.

Assim surgem os deuses. Da consciência da dimensão transcendental da própria imanência existencial, a pessoa concebe uma ou várias divindades que é tanto origem e fim, criador e salvador de tudo o que existe. Assim é Zeus na Grécia, Júpiter em Roma, Varuna na Índia, Thor na Escandinávia.... "A partir do Dyaus pitar (= Deus pater) sânscrito, considerado o mais antigo, surge uma divindade comum denominada como Céu-pai"²⁵. Com as múltiplas variações no universo semântico da realidade transcendente, a experiência religiosa a concebe como Realidade Última, o Outro Absoluto, a Energia Cósmica, um Ser Supremo, sempre numa compreensão de que trata-se de algo/alguém "santo", "sagrado", separado do mundo. Também designa-se essa realidade como Deus.

Surgem então dois âmbitos relacionados, mas diferentes: o âmbito dos seres humanos e o âmbito dos deuses. Enquanto o âmbito humano é "profano", o âmbito divino é "sagrado/santo" - separado/reservado. Esses dois âmbitos estão frequentemente em tensão, um interferindo no outro, tensão essa apaziguada por meio de ritos que a pessoa realiza para bem relacionar-se com o âmbito do sagrado e dele obter o "mais" que sua humanidade necessita. R. Otto identifica quatro momentos dessa relação: a consciência de criatura e dependência; o respeito máximo, como experiência do *tremendum*; o sagrado como o totalmente Outro - *Mysterium*; o Mistério como *fascinam*, atração, causa da felicidade e realização das satisfações humanas²⁶.

Assim, com a concepção do divino, a experiência religiosa coloca a pessoa diante de um ser ou objeto extraordinário, revestido de poder total. A vida humana passa a depender dessa força transcendente, descoberta em algo ou alguém, o que o torna sagrado. Essa experiência está na base de toda tradição religiosa, com as específicas variações de linguagem e de organização.

Religião é, portanto, uma experiência humana. É uma concepção específica da vida humana e de toda realidade que a envolve, expressa numa linguagem peculiar que mostra as situações de imanência e desejo de transcendência do humano. Nesse processo cada pessoa busca responder às questões mais profundas da existência.

c) A perspectiva teológica

O fato religioso é, como visto, fato *humanum*/antropológico, mas também fato *theologicum*, simultaneamente. E é no horizonte teológico que ele tem sua mais ampla compreensão. Como realidade teológica, a religião diz respeito mais à compreensão sobre como acontece ação divina em relação ao ser humano, do que do humano em relação ao divino. Religião é hierofania, manifestação do sagrado. E isso na experiência humana, de modo que toda religião é vivida historicamente. Mas a história religiosa é já um fato segundo, no sentido de ser elaboração de algo vivido primordialmente: o toque do divino que atrai o ser humano para si. Se há uma busca humana por Deus é porque Deus criou essa disposição no interior das pessoas. Agostinho mostra isso ao falar do coração inquieto²⁷. Tomás de Aquino fala do desejo de Deus, que Ele mesmo coloca no mais recôndito do ser de toda pessoa²⁸. O humano é *naturaliter religiosus*. Para Tertuliano a alma humana é *naturaliter christiana*²⁹ - porque marcada pela graça de Cristo desde sua concepção. K. Rahner concebe o ser humano como "existencial sobrenatural"³⁰.

O fato é que a pessoa vivência o transcendente, mas não tem a iniciativa dessa experiência. "O *homo religiosus* é sujeito da experiência do Mistério, mas não é sujeito em relação ao

²⁴ CROATTO, J. S., *As Linguagens da Experiência Religiosa - Uma introdução à fenomenologia da religião*, Paulinas, 2001, 51.

²⁵ CROATTO, J. S., *As Linguagens da Experiência Religiosa*, 51.

²⁶ OTTO, R., *O Sagrado*, Imprensa Metodista, 1985.

²⁷ AGOSTINHO, *Confissões*, Paulus, 1997.

²⁸ Como bem o demonstrou Henri DE LUBAC, em *Surnaturel: etudes hisloriques*, Paris 1946; *Le mystère du surnaturel*. Paris 1965.

²⁹ TERTULIANO, *Apol.*, 17,6.

³⁰ K. RAHNER, *Curso Fundamental da Fé*, Paulinas, 1989.

Mistério"³¹. O Mistério é uma realidade metalógica, para além do pensado.

d) Muitas religiões, uma só história da salvação

A história da humanidade confunde-se com a história das religiões. O sentido da vida humana é sua crença, vive-se o que e como se acredita em algo ou em alguém. A religião é história, como fato antropológico e teológico. Nessa história acontece a salvação ou perdição, como realização ou frustração existencial da humanidade.

A compreensão cristã da história é eminentemente positiva, ela encaminha-se para um fim, o Reino. É na história que Deus se manifesta, pelo acontecimento da encarnação do Verbo e a ação do Espírito. E é identificando e vivendo os "sinais do Reino" na história que acontece o processo salvífico universal, do qual ninguém está excluído. Estar fora da história é estar fora do caminho salvífico: *extra historia nulla salus*.

Na história universal da salvação, identificam-se quatro etapas/alianças de Deus com a humanidade: a aliança estabelecida em Adão; a aliança com Noé (Gn 9,-16); a aliança com Abraão e Moisés; e a aliança com Jesus Cristo³². As primeiras foram por muito tempo entendidas como "religião natural", isto é, apenas expressões culturais da aspiração humana pelo divino. Somente as duas últimas etapas seriam "religião sobrenatural", expressão da intervenção de Deus na história. Também se afirma que as primeiras etapas formam uma "história geral" de salvação e a quarta a "história particular" de salvação.

Na teologia cristã atual, entende-se que o que há de "particular" não é "outra" história de salvação, "fora" da universal. É a única história salvífica, universal, mediada na particularidade de Jesus Cristo. Essa mediação atinge o centro da história universal e a impregna com a sua força e a sua graça salvífica. A história universal de salvação não se limita em sua particularidade, mas faz desta a sua característica e condição salvífica para todos os povos. O evento Cristo não é um fato cronológico, mas teológico, decisivo para a história de todos os povos.

As tradições religiosas, como elementos constituintes da história da humanidade, estão inseridas na história universal de salvação. Os elementos históricos que dão valor e enriquecem qualitativamente a vida humana são por Deus utilizados como meios para que a história alcance o seu fim. São *semina Verbi* presente nas tradições da humanidade. Aqui entra o papel das religiões. Elas podem expressar o cultivo, nas condições socioculturais de cada contexto, das *semina Verbi*. Mais, expressam, nessas mesmas condições, o diálogo de Deus com os povos. A ação de Deus estende-se desde a criação até a parusia. Atinge, portanto, a totalidade da história humana e, sendo salvífica, mostra que a história da salvação é universal. Se há um único Deus, origem e fim de tudo o que existe (NA 1) há também uma única história de salvação, que atinge todos os povos com suas tradições culturais e religiosas.

Supera-se, assim, a concepção de religião como fenômeno apenas cultural, envolvido numa forma mística de a pessoa entender o sentido dos acontecimentos da história e de orientar sua vida para um fim último. Das grandes tradições religiosas da humanidade nenhuma é apenas religião natural. Em todas há algo de sobre-humano, como afirma o Vaticano II: "... esses modos de agir e viver, esses preceitos e doutrinas... não raro refletem um raio daquela Verdade que ilumina todos os homens" (NA 2). Assim, já nas religiões das duas primeiras etapas existe "uma intervenção pessoal e universal de Deus na história das nações, com anterioridade à aliança do povo eleito. As tradições religiosas da humanidade são testemunhas escolhidas desta aliança em Noé com as nações"³³.

3.2 - Toda religião tem valor perene?

A teologia cristã entende as tradições religiosas anteriores ao cristianismo, sobretudo as da segunda e da terceira etapas, como *preparatio evangélica*. Elas não são apenas "pré" cristãs mas "pró" cristãs, inseridas no conjunto da história da salvação que tem Cristo como centro. Isso não significa afirmar que estão todas em pé de igualdade. Há diferentes níveis de relação das tradições religiosas com a fé cristã,

³¹ CROATTO, J. S., *As Linguagens da Experiência Religiosa*, 63.

³² IRINEU, Adv. Haer. 3,11,8; *Source chrétiennes*, 211,169-171. In: DUPUIS, J., *Jesucristo al encuentro de las religiones*, Paulinas, Madrid, 1989, 162

³³ DUPUIS, J., *Jesucristo al encuentro de las religiones*, 162.

estando a etapa de Abraão/Moisés, ou seja, o judaísmo, numa relação direta com o evento Cristo, enquanto as demais teriam uma relação indireta. O fato de não terem todas as religiões a mesma relação com o acontecimento salvífico Jesus Cristo, as distingue qualitativamente³⁴.

Não se pode afirmar que as tradições religiosas "pró-cristãs" tenham um valor apenas provisório, ou que perderam sua vigência após o evento Cristo. Elas não são destituídas de seu valor, pois "representam autênticas intervenções pessoais de Deus na história das nações, orientando-as para a intervenção decisiva de Deus em Jesus Cristo"³⁵. O Concílio de Florença (1442), teve dificuldades para compreender isso, como mostra o decreto para os jacobitas, sobretudo a respeito do judaísmo (*Bulla "Cantate Domino"* - DH 1348). Nessa mesma linha de raciocínio, estão os teólogos da "teologia do acabamento", que entendem ser o cristianismo a religião que vem "completar/acabar" o caminho de realização/salvação que as religiões precedentes apenas indicam, mas não conseguem percorrer. Elas deixariam de ter valor após o evento Cristo. Nada mais seriam que "religiões naturais", expressando a aspiração inata do ser humano para Deus nas diferentes culturas da humanidade (K. Barth, J. Danielou, H. De Lubac, H. Urs Von Balthasar). Postura diferente é representada na corrente teológica que afirma "a presença de Cristo nas religiões". As diversas religiões podem representar intervenções de Deus na vida dos povos no horizonte da história da salvação. São alguma forma de mediação da ação salvífica de Deus na vida das pessoas. E assim sendo,

"as tradições religiosas mantêm o significado positivo que Deus lhes deu na história da salvação. Longe de desaparecerem como efêmeras e provisórias, conservam o valor... que lhes confere sua orientação providencial para o acontecimento universal da salvação. Seguem sendo 'adarajas', não colocadas pelos homens, mas por Deus mesmo em vista da vinda de Jesus Cristo. A salvação está presente, portanto, antes e depois da vinda de Cristo, nas tradições religiosas da humanidade"³⁶.

Como conclusão, as religiões não têm um valor provisório, pois não são algo puramente "natural/cultural" ou apenas humano. Uma vez que nelas há alguma expressão/revelação da ação divina para quem observa seus preceitos, todas têm alguma dimensão sobrenatural. E por isso possuem vigência constante no plano salvífico universal de Deus.

À guisa de conclusão: "Sobre religião não se conversa"?

Quais as consequências para a vida da Igreja da nova compreensão das religiões que o Vaticano II apresenta? Qual a incidência do princípio dialógico nas estruturas, doutrinas e instituições eclesiais? Conseguem essas estruturas, instituições e doutrinas desenvolver relações positivas com outras tradições religiosas? É o diálogo um elemento estruturante da configuração eclesial? Em que medida as orientações a favor do diálogo inter-religioso são observadas nas comunidades dos cristãos católicos e no agir pastoral dos seus ministros?

Há dois principais níveis do diálogo inter-religioso: no nível pessoal, cada cristão católico pode criar iniciativas de diálogo ou engajar-se nas iniciativas propostas por pessoas ou organismos que promovem o diálogo. Trata-se de um diálogo autônomo, feito por membros das religiões mas que não responsabiliza diretamente as instituições religiosas. No nível *institucional*, o diálogo acontece como iniciativa das próprias religiões e envolve suas lideranças oficiais ou representantes.

Constata-se que em ambos os níveis o diálogo inter-religioso é extremamente tímido. São poucas as pessoas realmente dispostas a aproximarem-se dos membros de outras tradições religiosas com o intuito de desenvolver um intercâmbio que possibilite conhecimento e enriquecimento mútuos. Vigoram, ainda, posturas de preconceito, discriminação, intolerância e distanciamento entre pessoas de religiões diferentes. Mesmo afirmando princípios democráticos, de respeito e de convivência social, sente-se um certo desconforto quando o assunto é religião. O lema "sobre religião não se conversa" mostra a pouca vontade para dialogar com quem é de outra religião. E não se quer dialogar porque não se sabe o porque e o como dialogar. Para evitar a tensão, o melhor é nem começar a conversa.

³⁴ DUPUIS, J., *Jesucristo al encuentro de las religiones*, 164.

³⁵ DUPUIS, J., *Jesucristo al encuentro de las religiones*, 165.

³⁶ DUPUIS, J., *Jesucristo al encuentro de las religiones*, 171.

Isso mostra o despreparo para o encontro enriquecedor entre membros de religiões diferentes. Mostra também que as orientações da Igreja são desconhecidas ou ignoradas pelos fiéis católicos, não criam convicções que lhes sustente num diálogo sincero e num intercâmbio enriquecedor no contexto do pluralismo religioso.

Essa postura não raro tenta justificar-se pelo temor de que o diálogo inter-religioso possa fragilizar e/ou relativizar as convicções religiosas dos crentes católicos. É possível que isso aconteça, mas apenas quando não se tem o devido preparo para o diálogo. Os questionamentos são inevitáveis. Mas ao invés de evitar o diálogo pelo despreparo, dever-se-ia intensificar o processo de recepção do Vaticano II, incentivando os fiéis católicos para que "com prudência e caridade" (NA 2), promovam e participem de encontros inter-religiosos. "Prudência" diz respeito ao modo do diálogo e "caridade" ao seu conteúdo. Quando esses dois elementos se manifestam, não há o que temer.... Então, sobre religião se conversa, sim, senhor!

Endereço do autor

Av. Dep. Antônio Edu Vieira - 1524

88040 - 001 - Florianópolis/SC

elias.wolff@facasc.edu.br

Recensão 1

De Babel a Pentecostes

Claude Geffré, 104 páginas, Paulus/Escola Dominicana de Teologia, 2013.

Elias Wolff

Claude Geffré, teólogo dominicano francês, com doutorado em Teologia pelo *Angelicum* (Roma), em 1957, tem dedicado a maior parte de sua pesquisa ao estudo da Teologia das Religiões. Chega ao Brasil agora mais uma de suas obras de fôlego (original *Les Édition Du Cerf*, Paris, 2006) na reflexão sobre o pluralismo religioso entendendo-o como um paradigma para a teologia na atualidade. Não é um trabalho todo original; recolhe reflexões já publicadas alhures pelo autor. Mas as apresenta com uma nova forma, mostrando que o pluralismo religioso propõe uma "guinada hermenêutica" para a pesquisa teológica.

Dividida em três partes, a *primeira* reflete sobre o significado da unicidade e universalidade da mediação salvífica em Jesus Cristo ("não há outro nome") em seis densos capítulos; a segunda apresenta uma teologia inter-religiosa, em sete capítulos; e a terceira trata, em quatro capítulos, da missão e inculturação. Três são os objetivos dessa publicação, no horizonte do Concílio Vaticano II, sobretudo da Declaração *Nostra aetate*: apresentar a evolução da teologia das religiões; fundamentar o diálogo inter-religioso; situar a singularidade do cristianismo no interior do diálogo inter-religioso.

Trata-se, sem dúvida, de uma significativa publicação, com ampla abordagem do pluralismo religioso dos nossos tempos e fecundidade nas propostas de um repensamento da teologia cristã nesse contexto plural. Um repensamento que não altera o conteúdo da fé cristã, mas o apresenta de modo novo, em sua linguagem e método, com implicações para toda a dogmática cristã. O autor tem consciência que isso pode gerar crise na credibilidade da unicidade e universalidade do cristianismo, mas entende que, caso isso ocorra, a possível crise é mais oportunidade do que prejuízo à fé cristã (p. 6).

Trata-se de uma visão de quem tem consciência dos horizontes e implicações da atual teologia da religião. Autor de vasta publicação nesse campo, ele mostra nas linhas e nas entrelinhas da sua obra a convicção de que o diálogo é constitutivo do ser cristão. E a expressa na profundidade da reflexão que o torna um dos protagonistas do estudo do pluralismo religioso em perspectiva teológica. Reflete com serenidade e consistência sobre temas complexos da dogmática cristã, como a relação entre o Deus Trindade dos cristãos e a concepção de divindade em outras religiões, a unicidade e universalidade da salvação em Cristo manifestada também pela mediação das religiões, a distinção entre Palavra de Deus e escrituras sagradas, o relativismo do cristianismo frente o absoluto que é Cristo e o seu Reino, o significado da Igreja e sua missão no contexto do pluralismo religioso.

Na primeira parte da obra, Geffré trata da afirmação bíblica "não há outro nome no qual possamos ser salvos" (At 4,12) e confronta essa afirmação com o valor positivo das religiões afirmado no Vaticano II. O Vaticano II favoreceu a aproximação das diferentes religiões. E hoje, que a humanidade atingiu uma idade planetária, todos se sentem habitando uma "casa comum". Frente às ameaças à "casa comum", todas as religiões têm a responsabilidade de propor uma ética global de convivência pacífica entre povos, culturas e credos, o que implica numa reinterpretação dos próprios princípios doutrinários, textos sagrados, ritos e costumes (pp. 14-15). Urge respeitar o outro na sua diferença, com fidelidade à própria identidade, afirmando o "humano autêntico" e a abertura para o Transcendente (pp. 15-17). As religiões podem, juntas, propor uma nova humanidade. Podem ser "instâncias de sabedoria" para ajudar a discernir entre o bem e o mal, para determinar o que é verdadeiramente humano, a aprendizagem da gratuidade, do amor, o encontro entre os povos e as culturas (p. 24). O futuro do diálogo inter-religioso acompanha o futuro da humanidade. Precisamos de uma "visão cristã do diálogo inter-religioso", distinguindo o diálogo entre as religiões monoteístas do diálogo com as demais religiões. A teologia cristã tem a responsabilidade de "refletir sobre a significação do pluralismo religioso no interior do plano de Deus e de se perguntar se (...) as grandes religiões não têm, na sua historicidade concreta, uma relação positiva com o Absoluto" (p. 29). Assim, a afirmação da

salvação universal pela unicidade da mediação em Cristo precisa superar tanto o "absolutismo exclusivo" quanto o "relativismo paralisante". Há uma "inscrição do Absoluto do mistério de Cristo nas outras tradições religiosas, não só no cristianismo" (p. 31). Isso implica em repensar: a) A *soteriologia*: os membros das diferentes tradições religiosas se salvam nas e através das suas religiões, afirmando um pluralismo religioso não só de fato, mas também de *princípio* que faz parte do desígnio salvífico de Deus. b) A *crisologia*, compreendendo que a universalidade da salvação em Cristo não priva as outras religiões do seu valor salutar. A unicidade de Cristo é relacional; a plenitude da revelação em Jesus Cristo não suprime a parte de verdade da qual as outras religiões podem ser portadoras (p. 32). c) A *eclesiologia*, superando a tendência piramidal pré-conciliar e afirmando que todo cristão batizado pertence à Igreja Povo de Deus. E isso no horizonte do Reino leva a entender que "todos os membros das outras religiões são membros do Reino de Deus já presente como realidade histórica" e trabalham para o Reino se concretizar neste mundo "cada vez que contribuem para a promoção dos valores do Reino" (p. 34). d) A *missiologia* que mostre a Igreja a serviço do Reino, superando o eclesiocentrismo e mostrando que "a vocação histórica da Igreja não é a extensão quantitativa dos cristãos, mas (...) dar testemunho do Reino de Deus que vem". Ela não tem o monopólio dos sinais do Reino (p. 35).

Impõem-se, portanto, novas abordagens do cristianismo que o apresente de modo dialogal, não imperialista nem totalitário. Só é absoluta a revelação final, o Reino de Deus. É a encarnação que mostra isso. A universalidade da fé cristã está ligada ao sacrifício de uma particularidade. "Jesus morre para a sua particularidade para renascer em uma figura de universalidade concreta, em figura de Cristo" (p. 40). Também ele, como as demais religiões, está sob o julgamento da revelação final, o Reino. E nisso se articula a universalidade da fé cristã com as outras religiões: a prática cristã dá consciência "de uma falta em referência às outras crenças e às outras práticas dos homens" (p. 40). O cristianismo deve ser o sinal daquilo que lhes falta.

Para compreender isso, é preciso fundamentar teologicamente o pluralismo religioso, indo além de reconhecer elementos positivos nas religiões. Há que se superar a "teologia do acabamento" e o "inclusivismo salvífico" da tese dos "cristãos anônimos", propondo uma história da salvação que seja uma "história ontológica que não começa nem com Abraão, nem mesmo com Adão, mas com o mistério de Cristo que é a plenitude dos tempos" (p. 50). Nisso tem valor a alteridade das outras religiões como pluralidade de vias para Deus, um "pluralismo de direito", "considerado como um desígnio misterioso de Deus" (p. 52). Desse modo, a economia do Verbo encarnado é ampla e coincide com a história religiosa da humanidade. É "o paradoxo da encarnação que nos permite respeitar o valor irredutível das outras religiões sem em nada sacrificar a unicidade do mistério de Cristo e do cristianismo" (p. 56). O autor propõe, então, um "cristocentrismo constitutivo" conciliado a um "pluralismo inclusivo" afirmando que a unicidade de Cristo não exclui outras manifestações de Deus na história. "A revelação (...) não esgota a plenitude das riquezas do mistério de Cristo", sua mensagem tem dimensão escatológica e os germes de verdade e bondade nas religiões "podem ser expressão do Espírito de Cristo sempre atuando na história e nos corações dos homens" (p. 59).

Assim, para Geffré, as religiões entram na história humana como história da salvação. Esta é "coextensiva à história do mundo" (p. 66). O autor recorre ao símbolo de Babel para exemplificar sua proposta: ali Deus condena a unicidade linguística e uma humanidade monolítica, abençoando o múltiplo, o que confirma no Pentecostes (p. 67). Deus se manifesta na pluralidade. Como afirmar a plenitude da revelação em um único, Jesus Cristo? Essa não exclui outras "palavras de Deus" nas religiões. A plenitude é o "acontecimento" Jesus Cristo; é *qualitativa*, e não quantitativa; é escatológica, e não histórica (p. 73). Cristo é o "universal concreto" no sentido que "Jesus é para os cristãos Aquele em quem Deus é identificado. Mas essa identificação remete a um Deus absolutamente outro, que escapa a qualquer identificação (...) não é exclusiva de outras experiências religiosas que identificam, de outra maneira, a Realidade última do universo" (p. 75). A unicidade de Cristo é, então, "unicidade singular", que possibilita outras mediações da salvação como "mediações derivadas em relação à única mediação de Cristo. Elas não são vias de salvação paralelas, mas são quase como sacramentos da presença do mistério de salvação realizada em Jesus Cristo" (p. 76). Aqui se entende a dimensão kenótica do cristianismo: Jesus morre em sua particularidade para renascer numa universalidade concreta, como Cristo. A kenosis de Cristo na igualdade com Deus é o que permite a ressurreição. O cristianismo nasce de uma experiência original - o túmulo vazio. A consciência dessa origem ausente, consciência de uma falta, é condição de uma aproximação com o outro. Por isso o

cristianismo é dialogal, sendo sinal do que lhe falta pode afirmar uma unicidade relativa, no sentido de relacionai (p. 84). É uma "unicidade de excelência" no sentido que a revelação de Deus em Cristo não se compara a nenhuma outra. Mas não tem em si toda a verdade Absoluta, pois o Absoluto é escatológico, é Deus, não contido em nenhuma tradição histórica (p. 90). Aqui o paradoxo do Logos feito carne, como o paradoxo do "não" absoluto e do "sim" absoluto na mesma pessoa humana (p. 93). Aqui também a tensão do concreto e do universal, do finito e do infinito. "Se Cristo é o absolutamente concreto, então, de certa maneira, o cristianismo como religião particular já está implícito nas outras religiões. Estas são uma manifestação particular do Logos universal (...) Na medida em que ele é o absolutamente concreto, a relação com ele concerne a toda existência concreta; e na medida em que ele é absolutamente universal, a relação com ele inclui potencialmente todas as relações possíveis" (p. 96). Por isso, o cristianismo como religião da revelação final não tem o monopólio do que é revelado. É preciso distinguir entre "essência" e "forma" da revelação. Nenhuma revelação histórica totaliza a essência do Deus que revela (p. 102). Só Cristo é o meio absoluto da revelação final. E só é absoluta a revelação final como advento do Reino. As religiões podem ser portadoras de expressões dessa revelação final. Se Cristo é o Novo Ser e o cristianismo é uma testemunha singular, excelente, trata-se da questão da "verdade", e não de superioridade do cristianismo em relação às outras religiões. Ele não integra em si e nem anula as riquezas das religiões. Dessa forma em todas as religiões há uma "preocupação última", a revelação final de tudo. Aqui é preciso distinguir o que é "crença" nas verdades particulares, as regras de vida das religiões, e o que é "fé fundamental" no Incondicional, no Sagrado. Esta é a preocupação última e o ponto de convergência de todas as religiões (p. 113).

Essa apurada e complexa reflexão cristológica é, para Claude Geffré, a base para o diálogo inter-religioso. E nesse diálogo manifesta-se o estatuto da verdade cristã: na ordem do testemunho mais que de verdades conceituais; na ordem da antecipação do que está por vir ainda, não da posse de toda a verdade; como verdade partilhada, mostrando o que crê e acolhendo a verdade do outro (pp. 140-144).

Na *segunda parte* da obra, o autor concentra-se na proposta de uma teologia inter-religiosa. Busca aplicar o método da "teologia comparada" à teologia das religiões. Entende que não basta detectar as diferenças e as semelhanças, mas fazer uma "teologia inter-religiosa, onde cada um se esforça para esposar a compreensão que o outro tem da sua própria religião" (p. 154). Esse método compara "a maneira pela qual cada sistema religioso pretende que seus próprios fiéis tenham o Absoluto como referência" (p. 155). É uma busca da "analogia na diferença", mostra a analogia na maneira como funcionam os elementos estruturantes das religiões (p. 159).

A título de exemplo, o autor aplica o método comparando em algumas religiões o significado de "salvação-libertação" (pp.160-162), a distinção entre "proclamação" e "manifestação" na compreensão da revelação (p. 162-164), a situação hermenêutica comum das três religiões do livro (pp. 164-168). Em seguida analisa a relação entre "escritura" e "Palavra de Deus" no judaísmo, cristianismo e islamismo. As três religiões têm um conceito comum de "revelação" da Palavra de Deus através de uma mediação humana e condensada numa escritura considerada sagrada. Mas divergem quanto ao conteúdo da Palavra revelada, a legitimidade da mediação humana e a interpretação das escrituras. A originalidade das religiões monoteístas é de "um Deus que fala", revela-se pela "proclamação" de uma palavra, e não por "manifestação" pelas forças da natureza (169-171). É fundamental distinguir entre "Palavra de Deus" e "escritura", e a dificuldade dessa distinção explica muitos dos conflitos hermenêuticos, sobretudo entre o cristianismo e o islamismo.

O autor busca mostrar o específico no diálogo entre o cristianismo e o islamismo, afirmando que "é o elemento judaico no interior do cristianismo que o islã busca valorizar" (p. 187). O islã invoca a mesma fé de Abraão, e assim o valoriza o n. 3 de *Nostra aetate*: pela afirmação do monoteísmo, o reconhecimento de Jesus como profeta e da sua origem divina pelo nascimento virginal, o dia do julgamento e a Ressurreição, os pilares da vida espiritual (oração, esmola e jejum). Por isso, "não parece temerário afirmar que o islã pertence à *história especial* da salvação, e não somente à *história geral* da salvação" (p. 188). O mistério singular do islamismo é "reativar a confissão inicial de Israel: 'Ouve, Ó Israel, Iahweh nosso Deus é o único Iahweh'" (Dt 6,4). Confirma, a seu modo, o Primeiro Testamento e o ensino de Jesus (p. 189), como afirmou João Paulo II no estádio de Casablanca, em 21 de agosto de 1985, que na fé de Abraão "cremos no mesmo Deus".

Não se podem negar os confrontos históricos entre o cristianismo e o islamismo. Mas Geffré entende que os tempos agora favorecem uma "emulação recíproca" que contribui para um melhor entendimento mútuo. Para isso, é preciso compreender "o conflito de dois imaginários": na mesma ambição escatológica do acabamento definitivo; na mesma pretensão de universalidade e, conseqüentemente, a consciência missionária; numa revelação estruturalmente idêntica; na fusão entre religião e cultura/política (pp. 191-195). A emulação recíproca é de ordem doutrinai: a) No reconhecimento do estatuto da Palavra de

Deus que se distingue das escrituras sagradas, as quais são depósitos, testemunhas da Palavra, b) A compreensão do único Deus une e diferencia cristãos e muçulmanos. Os dois se interpelam mutuamente: a ideia da Trindade parece ferir o monoteísmo dos muçulmanos; e este não expressa suficientemente o monoteísmo dos cristãos. Para ambos é fundamental afirmar que "Deus é sempre maior", transcendente. Mas não é um Deus distante, e sim próximo, amoroso porque é o "Todo Misericordioso". Com base nisso, "a unicidade de Deus deve ser pensada como uma unidade que assume diferenças" sem deixar de ser um/único (p. 202). c) A compreensão da criação: para os muçulmanos ela é pura e boa e não existe uma história da salvação como transformação do criado. Em vez de "redenção" falam de "retribuição" quando Deus recompensar os justos e castigar os maus, no último dia. Negam, assim, a morte de Jesus e sua função redentora da história. Apesar da distância das duas visões, Geffré busca um caminho de diálogo, exortando os cristãos a desenvolverem uma teologia da criação que exalte o sentido da sua beleza e estabilidade do mundo afirmado pelo Corão (p. 204).

Contextualizando o diálogo entre o cristianismo e o islamismo, o autor situa estas duas religiões no contexto da modernidade. Elas têm posturas diferentes em relação à sociedade moderna ocidental. Mas a modernidade pode ser tanto uma ameaça como uma possibilidade para o homem religioso. E nesse sentido há desafios e responsabilidades comuns para cristãos e muçulmanos, como: construção de uma nova sociedade política, social, ambiental e humanista; em tempos de globalização, podem estimular o diálogo entre os diferentes povos e culturas; diante de situações de violência, devem viver e propor relações de paz; frente ao totalitarismo do mercado, podem propor alternativas ao sistema neoliberal. As religiões devem promover juntas o "humano autêntico", combater a injustiça e garantir a salvaguarda da criação (pp. 246-259). É importante observar que o autor concentra sua reflexão ao Ocidente europeu. Mas em muito ela serve para todas as civilizações que vivem sob a égide da cultura moderna em seus aspectos econômicos, políticos e culturais.

Tornando ao tema da salvação/libertação, Geffré observa que as religiões apresentam diferentes entendimentos, mas todas convergem em compreender salvação / libertação como uma transformação da existência humana que a plenifica de sentido. Elas divergem ao afirmar se a salvação/libertação tem ou não uma mediação, se o autor da salvação/libertação é uma divindade ou o próprio ser humano, se ela acontece no mundo ou fora dele, se ela é pessoal ou coletiva (pp. 265-274). Frente a elas, está o cristianismo com a pretensão de ser a única via de salvação. O autor busca resolver esses conflitos afirmando que, na verdade, só Deus salva, tendo Cristo como mediador. Mas se não identificarem a universalidade de Cristo com o Cristianismo, os cristãos não se verão como proprietários exclusivos da salvação. "É possível, sem atentar contra a unicidade da mediação de Cristo, reconhecer as ofertas de salvação das outras religiões como sinais, ou mediações, da vontade de" salvação universal de Deus, que abarca toda a história da humanidade" (p. 275). Geffré busca afirmar-se no magistério papal para dizer que isso acontece devido à ação do Verbo, dons do Espírito na história humana, de modo que os valores salutareos das religiões recebem significado e valor unicamente de Cristo (*Redemptoris missio*, n. 5). Mais difícil é entender a proposta das correntes esotéricas contemporâneas. O autor apresenta como traços comuns dessas correntes a busca de harmonia interior, do eu profundo ou transcendental, de uma unidade perdida, a não institucionalização. Frente a elas, o cristianismo afirma Deus não como uma energia cósmica, mas como Alguém que intervém na história; não como o máximo grau de desenvolvimento humano, mas como Deus misericordioso que salva gratuitamente; não como Deus da experiência imediata, mas como o que se encontra na fé, além dos sinais e dos prodígios (pp. 293-294).

Por fim, na *terceira parte*, a mais breve de todas, com apenas quatro capítulos, Geffré mostra que a reflexão até então realizada conduz a um aprofundamento da missão e da inculturação. A missão precisa ser compreendida como um "diálogo de salvação", pois "o diálogo já é uma forma essencial de missão" (p. 290). Usa novamente a *Redemptoris missio* que mostra, de um lado, a urgência da missão e, de outro lado, a missão em contexto de diálogo com o pluralismo religioso. Busca mostrar que o diálogo não trai a consciência missionária da Igreja, mas a realiza de uma nova forma, respeitando os princípios da liberdade de consciência e da liberdade religiosa. Explicitando o porquê da missão, mostra que a Igreja é missionária por natureza e isso se funda na encarnação do Filho para realizar o desígnio salvífico do Pai (p. 303). A missão consiste em manifestar o amor de Deus ao mundo (p. 304), como testemunho, e não deve ser polarizada na conversão do outro para a fé cristã: "a vocação permanente da Igreja não é a da extensão quantitativa dos membros da Igreja; sua vocação é a de (...) revelar e promover o Reino de Deus" que não se limita nas fronteiras da Igreja (p. 309). A missão não deixa de anunciar explicitamente Jesus Cristo e seu Reino. Mas estes não se exaurem na Igreja. Por isso o diálogo inter-religioso é uma dimensão intrínseca da

missão. O fundamento teológico desse diálogo "deve ser buscado na presença universal do Espírito (...) e nas sementes do Verbo" presentes nas religiões (p. 310). Ele exige fidelidade à identidade cristã e reconhecimento do valor da identidade do outro. Assim, "O verdadeiro diálogo pode levar a uma celebração da verdade que ultrapassa o ponto de vista parcial de cada interlocutor. Pode-se falar, portanto, de uma 'conversão recíproca'" (p. 313).

Isso implica em compreender de modo novo a pretensão cristã ao universal. A unicidade e universalidade salvífica em Cristo é entendida a partir do paradoxo da encarnação, o Absoluto assume uma particularidade histórica, que impede absolutizar o cristianismo como via exclusiva de salvação. Não identificando a universalidade de Cristo com o cristianismo, entende-se o cristianismo como uma religião dialogal (p. 327). O autor compreende a pretensão de universalidade da fé cristã como uma "cristandade" positiva, "da qual todo homem e toda mulher participam, neste mundo, em virtude do Desígnio criador e salvador de Deus que quis *recapitular* todas as coisas em Jesus Cristo" (p. 329). E aqui entra o tema da inculturação, através do reconhecimento da necessidade de um "policentrismo no interior da Igreja", sobretudo neste tempo de globalização (p. 333). Isso consiste em "favorecer um encontro criador entre os recursos do Ocidente cristão e os valores próprios das culturas não ocidentais, que são inseparáveis de grandes tradições religiosas" (p. 333). A globalização pode ser explorada como possibilidades para a difusão do Evangelho, assumindo as causas universais da humanidade (justiça, direitos humanos, salvaguarda da criação, respeito à vida, solidariedade para com os mais necessitados). Assim, o cristianismo é universal servindo de "paradigma para a unidade da família humana" (p. 335).

Para entender o cristianismo diante da pluralidade das culturas, o autor apresenta quatro teses: o Evangelho é transcultural; mas só pode ser entendido mediado por uma cultura concreta, constitutiva da Revelação; nenhuma cultura é incompatível com a Revelação, se não é fechada em si mesma; o mútuo enriquecimento entre cristianismo e cultura (p. 359). "A necessária inculturação da mensagem cristã na diversidade das culturas encontra seu paradigma na fase constitutiva da própria Revelação" (p. 365). Entende-se, assim, que a Palavra de Deus não é uma ideologia abstrata, mas tradução de uma experiência fundamental: de Jesus Cristo como evento salvífico nas situações concretas da existência humana. Assim, o cristianismo é inculturado desde suas origens.

Elias Wolff - O autor é professor da PUCPR e da Faculdade Católica de Santa Catarina. Desde 2008 é assessor da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil para o ecumenismo e o diálogo inter-religioso.

Crônica 1

Francisco e Bartolomeu – A Primavera Ecumênica

Comentário do Prior da Comunidade monástica de Bose

Enzo Bianchi - Roma

Quando ouviu o papa Francisco que, apenas eleito, enfatizava o seu ser "bispo de Roma, a igreja que preside na caridade", o patriarca ecumênico Bartholomeos I não hesitou e decidiu que iria a Roma - primeiro arcebispo de Constantinopla a fazê-lo depois da separação de 1054 - para participar da liturgia do início do pontificado. E foi, oferecendo aos cristãos e ao mundo um sinal tangível de como a caridade fraterna pode superar divergências, cálculos de oportunidade, antigos motivos de atritos.

Tive a graça de poder falar longamente e pessoalmente com o patriarca Bartholomeos, em Roma, antes de participar da missa na praça de São Pedro e de ser depois recebido pelo papa Francisco: o sentimento comum, o sofrimento partilhado pela demora no restabelecimento da unidade visível dos cristãos, a esperança de um renovado tempo de diálogo e de fraternidade caracterizaram aqueles momentos, assim como animaram as horas transcorridas pelo patriarca em Bose, numa tarde de graça para a minha comunidade e para quantos desejaram partilhar a alegria e a oração daquele momento.

No seu encontro com o papa Francisco, Bartholomeos I usou palavras que exprimem uma síntese de todo o ministério patriarcal exercido em vinte e dois anos e que vê a unidade das Igrejas cristãs como "a primeira e a mais importante das nossas preocupações" e "seguramente um dos pressupostos fundamentais para que o nosso testemunho cristão possa ser crível aos olhos dos vizinhos e dos distantes". De outro lado, também a acolhida a ele reservada pelo papa Francisco foi além da forma protocolar - como, aliás, sabemos ser prática constante do novo papa - para dirigir-se ao patriarca, muito espontaneamente, com a expressão de "meu caro irmão André", reconhecendo publicamente o vínculo fraterno que, na única fé apostólica, une a sede da Antiga Roma a de Constantinopla, "Nova Roma".

Em um tempo no qual, não obstante todos os sinceros esforços da parte de muitos cristãos de boa vontade pertencentes a diversas confissões, o diálogo ecumênico parecia irremediavelmente esfriado por muitos sinais que contradizem o caminho rumo à comunhão, estes recentes eventos despertam a esperança de uma nova primavera. A simplicidade evangélica do novo papa, que o patriarca já teve a possibilidade de apreciar.

Analisando o momento histórico atual, recordamos que o patriarcado de Constantinopla vive num contexto político e social onde não se economizam provas de humilhação, e muito recentemente também ameaças e perigos à própria integridade física do patriarca.. Mesmo assim, o esforço cotidiano de Bartholomeos I é o de fazer da cruz uma ocasião de comunhão e da fraqueza material a verdadeira e única força capaz de transmitir ao mundo a verdade da mensagem cristã: uma obra humilde e tenaz que o patriarca persegue desde o início do seu ministério primacial, quando quis afirmar que o Patriarcado ecumênico fosse "uma instituição puramente espiritual, um símbolo de reconciliação e uma força desarmada".

E na consciência da própria fragilidade de um lado e, do outro, no assumir decidido de responsabilidade de longo fôlego há, enfim, um ulterior elemento que aproxima a sensibilidade e as intenções do papa Francisco e do patriarca Bartholomeos: a solicitude pela criação, a salvaguarda do mundo no qual vivemos, a solidariedade com as outras co-criaturas com as quais dividimos o espaço vital, esta nossa terra tão ferida e ameaçada.

A busca da unidade visível dos cristãos, testemunho dado "graças a alto preço" que é tesouro de quem "segue pobre o Cristo pobre", responsabilidade pela humanidade e a inteira criação, são os eixos estruturantes do ministério pastoral do patriarca Bartholomeos, e são âmbitos que também o papa vindo "do fim do mundo" para assumir o nome evocativo de Francisco, tem como essenciais para o anúncio evangélico da misericórdia, para a abertura dos horizontes de esperança e de luz para os homens e as mulheres do nosso tempo e para todas as gerações futuras.

Crônica 2

Assembléia do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil- CONIC 2013

Nos dias 08 a 10 de março de 2013, o CONIC realizou a sua XV Assembléia Geral em São Paulo com 55 participantes, representações oficiais das Igrejas, membros fraternos, regionais e convidados(as). O tema da Assembléia foi "Que modelo de Estado? Perspectivas bíblico-teológica e sociológica".

A XV Assembléia contribuiu para que as Igrejas, membros fraternos e regionais expressassem suas expectativas em relação ao Conselho, confirmando o compromisso ecumênico. Na ocasião foi firmada uma parceria entre CONIC e UNICEF que prevê, entre outras ações, a celebração anual do Dia Mundial de Oração e Ação pela Criança, 20 de novembro. Também serão organizados projetos de longo prazo, que visam a promoção da cidadania, da paz, da tolerância e da educação.

A XV Assembléia foi também um momento de incidência pública, uma vez que foram aprovadas e divulgadas várias moções de repúdio e solidariedade, em especial, em relação às questões relativas aos direitos humanos.

No final foi aprovado o documento final da XV Assembléia sobre "Que modelo de Estado? Perspectivas sociológicas, teológicas e bíblicas". O documento pode ser encontrado no site www.conic.org.br

Crônica 3

Assembléia da Coordenadoria Ecumênica de Serviço - CESE - 2013

A CESE realizou a sua assembléia anual nos dias 05-06 de junho de 2013, em Salvador (BA). Esta assembléia teve um caráter celebrativo, em comemoração pelos 40 anos desta organização ecumênica. No dia 05, os trabalhos da assembléia se concentraram aos relatórios financeiros. No dia 06, foi realizado um culto na Cúria Metropolitana do Bom Pastor, da Arquidiocese católica de Salvador. Participaram representantes de diferentes denominações religiosas.

O bispo destacou a missão da CESE. "É uma comunhão das nossas Igrejas a serviço dos pobres. A CESE sempre procurou levar à pessoa humana uma autonomia, lutando para que os direitos sejam preservados, mas também as pessoas tenham acesso aos seus direitos, nos diversos aspectos que o direito propõe", concluiu.

O evento, que marcou os 40 anos do grupo, incluiu uma sessão especial na Assembléia Legislativa da Bahia, e a exposição "Direitos Humanos em Imagens", do artista plástico J. Cunha. Também foi realizado o lançamento do livro "Ecumenismo e Cidadania: a trajetória da Coordenadoria Ecumênica de Serviço".

A CESE é uma entidade ecumênica, sem fins lucrativos, que já apoiou mais de 10 mil projetos de organizações populares em todo o Brasil. Desta forma, busca beneficiar as populações rurais e urbanas, que convivem com as consequências de extrema desigualdade no país.

Crônica 4

Congresso sobre o pentecostalismo no mundo

Nos dias 9 a 11 de abril, realizou-se, em Roma, o congresso internacional sobre "Movimentos evangélicos", "Igrejas pentecostais", "Movimentos carismáticos", contando com a participação de cerca de 80 pessoas de vários países. Do Brasil participaram 7 pesquisadores das Igrejas e religiões, dentre os quais o assessor da CNBB para o ecumenismo, padre Elias Wolff e a Ir. Marian Ambrosio, Presidente da Conferência dos Religiosos do Brasil.

O congresso constatou que cerca de 400 milhões de pessoas em todo o mundo identificam-se com as tendências pentecostais na vivência da fé cristã. Esse fato apresenta desafios para as igrejas históricas, como a necessidade de flexibilizar suas estruturas para que sejam mais ágeis no processo de evangelização, a capacidade de atingir diretamente as pessoas pelo anúncio do Evangelho, o fervor e o testemunho público da fé cristã. O congresso possibilitou uma visão ampla do pentecostalismo em todos os continentes, tendo alguns países como exemplo: Costa Rica para a América Latina; Filipinas para a Ásia, República do Sul da África, para a África, e Hungria para o leste europeu.

Destaque especial coube ao Cardeal Kurt Koch, Presidente do Pontifício Conselho pela Unidade dos Cristãos, e patrocinador do evento. O Cardeal Koch apresentou os esforços de diálogo da Igreja católica com comunidades pentecostais evangélicas e enfatizou a necessidade de ampliar os esforços desse diálogo em todos os países. É de se esperar que, num futuro próximo, também no Brasil as iniciativas ecumênicas possam contar com a participação de pessoas e comunidades pentecostais.

Documentação 1

IV Campanha da Fraternidade Ecumênica - 2016

Na 51ª. Assembléia Geral da CNBB, Dom Francisco Biasin, Presidente da Comissão Episcopal Pastoral para o Ecumenismo e o Diálogo Inter-religioso, da CNBB, propôs que em 2016 fosse realizada a IV Campanha da Fraternidade Ecumênica. A proposta foi aprovada por todos os bispos participantes da Assembléia, com uma abstenção. Publicamos aqui a motivação apresentada por Dom Francisco.

IV Campanha da Fraternidade Ecumênica - 2016

Em ocasião do Jubileu do ano 2000 a Santa Sé emitiu normas para estimular em todas as Igrejas uma mais intensa vivência ecumênica, orientando para que, onde havia organismos de diálogo ecumênico, fossem favorecidas iniciativas de celebrações e atividades em conjunto.

A partir disso, surgiu a iniciativa da CNBB de entrar em contato com o CO-NIC para a vivência e a celebração da CF 2000 cujo lema foi: "POR UM MILÊNIO SEM EXCLUSÕES". Não tem dúvida que esta iniciativa foi um sinal profético que bem correspondia ao espírito e às orientações da Exortação Apostólica "Novo millennio adveniente".

Não é uma novidade afirmar que nos anos seguintes, não só no Brasil, mas em âmbitos eclesiais mais amplos, iniciou uma fase mais difícil para o ecumenismo, depois do florescimento que despertou muitas esperanças na segunda metade do século passado. Alguém chegou até a falar de "inverno" do ecumenismo, outros consideram esta conjuntura como um retorno necessário a um realismo que carrega o grande peso da separação vivida ao longo de muitos séculos, outros enfim a enxergam como uma pausa de reflexão que permite recolher e valorizar os frutos do trabalho destas últimas décadas.

A este propósito escreve o Cardeal Kurt Koch, Presidente do Pontifício Conselho para o Ecumenismo: "Se a desunião da Igreja de Jesus Cristo é o verdadeiro escândalo e contradiz a essência da "una sancta", então impõe-se a nós, cristãos e cristãs, a seguinte questão autocrítica: nós realmente ainda sentimos este doloroso escândalo da divisão do Corpo uno de Cristo, ou nos arranjam com este fato até mesmo nos conformando com ele? É minha mais profunda convicção que chegaremos a novos impulsos no ecumenismo só quando tivermos a coragem e a humildade de olhar, de olhos abertos, para esse escândalo que continua a existir. Portanto - concluía - sofro mais duramente na situação ecumênica atual pelo fato que, hoje, muitos cristãos e cristãs já não sentem, como realmente convém, essa dolorosa e anormal situação. Porque lá onde a divisão do Corpo uno de Cristo já não é percebida como escândalo e não causa mais dor, lá o ecumenismo já se fez, a si mesmo, supérfluo." (Palestra conferida no Curso anual para Bispos, organizado pela Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, no dia 8 de Fevereiro de 2012)

Talvez seja mais alentador enxergar este momento histórico como um inverno que está passando, continuando a cultivar, através do trabalho e de atitudes de diálogo persistentes em todas as Igrejas, a esperança cristã que garante a chegada de uma nova primavera.

Sem dúvida o sinal mais forte da nova primavera foi a eleição do novo bispo de Roma, o Papa Francisco, que despertou a esperança de tempos novos para a Igreja Católica e para o diálogo ecumênico. Ao receber no dia 20 de março na sala Clementina representantes de Igrejas, comunidades eclesiais e de outras religiões reiterou "a firme vontade de prosseguir no diálogo ecumênico" e inter-religioso, recomendado pelo Concílio Vaticano II, que nestes últimos tempos proporcionou "não poucos frutos".

No Brasil, assim como em outras partes do mundo, o que se apresenta como uma grande dificuldade é o universo complexo, diversificado e desafiador das assim chamadas igrejas e grupos neopentecostais. Com estes o diálogo não é fácil pelas suas posturas agressivas e proselitistas em relação à Igreja Católica e a outras Igrejas históricas, pela interpretação fundamentalista da Sagrada Escritura que

dificulta o diálogo teológico e pelos interesses de todo tipo que eles acobertam.

Responder a posturas agressivas com agressividade não é atitude evangélica. Fechar a nossa porta porque outras portas se fecham significaria retroceder no caminho do diálogo.

"Responder às ofensas com o amor e com a força da verdade!" é a atitude evangélica que o Papa Francisco apresentou para toda a Igreja quando é perseguida, domingo passado, dia 14/04, depois da Oração da Regina caeli.

Baseados nesta atitude, grupos e comunidades neopentecostais sérios, de postura dialogante, respeitosos em relação a cristãos de outras denominações, sob a ação do Espírito, sentiram o apelo de construir unidade pela busca do caminho da santidade. Com numerosos destes grupos, junto com membros representantes de novas comunidades surgidas no seio da Igreja Católica, a Comissão de ecumenismo iniciou há 5 anos encontros anuais que prometem dar frutos abundantes e se constituem como que exemplares no caminho de diálogo ecumênico dentro e com o mundo neopentecostal.

Mesmo diante dos desafios e dificuldades que se encontram em construir pontes e canais de diálogo com cristãos de outras denominações, é necessário permanecer fiéis à oração de Jesus que pediu ao Pai o dom da unidade: "Pai, que todos sejam um para que o mundo creia!"

Além da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos (SOU), grande momento que favorece o ecumenismo espiritual no mundo inteiro, no Brasil se consolidou a prática da vivência ecumênica da CF, fruto do Jubileu do ano 2000, celebrada em seguida nos anos 2005 e 2010.

Na avaliação feita após cada CF aparecem algumas dificuldades inerentes ao tempo que vivemos e que foram acima apresentadas, mas sobressaem muito mais os frutos colhidos e os avanços constatados sobretudo a nível de ecumenismo de povo com experiências concretas de oração em comum e de promoção humana. Eis uma detalhada avaliação feita pelo CONIC:

Descrição

As três Campanhas da Fraternidade Ecumênica transcenderam as fronteiras das Igrejas do CONIC e foram assumidas por vários organismos ecumênicos e organizações sociais que não têm incorporada, em sua natureza, a questão religiosa.

Cada uma das três Campanhas da Fraternidade Ecumênica apresentou resultados específicos e apontou perspectivas de ação. Dentre estes, podem ser destacados:

1. Maior visibilidade para o movimento ecumênico;
2. O fortalecimento no espaço-público da imagem de Igrejas que colaboram e trabalham conjuntamente, em contraposição à imagem de competição;
3. Divulgação e fortalecimento de grupos ecumênicos que já estavam constituídos e criação de novos grupos. Destaca-se a importância das CFEs para a criação dos CONICs regionais, que atualmente somam 18.
4. As temáticas propostas foram acolhidas positivamente pelas comunidades das igrejas-membro do CONIC;
5. Foram realizados incontáveis seminários de formação em torno dos temas propostos;
6. As Coletas das CFEs contribuíram para o fortalecimento de projetos de transformação social;
7. Organização de setores de Ecumenismo em cada uma das igrejas-membro do CONIC;
8. Em todas as CFEs foi possível identificar, nos regionais, a participação de igrejas não membros do CONIC, algumas, inclusive, pentecostais.

Das três Campanhas, pode-se destacar que a segunda no ano de 2005, em função da temática escolhida, "Solidariedade e Paz: Felizes os que promovem a Paz" foi a que gerou grande incidência pública. Foram resultados desta CFE: os Relatórios sobre Dignidade Humana no Brasil, ao todo foram editados 04 relatórios. Além disto, destacam-se a formação de multiplicadores para a paz e a criação de fóruns para a paz. Não pode ser ignorada a contribuição desta CFE para a constituição da Defensoria para a Paz, com o objetivo de atuar como ouvidoria e observatório de promoção da cultura da paz e não violência. As Conferências da Paz foram outro desdobramento desta CFE.

A Campanha de 2010 tornou-se profética. Ao tocar na temática da economia e do mercado de consumo, acabou contribuindo para os debates sobre a crise econômica mundial, chamando a atenção para as consequências de uma economia financeirizada. Há que avaliar que o tema proposto não foi tão atrativo para as comunidades como os dois anteriores, no entanto, cumpriu seu papel ao chamar a atenção para os

modelos de desenvolvimento em curso no país. Esta Campanha foi importante para reafirmar a necessidade e a relevância de projetos de desenvolvimento local sustentável.

Lembra-se que das Igrejas do CONIC, além da Católica Romana, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) trabalha, tradicionalmente, um tema específico para cada ano. Neste sentido, as Campanhas da Fraternidade Ecumênicas inserem-se em uma dinâmica já conhecida por parte das Igrejas que integram o CONIC. Isso contribui para a própria aceitação da proposta por parte das comunidades.

Fundo Ecumênico de Solidariedade

Todas as três Campanhas da Fraternidade Ecumênicas constituíram o Fundo de Solidariedade. Nas Campanhas de 2000 e 2005 integraram o Conselho Gestor do Fundo as seguintes organizações: Caritas, CESE e CONIC, além de dois representantes das igrejas-membro do CONIC.

Em 2010, a gestão do Fundo ficou sob a responsabilidade da Caritas, Fundação Luterana de Diaconia e CONIC, além de um representante de cada igreja-membro.

Os projetos apoiados pelo Fundo Ecumênico de Solidariedade tinha sempre relação com o tema da Campanha. Neste sentido, os projetos apoiados priorizaram as seguintes áreas:

- Campanha da Fraternidade 2000: projetos voltados para moradores de rua e população indígena;
- Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2005: Educação para a paz, Cidadania e Direitos Humanos, Vítimas da violência e exclusão social;
- Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2010: projetos de desenvolvimento local sustentável.

Valores totais arrecadados:

CFE 2000: R\$ 1.786.718,12

CFE 2005: R\$ 2.737.203,69

CFE 2010: R\$ 4.674.251,29

A Assembléia dos bispos do ano passado tomou a decisão de reservar o ano 2015 para celebrar a CF em comemoração do jubileu de ouro do Concílio Ecumênico Vaticano II, pospondo a celebração ecumênica da CF para 2016.

O CONIC sempre se mostrou solícito em colaborar na elaboração dos textos de reflexão e das celebrações, respeitando as tradições das diversas Igrejas membros e continua expressando a sua plena disponibilidade, não apenas no trabalho de preparação, mas sobretudo na animação e na motivação dos fiéis das Igrejas membros em celebrar a CF como expressão de comunhão e como meio para fortalecer a unidade não só entre elas, mas em abertura a outras igrejas e comunidades eclesiais sensíveis à causa ecumênica.

As CF Ecumênicas proporcionam uma contínua aprendizagem. A cada edição destas Campanhas, mudanças se fazem necessárias para que elas sejam melhor vividas pelas Igrejas que com elas se comprometem. Por exemplo, é necessário rever os métodos de participação das Igrejas membros para a próxima CF, solicitando a presença e competência não só de peritos, mas em primeiro lugar de representantes das Igrejas, com a tarefa de assumir o trabalho de "construção" da CF, a partir da escolha do tema e do lema, da elaboração dos subsídios, da sua vivência e execução quaresmal, da avaliação e da comunhão dos recursos.

Desafio maior, mas sempre presente no coração dos responsáveis das Igrejas membros do CONIC é ampliar a participação de outras igrejas ou comunidades eclesiais não filiadas a este organismo, envolvendo-as na realização das CF ecumênicas.

A CF, portanto, é chamada a ser ecumênica de fato, contribuindo à aproximação não só os representantes das Igrejas, mas a perpassar todo o corpo eclesial de cada Igreja até recair na vida das comunidades e dos fiéis, tornando-se assim uma ocasião propícia para testemunhar a unidade entre as Igrejas e diante da sociedade em que vivemos.

Sejam-nos de estímulo e alento as palavras de Papa Francisco no encontro acima citado:

"Sim, queridos irmãos e irmãs em Cristo, sintamo-nos todos intimamente unidos à oração do nosso Salvador na Última Ceia, àquela sua imploração Ut unum sint. Peçamos ao Pai misericordioso a graça de viver em plenitude aquela fé que recebemos, em dom, no dia do

nosso Batismo, e de poder dar testemunho livre, feliz e corajoso dela. Este será o melhor serviço que podemos prestar à causa da unidade entre os cristãos, um serviço de esperança para um mundo ainda marcado por divisões, contrastes e rivalidades. Quanto mais formos fiéis à sua vontade nos pensamentos, nas palavras e nas obras, tanto mais caminharemos efetiva e substancialmente para a unidade".

Finalizando, a Comissão de ecumenismo e diálogo inter-religioso apresenta à Assembléia da CNBB a proposta para a realização da CF Ecumênica, em 2016, na certeza de que ela fortalecerá as iniciativas ecumênicas surgidas e consolidadas a partir das CF Ecumênicas anteriores e será uma ocasião propícia para expressar de modo convincente e prático a vivência das orientações ecumênicas do Vaticano II e do magistério posterior.

Aparecida, 16 de abril de 2013

Dom Francisco Biasin

Presidente da Comissão Episcopal Pastoral para o Ecumenismo
e o Diálogo Inter-religioso - CNBB